

Outubro 2019

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonotícias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Preços cada vez mais altos deixam famílias sem alternativas	6
1.2 Da recessão económica à crise social	7
1.3 Cesta Básica IVA a caminho de um mês, preços dos principais bens de consumo disparam no mercado	8
1.4 Cidadãos vão continuar a viver com menos de 1 USD/dia	9
1.5 Somos tão Pobres. Venham a Nós as vossas...Doações!	9
2. MICROFINANÇAS	11
2.1 Programa financia projectos para jovens empreendedores	11
2.2 O micro-crédito e o combate ao desemprego	12
2.3 PAPE criará 250 mil postos de trabalho até 2021	13
2.4 PAPE vai contribuir para o aumento da renda familiar	14
2.5 Mulheres exploram pedras e areia em condições desumanas	15
2.6 Mulheres rurais solicitam apoio	16
3. MERCADO INFORMAL	18
3.1 Mercado fronteiriço encerrado há mais de vinte anos	18
3.2 O “drama de quem ganha pão a engraxar sapatos	19
3.3 Províncias com autonomia para contratar obras públicas	20
3.4 Mulheres exploram pedras e areia em condições desumanas	20
3.5 «Grandes fornecedores são os responsáveis»	22
3.6 Resgatar a Operação resgate	22
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	24
4.1 Deputados do MPLA auscultam munícipes	24
4.2 Medicamentos, habitação, ensino e derivados de petróleo entre produtos isentos	24
4.3 Parlamentares constataam grau de execução do PIIM	26
4.4 Proposta do OGE/2020 apresentada aos parceiros	26
4.5 OGE 2020 cresce 14,5% com despesas e receitas de 13,7 biliões de Kwanzas	27
4.6 Proposta de OGE 2020 fixada em 15,8 biliões de kwanzas	28
4.7 Controlo da dívida pública nas prioridades do Governo	29
4.8 Fórum dos Municípios avalia avanços do PIIM	30
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	31
5.1 CNE aprova tarefas para as autárquicas	31
5.2 Autarquias CNE ainda «não sabe» o custo para realização das eleições	31
5.3 Províncias com autonomia para contratar obras públicas	32
5.4 Oposição faz questionamentos sobre as autarquias e emprego	33
5.5 Eleições sociedade civil que PIIM pode ameaçar autarquias	34
5.6 Eleições sociedade civil que PIIM pode ameaçar autarquias	35
5.7 Oposição defende celeridade no debate sobre leis autárquicas	36
5.8 Autarquias de 2020 ameaçadas	37
5.9 UNITA acusa Executivo de falta de vontade política	38

5.10	As autarquias, os parlamentares e os cidadãos	39
5.11	Realçado papel do PIIM na inclusão das localidades	39
5.12	Eleições autárquicas só e quando o MPLA quiser	40
5.13	Huambo acolhe fórum dos municípios e cidades	41
5.14	MPLA quer ou não autarquias	41
5.15	Fórum dos Municípios avalia avanços do PIIM	42

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 43

6.1	Casebres ao redor da centralidade do Sequele com dias contados	43
6.2	Famílias que habitavam em casebres são realojadas no Zango 4	44
6.3	Moradores das tendas do Zango 1 recebem casas no Luanda Limpa	44
6.4	Administração Municipal distribui chapas de zinco	45
6.5	Centros urbanos ocupam 30 por cento do território	45
6.6	Compliance no direito imobiliário	46
6.7	Casas vazias	47
6.8	Realojadas mais de 100 famílias desfavorecidas	48
6.9	Kilamba um novo bairro surge de forma tímida nas proximidades da centralidade	49
6.10	Casas destinadas a jovens são ilegalmente ocupadas	49
6.11	Construção tem peso no emprego e no PIB	50
6.12	Empresa “Praxis Gestão Imobiliária” acusada de esbulhar terrenos de camponeses no Kikuxi	51

7. TERRA 53

7.1	Casebres ao redor da Centralidade do Sequele com os dias contados	53
7.2	Comunidades rurais vão receber títulos de terra	54
7.3	Realojadas mais de 100 famílias desfavorecidas	55
7.4	Famílias que habitavam em casebres são realojadas no Zango 4	55
7.5	Administração Municipal distribui chapas de zinco	56
7.6	Projecto garante mais de três mil títulos de terrenos	56
7.7	Polícia acusada por camponeses de ajudar expatriado a usurpar terras na zona do Patriota	57
7.8	Projecto garante mais de três mil títulos de terrenos	58
7.9	Agricultura comercial, com 10% das terras aráveis, reflecte fraca aposta no sector	58
7.10	Moradores das tendas do Zango 1 recebem casas no Luanda Limpa	58
7.11	Ocupação Ilegal de terrenos ganha contornos de crime organizado	59
7.12	Explorações pecuárias minaram a segurança alimentar nos Gambos	60
7.13	Criadores de gado comerciais ocupam 67% das terras	61
7.14	Governo falha em respeitar a legislação nacional	61
7.15	Notas Recomendações para o Governo angolano	62
7.16	Kilamba um novo bairro surge de forma tímida nas proximidades da centralidade	62
7.17	Mulheres rurais solicitam apoio	63
7.18	Empresa “Praxis Gestão Imobiliária” acusada de esbulhar terrenos de camponeses no Kikuxi	64
7.19	Observações à problemática fundiária angolana	65

8. SERVIÇOS BÁSICOS 67

8.1	Hora de separar o lixo, há quem viva dele	67
8.2	Poluição do rio Muembeje inquieta munícipes de Cazengo	67
8.3	Rescova «trava» greve na Elisal após contestação de atrasos salariais	68
8.4	Aproveitamento de resíduos sólidos com níveis baixos	69
8.5	Estudantes propõem solução para o fim da seca no Curoca	70
8.6	Ondjiva privada de água há mais de duas semanas	70
8.7	Constatada qualidade da água consumida	71
8.8	Governo promete meter ainda (muito) mais...Água	71
8.9	Ligações clandestinas de água foram desactivadas	73

8.10	Água chega a mais de metade dos habitantes de Ambaca	73
8.11	Vítimas da seca têm mais apoio	74
8.12	Bairros sem contadores de consumo de água	75
8.13	Município de Xá-Muteba tem mais água potável	75
9.	GENERO E VIOLENCIA	77
9.1	Polícia prende mais de 160 armas todos os meses	77
10.	AMBIENTE	78
10.1	Atear fogo em florestas leva à responsabilização	78
10.2	Estudantes propõem solução para o fim da seca no Curoca	78
10.3	Alterações climáticas causam prejuízos de 750 milhões de dólares em cinco anos	79
10.4	“Conhecer os ciclos do clima evita prejuízos avultados”	81
10.5	Desflorestação Associação denuncia «cumplicidade» das autoridades	84
10.6	Governo poderá proibir uso de sacos de plástico	85
10.7	Reflorestar mangais que o betão destrói e a lenha consome	85
10.8	4 hectares de floresta devastados pelo fogo	87
10.9	Pedido plano de intervenção para conter efeitos da chuva	87
10.10	Chuva deixou vários bairros sem energia	87
10.11	Concluído concurso público para a execução de projectos	88
10.12	Constrangimentos da chuva voltaram em todos bairros	89
10.13	Depois da seca renasce a esperança no Cunene	89
10.14	Explorações pecuárias minaram a segurança alimentar nos Gambos	90
10.15	Polícia prende mais de 160 armas todos os meses	91
10.16	Salve-nos da seca	92
10.17	Vítimas da seca têm mais apoio	92
10.18	Criadores de gado namibianos invadem localidades no Cunene	93
10.19	Apreendida madeira Mussivi em posse de cinco chineses	93
11.	AMBIENTE	95
11.1	Desflorestação Associação denuncia «cumplicidade» das autoridades	95
11.2	Reflorestar mangais que o betão destrói e a lenha consome	95
11.3	4 hectares de floresta devastados pelo fogo	97
11.4	Explorações pecuárias minaram a segurança alimentar nos Gambos	97
11.5	Apreendida madeira Mussivi em posse de cinco chineses	98
12.	MIGRAÇÃO	99
13.	INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	99
13.1	Aumentam as reclamações contra actos de especulação	99
13.2	China garante atrair mais investidores para o País	100
13.3	MPLA renova relações com Partido Comunista	100
13.4	Feira de Mobiliário é aberta amanhã e garante preços baixos	101
13.5	Produção nacional de mobiliário lidera artigos expostos em Viana	102

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Preços cada vez mais altos deixam famílias sem alternativas

Novo Jornal

04 De Outubro de 2019

Texto: Ernesto Gouveia

O início do segundo trimestre deste ano trouxe consigo subidas nos preços dos produtos essenciais para o consumo das famílias. Os bens de primeira necessidade, em que estão incluídos os produtos da cesta básica, estão mais ausentes da ementa do cidadão porque o poder de compra é cada vez mais reduzido.

Marta Calunga desloca-se no início de cada mês aos armazéns retalhistas localizados no bairro da Calemba 2. Aquela moradora do bairro da Sapu lamenta que os preços de produtos como o arroz e a massa estejam a subir sem que as autoridades olhem para isso. Sete mil e oitocentos kwanzas é o valor que importa para a compra de um saco de 50 kg deste cereal, enquanto a caixa de massa pode custar entre 2500 kwanzas e três mil kwanzas.

A grande procura vai para os produtos perecíveis como os frescos que estão agora a exigir do consumidor o recurso à calculadora, para ver se vale a pena comprar ou não. Os preços destes bens alimentares ganharam uma aceleração que não dá grandes hipóteses para qualquer comprador acompanhar a passada.

Por exemplo, a caixa de coxa de frango varia entre sete mil e 11 mil kwanzas, enquanto a caixa de entrecosto é vendida entre 13 e 15 mil kwanzas. O preço é determinado pelo peso, daí a variação no valor a ser pago. "Está difícil", exclama Diogo Saturnino.

Aquele funcionário público, que tem visitado os armazéns e supermercados nos últimos três meses, afirma que as preces do consumidor são feitas para que os produtos mantenham o preço, já que, a seu ver, estes nunca vão baixar. "O buraco torna-se mais fundo quando o que já está caro sofre mais um aumento", lamentou Saturnino. O mesmo indaga a situação de outras famílias, muitas das quais numerosas, com grande parte dos seus membros desempregados.

"Com 10 mil kwanzas é impossível pensar em alimentar cinco pessoas numa casa. Desse jeito fica difícil aguentar. Ficamos sem saber se comemos nós ou comemos os nossos filhos", afirma Suzana João.

A senhora, já na idade de reforma, diz depender dos filhos para ter algum dinheiro na conta bancária mas, ainda assim, não encontra solução nas alternativas que passam pela compra a retalho. U A história é a mesma, o quilograma de arroz custa 300 kwanzas e o açúcar custa 350 Kz ".

Benfica, Calemba 2, Golf 2, Terra Nova e São Paulo tinham, no início da semana, um cenário em que os preços deixavam impotente qualquer consumidor. A lamentação era a alternativa que, infelizmente, não trazia resultados. Nos mercados informais estava instalada a extensão dos preços altos, como consequência do que os grossistas praticavam.

Victor, que trabalha há pouco mais de 10 anos como assistente de armazém no Calemba 2, faz uma comparação desta época em relação às anteriores e diz que o momento "não é bom", tanto para os vendedores como para os consumidores. U As trocas comerciais estão reduzidas diante de um salário que não faz frente à alteração dos preços e não beneficia de algum aumento", disse.

No limiar da situação em que o encarecimento dos bens alimentares está na ordem do dia e no topo das preocupações dos consumidores, surge a implementação do IVA com algumas incertezas e desinformação à mistura, fazendo com que algumas superfícies comerciais, no dia 1 de Outubro, abrissem depois das 10 horas. Outras não abriram as portas no dia anterior à entrada em vigor do IVA. A única justificação dada aos populares era que os preços estavam a ser "actualizados".

Até ao meio da manhã, os portões dos armazéns apresentavam uma moldura humana fora do comum.

A venda de produtos cujos preços devem ser vigiados, em função de uma regulação, está entre as razões que levam qualquer comerciante, grossista ou retalhista, a alterar o valor dos bens sem receio de alguma multa.

Especialistas em regulação económica apontam ainda que a penalização deverá ser superior à metade do valor investido. "É deste modo que o comerciante poderá sentir o peso da responsabilidade que tem com o público consumidor", defendem.

I.2 Da recessão económica à crise social

Jornal Expansão

11 De Outubro de 2019

Texto: Alves da Rocha

Sobre as duas componentes do título ninguém tem dúvidas neste momento. E também não existem muitos questionamentos sobre o modo de as ultrapassar, a saber o crescimento económico. Já discussões são admissíveis - e desejáveis se não forem muito demoradas - quanto às estratégias de o conseguir no mais curto espaço de tempo. Até porque existem lags na cadeia temporal de transmissão de efeitos do crescimento da produção sobre a redução dos desequilíbrios sociais, ou seja, não é imediata a melhoria das condições sociais.

Portanto, o grande debate situa-se em torno de como conseguir inverter as tendências do passado - desde 2009, mas especialmente depois de 2014 - e garantir uma variação real do PIE sustentável, mas admitindo que a sustentabilidade acaba sempre por ser relativa (qual a taxa de crescimento do PIE considerada sustentável no tempo? Bastará para isso ser superior à taxa de crescimento da população? Será suficiente estabelecer-se na vizinhança da taxa de crescimento potencial da economia (difícil de se calcular)?).

Durante o período 2002-2008 a taxa real média anual de variação do PIE foi de 10,2%, com os parciais de 11,1 % para o sector petrolífero e 12,8% para o não petrolífero. Que factores ajudam a explicar este elevado aumento real médio anual do produto interno bruto não petrolífero? As Contas Nacionais informam os seguintes crescimentos médios anuais: 8% para a agricultura, pecuária e florestas, 6,4% para a manufactura, 13,8% para a construção e 13,2% para a energia. No entanto, insuficientes para compreender totalmente os 12,8%, sobretudo porque os seus pesos relativos no PIE são baixos (em média 2002/2017 a manufactura deteve 4,2%, a agricultura 4,1 %, a construção 7,5% e a energia menos de 1%, num total de 16,8%). A contribuição média do grande sector dos serviços, no mesmo período de tempo, foi de 25%. A contribuição média do Estado no PIE, enquanto fornecedor de serviços, foi de 11,4%. Quer isto dizer que o sector não petrolífero se estrutura pouco na produção real, deslocando os factores do seu crescimento para o Estado, o comércio (muito baseado na importação) e em alguma medida para os transportes.

A primeira grande crise económica pós-finalização da guerra civil ocorreu entre 2008- 2012, tendo tido como causa primeira as consequências do subprime

habitacional sobre o crescimento económico mundial, que fez baixar o preço do barril de petróleo e, conseqüentemente, a capacidade de um crescimento baseado nas-exportações de petróleo e no efeito-contágio sobre o resto da economia, como o de Angola. Os ajustamentos nas finanças do Estado ocorreram quase de imediato - em meados de 2009 houve uma revisão profunda do Orçamento Geral do Estado e a economia perdeu a sua capacidade de crescimento.

Os planos e as políticas económicas do Governo, de onde sobressai o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, não foram competentes para recuperar a dinâmica de crescimento de 2002-2008 e as dinâmicas de crescimento reduziram-se dramaticamente entre 2012-2018, com a agravante de ter sido durante este período que sobreveio a segunda grande crise económica a partir de 2014, sempre como causa essencial a diminuição do preço do barril de petróleo. Nada de novo, afinal, dada a conhecida dependência do petróleo e também a não menos desconhecida incapacidade de se definirem e articularem políticas de desanexação desta influência das receitas da exploração de um recurso natural não renovável completamente sujeito aos caprichos e comportamentos do mercado internacional. A diversificação nunca teve verdadeiramente um início e o sistema económico está refém do que pode vir a acontecer, dentro de 15-20 anos, às reservas disponíveis de petróleo e à aceleração do processo mundial de substituição de combustíveis fósseis por outros mais amigos do ambiente e provavelmente com a mesma capacidade de indução sobre os sistemas produtivos.

A influência nefasta da brusca descida do preço do barril de petróleo em Julho de 2014 (mais de 45%) está perfeitamente clarificada nas taxas médias anuais de crescimento dos PIB's no período 2016-2018. Depois de 2008, a economia nacional entrou num processo de desaceleração estrutural da sua dinâmica de crescimento e depois de 2015 (a taxa de variação real do PIB neste ano correspondeu a uma estagnação) num processo claro de recessão. Num cenário de comportamento estável do preço do barril de petróleo entre 60 USD e 65 USD para os próximos anos, de atraso na recuperação da produção de crude e de deficiências institucionais e comportamentais, qual deve ser o papel da política monetária e da política orçamental? As posições divergem. Enquanto para uns estas políticas devem manter os seus conteúdos e rumos - priorizando a recuperação dos equilíbrios macroeconómicos desfeitos no passado e a estabilização macroeconómica, que, mais tarde ou mais cedo,

acabarão por ser os estandartes de um crescimento do PIB sustentável - para outras posições é necessário encontrarem-se pontes entre a estabilização e o crescimento, recorrendo a alguns exemplos internacionais de sucesso e ao pensamento e opiniões de Prémios Nobel de Economia que há muito tempo criticam este pensamento único centrado na restritividade daquelas políticas macroeconómicas.

Entretanto, enquanto o "pau vai e vem" as costas não folgam, contrariando-se o adágio popular. O mesmo é dizer, enquanto o crescimento não acontece, as condições sociais agravam-se, podendo mesmo falar-se de uma recessão social.

A participação dos salários no rendimento nacional, segundo as Contas Nacionais, ronda, e média no período 2002-2017, 25% com um ponto máximo de 28% em 2008. Esta reduzida participação no processo de criação e distribuição de rendimento tem justificação no reduzido valor médio das remunerações do trabalho (não mais de 50000 Kwanzas mensais) e na elevada taxa de desemprego. Resultado, o PIB por habitante tem diminuído e a sua taxa de crescimento ao longo do tempo afectada pelo sinal negativo.

Com uma taxa de desemprego de praticamente 30% da população economicamente activa, uma taxa de pobreza de 42%, uma taxa de desemprego jovem de 56% e uma tendência decrescente do rendimento médio por habitante, o que fazer então? Muitas revoluções sociais começaram assim, pois a capacidade de resistência da população tem limites muito concretos.

1.3 Cesta Básica IVA a caminho de um mês, preços dos principais bens de consumo disparam no mercado

Novo Jornal

25 De Outubro de 2019

Texto: Hortêncio Sebastião

Os preços dos principais produtos de consumo que integram a cesta básica têm subido nos diferentes mercados da capital do país, Luanda, embora estejam isentos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), apurou o NJ junto das principais superfícies comerciais.

A julgar que maioritariamente os luandenses preferem adquirir tais produtos nos mercados informais, estes continuam elevados há quase um mês

de vigência do IVA, não obstante às pressões e diligências contrárias efectuadas pelas autoridades reguladoras da actividade comercial.

Exemplo disso é o quilograma de arroz, que antes da entrada em vigor do IVA custava, no Mercado do 30, no município de Viana, 250 kwanzas, agora está fixado em 450 kwanzas. O quilo de açúcar comercializado anteriormente a 250 Kz custa neste momento 400 Kz, um aumento de 80%.

No mesmo local, o quilograma de feijão subiu para 800 kwanzas, contra os 500 Kz anteriores, representando um crescimento na ordem dos 60%, enquanto o litro de óleo vegetal passou de 350 para 600 kwanzas, um acréscimo de 71% em menos de um mês. No mesmo recinto, a embalagem de massa alimentícia custa 600 kwanzas, quando antes da implementação do IVA custava 250 kwanzas, um crescimento de 140%.

Nalguns estabelecimentos de venda a grosso localizados nas proximidades desse mercado, os preços também registaram alterações significativas, com o saco de açúcar de 25 quilogramas fixado ao preço de 15.500 kwanzas, a mesma quantidade em farinha de milho a 7.500 Kz, a caixa de óleo de 12 litros a 7.500 Kz e saco de arroz por 9.500 Kz.

Já nas lojas do Mercado grossista dos Congolenses, a caixa de óleo é vendida entre 7 mil e 7.200 kwanzas, a caixa de massa alimentar a 3.700 kwanzas, enquanto 25 quilogramas de arroz estão a ser comercializados a 10.500 Kz e a farinha de milho por 6.800 Kz e o açúcar está à venda a 8 mil kwanzas.

Na área do retalho, pode-se divisar que os produtos permanecem com preços elevados. A título de exemplo, o quilograma de açúcar situa-se entre os 400 e 500 Kz, o de arroz custa 450 Kz, o feijão (650 Kz) e o litro de óleo (700 Kz).

Entre os produtos com o IVA incluído mais procurados nos diferentes mercados está a coxa de frango que, com a caixa de 10 quilos, varia entre os 8 e 9 mil kwanzas, quando antes da vigência deste diploma era adquirida a 3.800 e 4.500 kwanzas.

Maria Violante, de 39 anos, é uma vendedeira a retalho do Mercado do São Paulo, que afirma que os preços continuam altos devido aos grossistas que também subiram os preços. Daí que não vê alternativa senão proceder da mesma maneira.

"Como seria possível nós aqui baixarmos os preços se em tudo que compramos os preços subiram?", indagou a mulher.

Entretanto, uma fonte do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INA- DEC), contactada pelo NJ, revelou que equipas conjuntas da Polícia das Actividades Económicas e do comércio prosseguem acções de fiscalização.

I.4 Cidadãos vão continuar a viver com menos de 1 USD/dia

Novo Jornal

25 De Outubro de 2019

Texto: Teresa Fukiady

O número de angolanos a viverem debaixo da pobreza vai continuar a subir nos próximos anos. Embora oficialmente as estatísticas do Governo apontem para uma redução no nível de pobreza, passando dos 36,6%, em 2017, para os actuais 29% (e que se pretende, até 2022, reduzir para 25%), outras organizações dizem que os números são muito mais altos.

O Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC), por exemplo, aponta que, contrariamente aos números divulgados pelo Governo (de 36,6%), a taxa de pobreza atingiu 52,1% da população, em 2017. Na altura, a população era estimada em 28 milhões de habitantes, o que significa que o país tinha mais de 15 milhões de pobres.

O Banco Mundial (BM), num relatório publicado em 2017, mostra que 30,3% dos angolanos vive com menos de 1,90 USO por dia, estimativa que deverá manter-se até 2020 em face do crescimento da população.

Muitos cidadãos ouvidos pelo NJ, contaram que, nos últimos dias, a vida tem sido cada vez pior e que são obrigados muitas vezes a «amarrar os cintos» por falta do que comer ou, na última das hipóteses, ter apenas uma refeição por dia à base de "arroz branco".

Outro relatório que também demonstra o nível de pobreza enfrentado pelos angolanos nos últimos tempos é o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) Global de 2018. segundo o documento, um em cada dois angolanos (51,2%) vive na pobreza multidimensional, com uma taxa de pobreza de 88,2% nas áreas rurais e 29,9% nas urbanas.

I.5 Somos tão Pobres. Venham a Nós as vossas...Doações!

Jornal Folha 8

26 De Outubro de 2019

As autoridades angolanas anunciaram esta semana que nos primeiros nove meses de 2019, registaram doações avaliadas em 4,7 milhões de dólares (4,2 milhões de euros), nomeadamente de bens alimentares e equipamentos, "destinados ao apoio institucional" e projectos das organizações não-governamentais. Nem mais.

Lá continuam os pobres dos países ricos a ajudar os ricos dos países pobres (que se servem em vez de servirem). Segundo a directora geral do Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades (Iprocac), Anabela Sarnpaio, as doações são provenientes de organizações internacionais, agências das Nações Unidas, igrejas e organizações não-governamentais (ONG) nacionais e estrangeiras que desenvolvem actividade em território angolano.

A instituição pública angolana, tutelada pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, registou igualmente, nos anteriores nove meses, a redução de 29 ONG estrangeiras, menos 28 em' comparação com o período homólogo.

"Em contra partida, em relação às OKG angolanas houve um aumento de 337 para 366", disse Anabela Sampaio, durante um encontro com as organizações não-governamentais angolanas e estrangeiras. em Luanda.

Pelo menos 437 ONG estão registadas no Iprocac. sendo 400 nacionais e 37 estrangeiras, nomeadamente 395 são associações, nove fundações e 33 instituições religiosas que desenvolvem acções em vários domínios.

Estados Unidos da América, Itália, Inglaterra e Espanha lideram a lista de ONG estrangeiras que actuam em Angola nos sectores da educação, saúde, agricultura e desenvolvimento comunitário.

"Apesar de termos o controlo de 437 ONG, existem sob nosso controlo e que conhecemos 67 projectos em execução que estão '1 ser desenvolvidos por 47 organizações nos mais variados sectores de

intervenção", explicou. Entre Janeiro e Setembro de 2019, as autoridades angolanas registaram ainda 129 pedidos de vistos para estrangeiros que trabalham em organizações não-governamentais.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Programa financia projectos para jovens empreendedores

Jornal de Angola
3 De Outubro, 2019

A partir de amanhã até 2021, cerca de 250 mil cidadãos vão beneficiar, em todo o país, de programas de micro-crédito e kits profissionais, através do Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE), num projecto orçado em 21 mil milhões de kwanzas.

O PAPE, cujo acto nacional de lançamento acontece amanhã no Cuando Cubango, é um programa que tem como objectivo reduzir a taxa de desemprego, combater a pobreza, a vulnerabilidade e fazer crescer a economia, tornando Angola num país melhor e com um futuro mais esperançoso.

Em conferência ontem, o director-geral do Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP) no Cuando Cubango, Manuel Mbangui, explicou que o programa tem duração de três anos.

A cerimónia de lançamento do PAPE vai ser presidida pelo ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato, e prestigiada pela presença do governador provincial, Júlio Bessa.

Seis meses depois da publicação em Diário da República, o PAPE coloca à disposição, a partir de amanhã, o correio electrónico oficial www.pape.gov.ao onde os interessados devem inscrever-se o para aderir ao programa.

Outros meios de inscrição podem ser feitos através dos centros de emprego e de formação profissional, SIAC e os correios electrónicos www.maptss.gov.ao, pape@maptss.gov.ao.

Estará ainda disponível no Serviço de Plataforma Electrónica (Sepe) e em aplicativo para telemóveis, incluindo a linha telefónica 222 338 940, bem como na rede sociais.

Mais de 200 jovens, que vão beneficiar do programa nesta primeira fase, estão expectantes com o lançamento do PAPE, por considerarem uma esperança para melhorar a sua condição de vida.

O jovem Marcelo António, entrevistado pelo Jornal de Angola, disse esperar que tudo dê certo para não ser mais um dos programas com fracasso anunciado.

O jovem alertou aos dirigentes para que tornem o programa o mais transparente possível, "porque muitos jovens não se inscreveram por sentirem-se desacreditados, mas vou esperar o dia da abertura para me inscrever."

"Estou desempregado a quase dois anos e espero encontrar a oportunidade para criar o meu próprio negócio", realçou.

Dados publicados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que a província do Cuando Cubango está entre as que têm maior índice de desemprego no país, estando no mesmo gráfico que o Cunene, Moxico, Lunda-Norte e Lunda Sul, onde a incidência pode chegar até aos 40 por cento das três milhões de pessoas que representam o número de desempregadas de todo o país.

A escolha para o lançamento do PAPE no Cuando Cubango, de acordo com Manuel Mbangui, foi de propósito. "Quando Cubango é a província escolhida por apresentar um índice elevado de desemprego. O INE publicou que a taxa de desemprego para essa região chega até aos 40 por cento", disse.

Um dos procedimentos apontados pelo director do INEFOP, para que os beneficiários do PAPE sejam legalizados, consiste na apresentação dos documentos passados pelas administrações, para que a actividade seja reconhecida, formalizada e, posteriormente, fazer a inscrição no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), obedecendo ao Sistema de Protecção Social Obrigatório.

Manuel Mbangui garantiu que, no Cuando Cubango, estão identificados 170 projectos que vão beneficiar de micro créditos, 17 projectos para apetrechar e atribuição de carteiras profissionais a 25 pessoas.

Alinhamento do PAPE

Manuel Mbangui explicou que a planificação do PAPE teve alguns sobressaltos, devido a necessidade de se ajustar novas medidas que vão ao encontro da actual realidade do país, depois das informações publicadas pelo I'E. Em função disso, segundo o director geral do INEFOP, conseguiu se apurar o número da população economicamente activa, constituída por cerca de 12 milhões de cidadãos. Deste número, adiantou, nove milhões estão empregados, perfazendo assim cerca de três milhões de desempregados em todo o país. "Com essas informações era necessário realinhar a actuação do PAPE", acrescentou.

Plataforma "eBumba"

A plataforma "eBumba", um espaço que vai servir de interacção entre cliente e prestadores de serviços, é lançado igualmente amanhã. Neste espaço, os jovens formados pelo P PE e outros organismo vão estar cadastrados para melhor de desenvolverem as suas habilidades.

Manuel Mbangui admitiu que esta medida surge em resposta ao facto de, durante muito tempo, o sistema ter formado jovens de diferente áreas de prestações de serviços, mas sem os cidadãos saberem onde encontrá-los. "Só no ano passado formamos perto de 48 mil jovens, em 148 especialidades.

Na plataforma vão estar disponíveis profissionais capazes de trocar uma lâmpada, montar um ar condicionado, barbeiros, electricistas – auto, mecânicos, etc, disse.

2.2 O micro-crédito e o combate ao desemprego

Jornal de Angola
04 De Outubro, 2019

Não há dúvida de que o combate ao desemprego é uma das principais prioridades do Governo, que tem previstas na sua agenda acções concretas destinadas a permitir que milhares de jovens possam realizar alguma actividade produtiva lucrativa.

É importante que o Governo continue a dar muita atenção ao combate ao desemprego, porque muitos problemas sociais podem ser resolvidos por via de criação de muitos postos de trabalho em todo o país.

Governar implica acção. Acção no sentido da resolução efectiva dos problemas das pessoas. Os governantes, depois de eleitos, devem se concentrar na busca de soluções para os problemas dos cidadãos.

É verdade que há problemas complexos de difícil resolução, mas os cidadãos elegem aqueles que entendem ser os melhores para os resolver.

Que os problemas da sociedade não sejam esquecidos nos departamentos ministeriais, mas que estejam sempre no centro das preocupações de quem tem a responsabilidade de promover o bem-estar de todos os cidadãos.

O Governo vai implementar o Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE), projecto orçado em mais de vinte mil milhões de kwanzas. O Plano destina-se a facilitar o acesso de muitos jovens

ao micro-crédito, para poderem realizar pequenos negócios.

O PAPE, cujo acto de lançamento ocorre hoje no Cuando Cubango, tem como objectivo reduzir a taxa de desemprego, combater a pobreza e fazer crescer a economia.

É entretanto necessário que o processo de execução do PAPE seja realizado de modo a que os que realmente precisam de crédito sejam os beneficiados. A experiência do passado, em termos de concessão de crédito à produção, mostrou-nos que nem sempre foram transparentes os critérios de atribuição de financiamentos a potenciais empresários.

Que haja no processo de concessão de micro-crédito muita transparência e que os financiamentos cheguem realmente a quem precisa deles. O micro-crédito tem sido um sucesso em vários países em vias de desenvolvimento, estando a retirar muitos milhares de pessoas da miséria.

Um dos nossos grandes problemas no passado residiu no facto de servidores públicos, que estavam à frente de certos programas de combate ao desemprego, não terem sido honestos e de terem enveredado por práticas que se traduziam no aproveitamento da sua posição em determinada instituição do Estado para prejudicar aqueles que realmente estavam interessados em fazer bons negócios.

Há sinais de que o Governo não pretende mais permitir injustiças, e que vai criar mecanismos que impeçam que pessoas desonestas coloquem entraves à implementação de um programa que pode tirar muitas famílias da pobreza.

É necessário assegurar que à frente de projectos do Estado de grande alcance e elevada projecção não estejam servidores públicos que não têm capacidade para os executar, no interesse do país.

Há ainda servidores públicos que só olham para os seus interesses pessoais ou para os do seu grupo. Não sejamos ingénuos. Há ainda muita gente à espera de uma oportunidade para continuar a lesar os interesses do Estado e consequentemente dos cidadãos.

2.3 PAPE criará 250 mil postos de trabalho até 2021

Jornal de Angola

5 De Outubro de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

O ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato, garantiu ontem, em Menongue, que o Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE) vai contribuir para o aumento da renda familiar e a redução da pobreza no país.

Jesus Maiato assegurou que, com a criação de mais de 250 mil postos de trabalho, até 2021, o plano vai promover a formalização de pequenos negócios e a reconversão da economia informal.

No primeiro dia do lançamento do PAPE, foram beneficiados 170 cidadãos, com micro créditos nas distintas modalidades previstas no plano, apetrechados 17 projectos como oficinas, salão de cabeleireiro e alfaiatarias, bem como a distribuição de carteiras profissionais a 25 cidadãos.

O ministro apelou aos primeiros beneficiários a serem um exemplo, para que, além do uso racional dos meios concedidos, possam estimular a candidatura dos demais cidadãos. O plano prevê que o Estado pague até 50 por cento do valor do crédito, dependendo da complexidade de cada projecto.

Jesus Maiato esclareceu que o projecto vai dar um período de carência ou de graça de quatro meses, para que os empreendedores fiquem sem pagar ao banco, tendo a taxa de juro sido fixada em um por cento. Depois, os beneficiários terão um ano para devolver o crédito. Mas caso não consigam neste período, podem renegociar com o banco e alargar o prazo.

O PAPE tem como objectivo dinamizar um conjunto de acções, actividades e projectos que visam estimular o surgimento de mais de 250 mil novos postos de trabalho no mercado de emprego, contribuindo, assim, para estabilidade dos empregos criados e a redução dos níveis de desemprego.

O plano visa complementar os esforços do Executivo no compromisso da implementação de programas que contribuem para o aumento dos níveis de empregabilidade, como mecanismos de combate à pobreza e à exclusão social.

O ministro esclareceu que a província do Cuando Cubango foi escolhida para o lançamento do PAPE pelo potencial do capital humano e económico que,

uma vez aproveitados, vão contribuir para a redução da taxa de desemprego, que actualmente ronda os 30,1 por cento.

Jesus Maiato reconheceu que o país vive um momento particular e desafiante nos domínios económico e social, em que o cenário macroeconómico estima para uma taxa de crescimento do PIB de 0,4 por cento. Acrescentou que os indicadores de confiança nos diferentes sectores de actividade económica continuam decrescentes, afectando, de certa forma, a paz social.

Com vista a reverter o quadro, sublinhou, várias têm sido as medidas adoptadas pelo Executivo, dentre as quais destaca-se os programas de Apoio ao Crédito (PAC), de Apoio a Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) e de Privatização das Empresas detidas pelo Estado.

"Todos estes programas estão alicerçados num ambiente de reformas administrativas, com vista a simplificação do processo de criação de empresas, desburocratização, melhoria do ambiente de negócios e redução da intervenção do Estado na economia", referiu.

O ministro lembrou que os dados sobre o emprego e desemprego em Angola, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no terceiro trimestre deste ano, apresenta um cenário preocupante com a taxa de desemprego a afectar 29 por cento da população economicamente activa.

Jesus Maiato sublinhou, entretanto, que a referida taxa ocorre num contexto favorável para a sua reversão, tendo em consideração a existência de uma população activa maioritariamente jovem e com capacidade de empreender, inúmeros recursos naturais por aproveitar, bem como de explorar novas oportunidades de negócios. "Num mercado de consumo estimado em 30 milhões de habitantes, é oportuno o surgimento do PAPE", afirmou o ministro, ao sustentar a criação do referido plano.

Outras valência do PAPE

O ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social disse ainda que, com o PAPE, vai-se aumentar a capacidade institucional dos centros de formação profissional e de emprego, tanto públicos como privados, melhorando a sua organização e funcionamento, a qualidade da oferta formativa, bem como a extensão da rede das unidades formativas e de emprego.

"O PAPE vai fomentar e apoiar o espírito de iniciativa dos empreendedores, fundamentalmente,

dos jovens e mulheres, valorizar o exercício das profissões, através da atribuição das carteiras profissionais, e dar oportunidade de estágios aos cidadãos recém-formados", adiantou.

Jesus Maiato disse que será reforçado o fomento e o surgimento das micro e pequenas empresas, através da atribuição de micro créditos, kits e ferramentas de trabalho, bem como a melhoria do respectivo ambiente de prestação de serviço, que será feito através de uma plataforma electrónica para dinamizar a intermediação, fundamentalmente para os profissionais que exercem actividades por conta própria.

O ministro lembrou que o plano é de âmbito nacional, com enfoque nas comunidades, beneficiando todos os cidadãos com idade activa que reúnem requisitos estabelecidos para cada iniciativa.

Os objectivos do PAPE, sublinhou, traduzem a concretização das linhas contidas no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, especificamente no que diz respeito à promoção da empregabilidade, como referiu o Presidente da República, João Lourenço, no seu discurso de investidura, em Setembro de 2017.

2.4 PAPE vai contribuir para o aumento da renda familiar

Jornal de Angola

5 De Outubro de 2019

Edivaldo Cristóvão

O ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato, garantiu, ontem, em Menongue, que o Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE) vai contribuir para o aumento da renda familiar e a redução da pobreza no país.

Jesus Maiato assegurou que, com a criação de mais de 250 mil postos de trabalho, até 2021, o plano vai promover a formalização de pequenos negócios e a reconversão da economia informal.

No primeiro dia do lançamento do PAPE, foram beneficiados 170 cidadãos, com micro-crédito nas distintas modalidades previstas no plano, apetrechados 17 projectos como oficinas, salão de cabeleireiro e alfaiatarias, bem como a distribuição de carteiras profissionais a 25 cidadãos.

O ministro apelou aos primeiros beneficiários a serem um exemplo, para que, além do uso racional dos meios concedidos, possam estimular a

candidatura dos demais cidadãos. O plano prevê que o Estado pague até 50 por cento do valor do crédito, dependendo da complexidade de cada projecto.

Jesus Maiato esclareceu que o projecto vai dar um período de carência ou de graça de quatro meses, para que os empreendedores fiquem sem pagar ao banco, tendo a taxa de juro sido fixada em um por cento. Depois, os beneficiários terão um ano para devolver o crédito. Mas caso não consigam neste período, podem renegociar com o banco e alargar o prazo.

O PAPE tem como objectivo dinamizar um conjunto de acções, actividades e projectos que visam estimular o surgimento de mais de 250 mil novos postos de trabalho no mercado de emprego, contribuindo, assim, para a estabilidade dos empregos criados e a redução dos níveis de desemprego.

O plano visa complementar os esforços do Executivo no compromisso da implementação de programas que contribuem para o aumento dos níveis de empregabilidade, como mecanismos de combate à pobreza e à exclusão social.

O ministro esclareceu que a província do Cuando Cubango foi escolhida para o lançamento do PAPE pelo potencial do capital humano e económico que, uma vez aproveitados, vão contribuir para a redução da taxa de desemprego, que actualmente é de 30,1 por cento.

Jesus Maiato reconheceu que o país vive um momento particular e desafiante nos domínios económico e social, em que o cenário macroeconómico estima para uma taxa de crescimento do PIB de 0,4 por cento. Acrescentou que os indicadores de confiança nos diferentes sectores de actividade económica continuam decrescentes, afectando, de certa forma, a paz social.

Com vista a reverter o quadro, sublinhou, várias têm sido as medidas adoptadas pelo Executivo, dentre as quais destaca -se os programas de Apoio ao Crédito (PAC), de Apoio a Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) e de Privatização das Empresas detidas pelo Estado.

"Todos estes programas estão alicerçados num ambiente de reformas administrativas' com vista a simplificação do processo de criação de empresas, desburocratização, melhoria do ambiente de negócios e redução da intervenção do Estado na economia", referiu.

O ministro lembrou que os dados sobre o emprego e desemprego em Angola, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no terceiro trimestre deste ano, apresenta um cenário preocupante com a taxa de desemprego a afectar 29 por cento da população economicamente activa.

Jesus Maiato sublinhou, entretanto, que a referida taxa ocorre num contexto favorável para a sua reversão, tendo em consideração a existência de uma população activa maioritariamente jovem e com capacidade de empreender, inúmeros recursos naturais por aproveitar, bem como de explorar novas oportunidades de negócios.

"Num mercado de consumo estimado em 30 milhões de habitantes, é oportuno o surgimento do PAPE", afirmou o ministro, ao sustentar a criação do referido plano.

Outras valência do PAPE

O ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social disse ainda que, com o PAPE, vai-se aumentar a capacidade institucional dos centros de formação profissional e de emprego, tanto públicos como privados, melhorando a sua organização e funcionamento, a qualidade da oferta formativa, bem como a extensão da rede das unidades formativas e de emprego.

"O PAPE vai fomentar e apoiar o espírito de iniciativa dos empreendedores, fundamentalmente, dos jovens e mulheres, valorizar o exercício das profissões, através da atribuição das carteiras profissionais, e dar oportunidade de estágios aos cidadãos recém formados", adiantou. O ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social disse que será reforçado o fomento e o surgimento das micro e pequenas empresas, através da atribuição de micro créditos, kits e ferramentas de trabalho, bem como a melhoria do respectivo ambiente de prestação de serviço, que será feito através de uma plataforma electrónica para dinamizar a intermediação, fundamentalmente para os profissionais que exercem actividades por conta própria.

O ministro lembrou que o plano é de âmbito nacional, com enfoque nas comunidades, beneficiando todos os cidadãos com idade activa que reúnem requisitos estabelecidos para cada iniciativa.

Os objectivos do PAPE, sublinhou, traduzem a concretização das linhas contidas no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, especificamente no que diz respeito à promoção da empregabilidade, como referiu o Presidente da

República, João Lourenço, no seu discurso de investidura, em Setembro de 2017.

2.5 Mulheres exploram pedras e areia em condições desumanas

Novo Jornal

18 De Outubro 2019

Texto Suzana Mendes e João Faria

Seis dias por semana, Juliana Tchopeto, residente no município da Cela, dirige-se a um riacho para retirar areia. Mergulha na água turva do pequeno rio, e, com auxílio de uma pá, retira o inerte do seu leito, que depois deposita num ponto próximo. Diariamente, a mulher, de 39 anos, faz este trabalho em média por doze horas, chegando a mergulhar mais de vinte vezes para conseguir uma quantidade suficiente de areia para vender à beira de uma estrada próxima. Esta é a rotina de centenas de mulheres que exploram inertes naquele município da província do Kwanza-Sul para garantir o sustento das suas famílias.

Um dos pontos de extracção localiza-se no bairro Mbuandague, no município da Cela, onde muitas mulheres se dirigem diariamente a um riacho local com pás e banheiras para retirar areia. Elas mergulham quase a totalidade do corpo, ficando apenas com a cabeça fora da água e retiram areia, repetindo este movimento dezenas de vezes. Muitas levam os filhos, incluindo crianças com menos de um ano de idade, que ficam na beira à espera que as mães terminem a jornada de trabalho. Os mais crescidos têm a tarefa de recolher folhas e lenha para mais tarde as mães fazerem a única refeição do dia.

Juliana Tchopeto está envolvida no negócio há vários anos sendo uma das mulheres mais antigas que se dedica a extrair a areia do leito do rio. Contou-nos que começou a fazer o trabalho em 2008 porque tanto ela como o marido estavam desempregados, com 8 filhos para criar e sem qualquer fonte de sobrevivência.

Após várias horas de trabalho, ela carrega a areia retirada da água até à estrada mais próxima e aguarda por clientes. A espera, na maior parte das vezes, é longa. "Vendemos cada monte de areia por dois mil kwanzas, mas muitas vezes o cliente reclama e fica por mil e quinhentos. Aceitamos baixar o preço, só para ter alguma coisa para comer em casa", explicou. Diariamente, revelou, consegue em média três mil kwanzas mas, nos dias em que há poucos, clientes acumula apenas dois mil.

"O dinheiro não chega, é apenas para dar alguma coisa para os meus filhos comerem, porque o meu

marido até agora não está a trabalhar e as crianças precisam de comer e estudar", acrescentou Juliana enquanto despejava mais uma pá retirada do rio em meio a lamentos na língua local que ela expressava numa canção improvisada. "A minha vida é muito difícil", resumiu.

Já Júlia Benjamim, 23 anos, residente no bairro Kingango, faz também o mesmo trabalho. Lamenta o trabalho penoso e aguarda por apoio do Governo porque diz estar cansada "de tanto sofrimento". Contou-nos que, mesmo grávida, teve que continuar a trabalhar e que sente o corpo dolorido de tanto esforço. "Ganhamos quase nada, é mesmo só para remediar", frisou em meio a choros de crianças que estavam no local.

Para além da exploração de areia, na mesma zona as mulheres estão também envolvidas no comércio de pedras que resulta de um trabalho difícil e perigoso.

Elas sobem até às zonas mais elevadas das montanhas, no Mbuandangue e no Morro da palmeira, no Aldeamento 6, onde com picaretas e ferramentas rudimentares de ferro retiram grandes pedras que depois empurram colina abaixo. O passo seguinte é descer e partir o pedregulho para depois vendê-lo aos montes.

Segundo as mulheres entrevistadas, o trabalho comporta vários riscos, a tal ponto que este ano uma senhora morreu em consequência de um acidente durante a exploração de pedras, no Morro da Palmeira. Outras acabaram feridas e mutiladas, contaram.

Apesar dos acidentes de trabalho, as mulheres continuam a arriscar a vida e justificam a insistência por não terem outra fonte de sustento. Diariamente, conseguem pouco mais de três mil kwanzas e é com esse dinheiro que muitas delas garantem a sobrevivência da família.

"Nos dias em que tenho clientes, consigo algum dinheiro e compro algo para comer mas, se não vender nada, as crianças passam o dia todo a chorar e dormimos mesmo com fome", lamentou Domingas Chilombo, 35 anos, enquanto investia toda a sua força para reduzir uma enorme pedra.

Ouvida sobre a questão, Manuela Barros, directora executiva do Grupo de Liderança Feminina (GLIF), uma organização da sociedade civil baseada do Kwanza-Sul, lamenta a situação enfrentada pelas mulheres que fazem da extracção de inertes na província o seu ganha-pão e faz questão de realçar que elas executam este trabalho devido "à luta pela sobrevivência".

Tendo em conta a dramática situação que se vive naquela localidade, Manuela Barros chama a atenção das instituições do Governo no sentido de apoiarem as famílias envolvidas, criando oportunidades de emprego e melhorando as condições sociais nas localidades do Kwanza-sul, onde as mulheres fazem a extracção de inertes.

Para apoiar as mulheres, Manuela Barros defende que as mesmas devem beneficiar de cursos técnico-profissionais que as capacitem no sentido de desenvolverem outro tipo de actividade, ou serem inseridas no mercado de trabalho ao mesmo tempo que defendeu a necessidade de as mesmas organizarem-se em cooperativas para que possam beneficiar de projectos implementados por instituições do Governo e por organizações da sociedade civil.

Administração local promete apoio

António Avelino, técnico do departamento para os Assuntos políticos, Económicos e Sociais da Administração da Cella, reconhece que a instituição tem conhecimento do trabalho feito pelas mulheres na extracção de inertes e revelou que está em curso um trabalho para que sejam cadastradas, bem como os locais onde a actividade é exercida.

"Temos acompanhado a situação e, no quadro das políticas do Estado, temos desenvolvido programas no sentido de apoiar estas pessoas para que deixem de fazer este trabalho", explicou o técnico. O objectivo, acrescentou, é apoiar as mulheres no sentido de criarem cooperativas para que possam beneficiar de iniciativas implementadas pelo Governo, incluindo o crédito bancário, "para iniciarem os seus negócios".

Finalmente, António Avelino refere que a maior parte das pessoas que faz este trabalho vive em zonas rurais "onde a agricultura é viável", pelo que a administração local está a trabalhar no sentido de apoiá-las para que possam dedicar-se à agricultura. "Por outro lado, apelámos às empresas locais que fazem a exploração de inertes para que empreguem ou apoiem este grupo que tanto precisa de ajuda", frisou o técnico da administração local.

2.6 Mulheres rurais solicitam apoio

Jornal de Angola

29 De Outubro, 2019

Texto: Kamuanga Júlia

Mulheres de vários estratos sociais da província da Lunda-Sul defendem a simplificação de critérios para

atribuição de terras para o cultivo, bem como acesso ao crédito bancário, visando o aumento da produção nas comunidades.

O apelo foi feito em Saurimo durante um fórum sobre a mulher rural, promovido pela Direcção Provincial da Acção Social, Família e Igualdade do Género.

“A realidade da mulher no campo apela ao reforço em meios, como transporte, para facilitar o escoamento dos produtos. Esse encontro visa avaliar políticas públicas definidas e realinhar projectos e programas com o foco na resolução dos principais problemas que afectam as mulheres rurais”, disse a directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade do Género, Maria Guilherme.

A promoção e valorização da mulher rural, definição de projectos que contribuam para a melhoria das condições de vida e criação de associações, para facilitar a captação de apoios do Governo, constam entre as estratégias definidas pelo Gabinete da Acção Social, Família e Igualdade do Género, segundo Maria Guilherme.

O contributo da mulher rural na luta de libertação nacional preencheu parte do discurso proferido pelo vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Leandro Caputo, que, entre as inúmeras dificuldades enfrentadas pela mulher rural sublinhou as de acesso aos serviços sociais básicos, formação técnico-profissional e emprego.

No domínio da gestão do lar citou a desestabilização familiar, reflexo da violência e fuga à paternidade. “Estas e outras preocupações continuam a preocupar o Governo, que, através da mobilização nas comunidades, em palestras, procura banir práticas negativas”.

Durante o fórum sobre a mulher rural foram debatidos temas ligados aos critérios de acesso à terra, fomento ao crédito para o exercício da agricultura, piscicultura, melhoramento da renda das famílias no meio rural, bem como contribuição das parteiras tradicionais, como agentes de mobilização social para a saúde reprodutiva.

Foram ainda debatidos temas ligados aos mecanismos para captação de água e práticas para adesão das mulheres ao processo de alfabetização.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Mercado fronteiriço encerrado há mais de vinte anos

Jornal de Angola
02 De Outubro

Está tudo parado. Há 42 quilómetros da sede municipal de Maquela do Zombo, o Posto Fronteiriço de Quimbata continua, oficialmente, encerrado.

O projecto de reabertura não passou do papel, quando, em 2015, estavam praticamente criadas as condições para a construção de infra-estruturas de acomodação dos bens transaccionados entre os dois países (Angola e RDC) e dos meios de transporte, para melhorar a fiscalização das áreas circundantes, que carecem de maior protecção e que constituem pontos de entrada de imigrantes ilegais e de mercadorias contrabandeadas.

O mercado seria instalado numa área com 455 hectares, distribuídos em 24 lotes, para a construção de armazéns, áreas de comércio grossista, retalhista e cambial e parte administrativa, onde funcionaria a Polícia de Guarda Fronteira e a Polícia Nacional, bem como a parte residencial e hoteleira.

Segundo o projecto apresentado no mesmo ano, na localidade de Quimbata, previa-se a construção de várias infra-estruturas escolares e sanitárias, num espaço de cerca de 24 hectares. O projecto tinha pernas para andar, sobretudo depois que ficaram concluídos os trabalhos de desminagem, limpeza e loteamento dos espaços onde seriam implementados esses serviços.

Os contactos entre o Governo do Uíge (Angola) e o do Baixo Congo (RDC), para um intercâmbio cultural e de segurança da fronteira comum estavam muito avançados. Agora, o capim alto esconde os limites dos espaços reservados à construção do futuro mercado fronteiriço de Quimbata.

Num passado ainda recente, o actual mercado do tipo artesanal registava um grande movimento de congolezes. Alguns iam lá comprar bens alimentares diversos e outros levavam boas quantidades de mandioca, safu, ginguba e quicuanga, para vender ou trocar com açúcar, leite, azeite doce, sal, peixe seco e óleo alimentar.

Era grande o número de viaturas que chegava e saía do local. Faltava espaço para estacionar. Hoje, o movimento é muito fraco. Já não se regista trocas comerciais. Do outro lado da fronteira, as vias estão muito degradadas. Por falta de transporte, os congolezes já não levam produtos ao mercado de Quimbata.

"Muitos deles entram aqui de mãos a abanar. Já não trazem nada para vender ou trocar. Estão sem dinheiro", disse André Muanza, o responsável pelo sector do Comércio no município.

Reduzida a presença de congolezes, muitos nacionais não desistem do negócio. Muito cedo, aos sábados, chegam ao local com grandes quantidades de bombó. Outros produtos, como o gergelim, previde, ginguba, feijão, banana e bens industriais diversos também são vendidos no local, em poucas quantidades.

Vendas só aos sábados

A maioria dos vendedores vive na localidade. Outros saem da sede municipal de Maquela do Zombo e da província de Luanda, como Davita Ndongala, vendedor de cintos multicolores. Vive no bairro da Mabor, no Cazenga.

Desempregado, o jovem sentiu necessidade de fazer alguma coisa para garantir o sustento da família (mulher e filho). Incentivado por um amigo, há dois anos que realiza o negócio na fronteira. Compra os cintos em Luanda, no mercado dos Kwanzas. Pela passagem de ida e volta de auto-carro, de Luanda a Maquela do Zombo, Ndongala gasta 12 mil kwanzas.

"Vendo aqui todos os sábados. Mas fico até segunda - feira para continuar com as vendas na praça do Masseque", diz o negociante, de 32 anos. Com o dinheiro das vendas, compra muitos litros de tangawissi (bebida extraída do gengibre), que comercializa na capital do país.

O saco de sarapilheira é pequeno para colocar tanto feijão. Nzongo Maria também não se envergonha de comprar previde e gergelim no mercado, apesar de o seu marido ter fama de ser "grande agricultor" da região de Quimbata.

"O que o meu marido produz só dá para comer. Eu compro tudo isso para vender", esclarece a mulher, que realiza o exercício há quatro anos.

Três meninas, menores de 12 anos, vendem folhas de matete, utilizadas para forrar a quicuanga. Todos os sábados, elas marcam presença no mercado. Cada feixe custa soe kwanzas. "Com o dinheiro que

ganhamos, compramos cadernos e os lápis", atiram.

Uma das mais antigas vendedoras do mercado fronteiro de Quimbata vive no Kimpinda, um bairro próximo da fronteira. Há mais de nove anos que Vela Madalena comercializa ali o bombó. Ela revela que a escola dos seus quatro filhos e todos os problemas de saúde que apresentam são suportados com os lucros do negócio.

Outra vendedora, Júlia Makiesse, vende roupas e chinelas para crianças e adultos, além de cabelo postiço e brinquedos. Vive na sede municipal de Maquela do Zombo e há três anos que realiza negócios na fronteira de Quimbata.

"Compro as roupas na cidade do Uíge e, às vezes, em Luanda. Faço o possível para não faltar nada aos meus três filhos", declara.

3.2 O "drama de quem ganha pão a engraxar sapatos

Jornal Economia e Finanças

04 De Outubro de 2019

Texto. António Eugénio

Há "mil" oportunidades para se ganhar a vida. O gosto e afeição determina o ganho. Jovens, adultos e adolescentes sobrevivem engraxando sapatos, uns com local fixo para exercer a profissão, outros nem por isso. Verdadeiros guerreiros que de cima a baixo, giram a cidade à procura de alguém para "limpar" os sapatos. Para no fim, conseguir algum dinheiro e "aguentar" o tempo. O exercício não é fácil, requer muita paciência e astúcia.

Com um sentido de humor afinado, Florêncio Binga usa este dó para atrair a clientela. O seu ponto de trabalho está montado: É próximo a um número considerável de instituições Estado e privadas. Por cada "graxa" cobra 100 kwanzas, inclusive há "kilapi", para os clientes mais antigos.

Há três anos investiu 5 mil kwanzas para começar o pequeno negócio. Os lucros minimizam as preocupações em casa, mas não entra em detalhe dos valores que arrecada. Quanto é que factura por dia? Com um sorriso irónico, "Kota dá para dar pão às crianças", são ao todo, três pessoas para sustentar.

Além de engraxar vende também cigarros e bebidas alcoólicas a seus colegas, cada pacote custa 200 kwanzas. "Gosto do que faço e vou continuar". Florêncio pensa no futuro seguir um curso técnico para concretizar a intenção, está juntar um dinheiro, e

passar o testemunho aos seus filhos "que tudo na vida tem um custo".

Factura

Ao lado, dois colegas com a mesma rotina diária, facturam a mesma quantidade. Contudo, grande parte do valor é gasto no consumo de álcool. Em plena manhã estão ébrios, "martelam" às palavras.

É terça-feira de manhã, um jovem calvo, Domingos Cupinga trajado de "T-shirt e jeans" exala um "bafo" da bebida consumida, mas não pára de falar. Conta que, já chegou a facturar bem, porém nos dias de hoje, o negócio está tremido. Sem vacilar explica que há dias que não consegue levar dinheiro para casa.

Imediatamente foi reprovado pelo grupo de colegas, "Você bebe muito, é por isso que não levas nada", desorientado pela reacção dos jovens disse.

"Levo sim 'por vezes 2 mil kwanzas, mas estes dias não, os clientes aparecem pouco, mas o ganho maior é no fim do mês", disse.

Alberto Francisco conta a mesma história. Ainda assim, dá para aguentar o "Game que está violento", explica.

Na zona do Talatona, muitos jovens encontram neste negócio a sobrevivência. O investimento do material adquirido está calculado em 10 mil kwanzas, feito por um carpinteiro local. Grande parte do material é local, com excepção da pomada e a escova.

Um homem aparentemente na faixa dos 30 anos identificado por Ganguela, pratica este negócio há mais de 10 anos, o dinheiro que recebe permite sobreviver.

Com os poucos recursos que ganha, além de alimentar a família, paga também a formação dos filhos numa escola comparticipada.

As histórias não diferem do engraxador que todos dias de manhã tem a paragem dos taxistas na Centralidade do Kilamba, município de Belas.

Armando Capiri é um jovem que encontra também sustento na graxa, a paragem é o posto de trabalho.

Diariamente amealha uma quantia de 2 mil kwanzas.

Apoio

O Governo angolano em parceria com empresas privadas, construíram as chamadas "Paragens do brilho", uma espécie de micro-cooperativas.

Um programa de inclusão social foi promovido pelo Governo Provincial de Luanda, que visou também o registo de engraxadores. O projecto consistiu na instalação de paragens com cadeiras de engraxar. Além das cadeiras, estes profissionais também foram apetrechados com fatos de identificação, passes e material de trabalho.

Calcula-se ter abrangido 40 pessoas, voluntárias entre 15 e 42 anos. O programa teve início em 2010. Os profissionais beneficiaram também de equipamentos de trabalho em vários pontos da capital angolana.

3.3 Províncias com autonomia para contratar obras públicas

Jornal de Angola

15 De Outubro, 2019

Texto: Carla Bumba

Os governos provinciais passam, a partir de agora, a ter autonomia financeira para a construção e reparação de estradas, para o que deixam de precisar de autorização dos órgãos centrais do Estado, declarou ontem o ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares.

Ao falar na abertura de um seminário de “Capacitação e licenciamento de empresas no sector da construção civil e obras públicas”, Manuel Tavares informou que estão a ser implementadas medidas para descentralizar os serviços prestados pelas empresas do sector por via da transferência de competências e responsabilidades ao poder local. Para o efeito, avançou que estão em curso acções de licenciamento das empresas que desenvolvem actividades no domínio da construção civil e obras públicas de forma a tornar os processos mais expeditos. “O Estado tem atribuído responsabilidades aos governos provinciais, porque não faz sentido a estrutura central do sector construir e colocar o tapete asfáltico de uma rua, reparar ou fazer a manutenção, por exemplo, como o ‘tapa buracos’”, apontou.

Para o ministro da Construção e Obras Públicas, o novo paradigma de trabalho tem o objectivo de melhorar o ambiente de negócios, com vista a atrair mais investidores nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da economia.

O secretário de Estado da Construção Civil e Obras Públicas, Molares D'Abril, afirmou que Angola vive momentos de desafios permanentes e dinâmicos, sendo a conjuntura internacional muitas vezes adversa às necessidades do país, uma vez que coloca imensa pressão sobre a economia. O

Executivo tem dedicado esforços em vários projectos para aumentar a eficiência dos serviços públicos. “É nesta senda que o conceito de gestão de proximidade ao cidadão faz toda a diferença”, disse o secretário de Estado Molares D'Abril.

O director-geral adjunto do Instituto Regulador da Construção Civil e Obras Públicas (IRCCOP), Baltazar de Oliveira, informou que os governos provinciais vão receber apoio para o licenciamento das empresas do sector por via da concessão de um título. “Este título, com validade de 10 anos, permite a qualquer cidadão, com menos recursos, legalizar e ter acesso a um alvará para construção civil”, referiu o responsável.

Baltazar de Oliveira adiantou que a intenção do IRCCOP é retirar do mercado informal todos os cidadãos com profissão de pedreiro, jardineiro, carpinteiro e garantir um título com validade de 10 anos. “Este título, concedido aos profissionais, vai exigir uma quota de cinco mil kwanzas, que o habilita a concorrer a uma obra orçada em três milhões de kwanzas”, disse. Baltazar de Oliveira realçou que a iniciativa de licenciamento consiste em legalizar e habilitar os profissionais a participar em qualquer projecto no sector da construção civil.

3.4 Mulheres exploram pedras e areia em condições desumanas

Novo Jornal

18 De Outubro 2019

Texto Suzana Mendes e João Faria

Seis dias por semana, Juliana Tchopeto, residente no município da Cela, dirige-se a um riacho para retirar areia. Mergulha na água turva do pequeno rio, e, com auxílio de uma pá, retira o inerte do seu leito, que depois deposita num ponto próximo. Diariamente, a mulher, de 39 anos, faz este trabalho em média por doze horas, chegando a mergulhar mais de vinte vezes para conseguir uma quantidade suficiente de areia para vender à beira de uma estrada próxima. Esta é a rotina de centenas de mulheres que exploram inertes naquele município da província do Kwanza-Sul para garantir o sustento das suas famílias.

Um dos pontos de extracção localiza-se no bairro Mbuandague, no município da Cela, onde muitas mulheres se dirigem diariamente a um riacho local com pás e banheiras para retirar areia. Elas mergulham quase a totalidade do corpo, ficando apenas com a cabeça fora da água e retiram areia, repetindo este movimento dezenas de vezes. Muitas levam os filhos, incluindo crianças com menos de um ano de idade, que ficam na beira à espera que as mães

terminem a jornada de trabalho. Os mais crescidos têm a tarefa de recolher folhas e lenha para mais tarde as mães fazerem a única refeição do dia.

Juliana Tchopeto está envolvida no negócio há vários anos sendo uma das mulheres mais antigas que se dedica a extrair a areia do leito do rio. Contou-nos que começou a fazer o trabalho em 2008 porque tanto ela como o marido estavam desempregados, com 8 filhos para criar e sem qualquer fonte de sobrevivência.

Após várias horas de trabalho, ela carrega a areia retirada da água até à estrada mais próxima e aguarda por clientes. A espera, na maior parte das vezes, é longa. "Vendemos cada monte de areia por dois mil kwanzas, mas muitas vezes o cliente reclama e fica por mil e quinhentos. Aceitamos baixar o preço, só para ter alguma coisa para comer em casa", explicou. Diariamente, revelou, consegue em média três mil kwanzas mas, nos dias em que há poucos, clientes acumula apenas dois mil.

"O dinheiro não chega, é apenas para dar alguma coisa para os meus filhos comerem, porque o meu marido até agora não está a trabalhar e as crianças precisam de comer e estudar", acrescentou Juliana enquanto despejava mais uma pá retirada do rio em meio a lamentos na língua local que ela expressava numa canção improvisada. "A minha vida é muito difícil", resumiu.

Já Júlia Benjamim, 23 anos, residente no bairro Kingango, faz também o mesmo trabalho. Lamenta o trabalho penoso e aguarda por apoio do Governo porque diz estar cansada "de tanto sofrimento". Contou-nos que, mesmo grávida, teve que continuar a trabalhar e que sente o corpo dolorido de tanto esforço. "Ganhamos quase nada, é mesmo só para remediar", frisou em meio a choros de crianças que estavam no local.

Para além da exploração de areia, na mesma zona as mulheres estão também envolvidas no comércio de pedras que resulta de um trabalho difícil e perigoso.

Elas sobem até às zonas mais elevadas das montanhas, no Mbuandangue e no Morro da Palmeira, no Aldeamento 6, onde com picaretas e ferramentas rudimentares de ferro retiram grandes pedras que depois empurram colina abaixo. O passo seguinte é descer e partir o pedregulho para depois vendê-lo aos montes.

Segundo as mulheres entrevistadas, o trabalho comporta vários riscos, a tal ponto que este ano uma senhora morreu em consequência de um acidente durante a exploração de pedras, no Morro da

Palmeira. Outras acabaram feridas e mutiladas, contaram.

Apesar dos acidentes de trabalho, as mulheres continuam a arriscar a vida e justificam a insistência por não terem outra fonte de sustento. Diariamente, conseguem pouco mais de três mil kwanzas e é com esse dinheiro que muitas delas garantem a sobrevivência da família.

"Nos dias em que tenho clientes, consigo algum dinheiro e compro algo para comer mas, se não vender nada, as crianças passam o dia todo a chorar e dormimos mesmo com fome", lamentou Domingas Chilombo, 35 anos, enquanto investia toda a sua força para reduzir uma enorme pedra.

Ouvida sobre a questão, Manuela Barros, directora executiva do Grupo de Liderança Feminina (GLIF), uma organização da sociedade civil baseada no Kwanza-Sul, lamenta a situação enfrentada pelas mulheres que fazem da extracção de inertes na província o seu ganha-pão e faz questão de realçar que elas executam este trabalho devido "à luta pela sobrevivência".

Tendo em conta a dramática situação que se vive naquela localidade, Manuela Barros chama a atenção das instituições do Governo no sentido de apoiarem as famílias envolvidas, criando oportunidades de emprego e melhorando as condições sociais nas localidades do Kwanza-sul, onde as mulheres fazem a extracção de inertes.

Para apoiar as mulheres, Manuela Barros defende que as mesmas devem beneficiar de cursos técnico-profissionais que as capacitem no sentido de desenvolverem outro tipo de actividade, ou serem inseridas no mercado de trabalho ao mesmo tempo que defendeu a necessidade de as mesmas organizarem-se em cooperativas para que possam beneficiar de projectos implementados por instituições do Governo e por organizações da sociedade civil.

Administração local promete apoio

António Avelino, técnico do departamento para os Assuntos políticos, Económicos e Sociais da Administração da Cella, reconhece que a instituição tem conhecimento do trabalho feito pelas mulheres na extracção de inertes e revelou que está em curso um trabalho para que sejam cadastradas, bem como os locais onde a actividade é exercida.

"Temos acompanhado a situação e, no quadro das políticas do Estado, temos desenvolvido programas

no sentido de apoiar estas pessoas para que deixem de fazer este trabalho", explicou o técnico. O objectivo, acrescentou, é apoiar as mulheres no sentido de criarem cooperativas para que possam beneficiar de iniciativas implementadas pelo Governo, incluindo o crédito bancário, "para iniciarem os seus negócios".

Finalmente, António Avelino refere que a maior parte das pessoas que faz este trabalho vive em zonas rurais "onde a agricultura é viável", pelo que a administração local está a trabalhar no sentido de apoiá-las para que possam dedicar-se à agricultura. "Por outro lado, apelámos às empresas locais que fazem a exploração de inertes para que empreguem ou apoiem este grupo que tanto precisa de ajuda", frisou o técnico da administração local.

3.5 «Grandes fornecedores são os responsáveis»

Novo Jornal

25 De Outubro de 2019

Texto: Hortêncio Sebastião

O administrador do Mercado do S. Paulo, em Luanda, Emílio Marcolino, revela que a subida de preços naquela superfície comercial não se deve aos revendedores, senão aos grossistas que fornecem os produtos em grandes quantidades e a preços já exorbitantes.

"Neste mercado os preços subiram, mas a responsabilidade por essa subida não é das mães que aqui revendem. Elas também compram noutros locais a grosso a preços elevados e têm que subir para retirar a sua margem de lucro, que é baixa", afirmou Emílio Marcolino.

Este gestor, que reconheceu a prática de preços altos no Mercado do S. Paulo, particularmente nos bens que integram a cesta básica, disse que uma equipa de funcionários da Administração Geral Tributária (AGT) esteve há dias no referido mercado no sentido de sensibilizar os vendedores sobre as melhores práticas durante a implementação do NA.

"O problema não reside só no vendedor retalhista, que compra nos grandes fornecedores que já praticam preços acima do normal", enfatizou. O Mercado do S. Paulo de Luanda é um dos emblemáticos da capital angolana, cuja construção decorreu do desabamento em 1940 do Mercado Xamavo, situado na área da Gajageira, no município do Range!. Conta com uma média de 800 vendedores e acolhe também centenas de ambulantes.

3.6 Resgatar a Operação resgate

Jornal Folha 8

19 De Outubro de 2019

A Polícia anunciou no dia 16 de Janeiro de 2019 que queria focar, este ano, as suas actividades na revisão e actualização do modelo de policiamento nas zonas urbanas, periféricas, suburbanas e rurais, bem como na unidade e disciplina dos seus efectivos. Em vez de, com a prolixidade que se reconhece, dizer zonas urbanas, periféricas, suburbanas e rurais não seria suficiente dizer em todo o país! Talvez fosse. Mas assim tem mais encanto e até parece ser um trabalho muito mais amplo.

Tremas ter uma "Operação Resgate II". Os desafios para 2019 foram apresentados pelo Comandante-Geral da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, na abertura do Conselho Consultivo Alargado daquele órgão do Ministério do Interior.

Relativamente ao ano de 2018, Paulo de Almeida disse que terminou "em alta", apesar de ser necessário corrigir ainda "muita coisa". Estaria o Comandante-Geral a reconhecer que a própria Polícia, ou até mesmo o Governo, carece de uma "Operação Transparência"

Se calhar estava. Continua a haver falta de transparência (e de competência) no Governo mas, reconheça-se, o Presidente não se cansa de exonerar figurantes e substituí-los por outros... figurantes.

"O mais importante foi conseguirmos conter e reduzir a tendência ascendente do crime em Angola, por isso convocámos esta reunião logo no início do ano, para diagnosticar o que fizemos, vivemos e concluímos de 2018, em termos de situação e segurança pública em geral", indicou Paulo de Almeida. Segundo o Comandante-Geral da Polícia Nacional, em função dos resultados de 2018, é uma meta para a Polícia "baixar ou reduzir ainda mais os índices criminais no país", elevando para o efeito a sua eficiência e resposta policial. Fazendo uso do que tem sido a actuação dos governos (todos do MPLA) desde 1975, tudo leva a crer que com mais 56 anos do governo o MPLA conseguirá erradicar o crime e, provavelmente, a pobreza e a corrupção. É só uma questão de tempo.

Para 2019, a Polícia pretendia também dar atenção à formação do pessoal a distintos níveis, reorganizar e melhorar o funcionamento e atendimento nas esquadras e postos policiais, melhorar a protecção e de defesa dos polícias que garantem a ordem e tranquilidade públicas.

Também aqui é preciso dar tempo ao tempo. E que os polícias são seres humanos (às vezes não parece, mas são) formatados segundo as regras do MPLA. E estas regras estabelecem, para além de uma fidelização canina, que perante o Povo a Polícia deve usar sempre a razão da força. Ou seja, até prova em contrário todos são culpados.

Vejam um exemplo. Como Folha 8 noticiou, o SIC não conseguiu localizar um suposto criminoso e, como mandam as regras do regime, para tentar apanhá-lo prendeu a mulher e a filha menor. Terá escapado apenas o cão... Paulo de Almeida disse ainda que a polícia esperava, "com muita ansiedade", a aprovação da proposta do Regulamento Orgânico da Polícia Nacional, bem como do Projecto de Lei de Base da Polícia Nacional e do Estatuto do Polícia.

Segundo o Comandante-Geral da Polícia Nacional, são instrumentos valiosos e necessários para uma boa gestão e controlo de toda a organização e funcionamento da polícia.

"No momento actual, precisamos de melhorar a nossa estrutura funcional, para sermos mais eficientes e privativos, precisamos definir bem o nosso papel, lugar e competências, os actuais instrumentos normativos e jurídicos que regem a nossa actividade já não dão resposta às nossas preocupações", disse.

Paulo de Almeida garantiu que a Polícia iria continuar a "pôr ordem" na cidade, com a retomada da "Operação Resgate", depois de um interregno para o asseguramento da quadra festiva.

"Sabemos de algumas renitências, desobediências e retornos, de algumas teimosias de voltar ao passado, quero garantir que vamos por ordem nos próximos tempos", referiu.

A "Operação Resgate" assemelha-se a uma espécie de purga, de limpeza e extinção de angolanos pobres. De algo que, aos mais velhos, recorda um tenebroso dia de 1977, mais exactamente o dia 27 de Maio. A "Operação Resgate" é uma espécie de "lei marcial" para pôr o país em "estado de sítio", doa a quem doer. Palavra do Presidente da República, Alvos! Sobretudo os angolanos e angolanas pobres que, julgando terem direito a viver, tudo fazem para de forma honesta arranjar alguma coisa para dar de comer aos filhos,

O Governo, mais este do que os anteriores - muito mais este -, entende que se esses angolanos não conseguem viver sem comer, então não servem para viver. Corno líder de uma casta superior. João Lourenço entende que é mais fácil acabar com os

pobres do que acabar com a pobreza, Vai daí, põe novamente a sua enormíssima razão da força nas ruas para, sem apelo nem agravo, mandar a força a razão para uma qualquer vala comum, Mais uma vez assiste-se à reedição do que o poeta António Jacinto escreveu sobre os piores tempos do colonialismo. Ou seja, os angolanos, sobretudo mulheres e homens pobres e desempregados, estão a ser varridos da sociedade e em paga recebem - na melhor das hipóteses - "desdém, fuba podre, peixe podre, panos ruins, cinquenta angulares e porrada se refilem". Desta vez, contudo, o ditadura populista e demagógica do MPLA, tem pela frente a oposição pacífica de todos quantos, apesar de lerem alguma coisa na barriga, não esquecem os seus irmãos que, por manifesta e criminosa incapacidade e incompetência do Governo do MPLA (há 41 anos no Poder I, são gerados com fome, nascem com fome e morrem pouco depois com fome.

O Povo está a sair li rua. Tem medo mas sai. Tem de continuar a sair li rua. Poderemos morrer de barriga vazia, mas morremos a lutar. Mas, mesmo morrendo, não seremos derrotados porque só É' derrotado quem deixa de lutar. E haverá sempre vivos dispostos a lutar. Lutar de forma pacífica... se isso for possível.

E urna vergonha. Presidente João -Lourenço. O "resgate" da Nação não se pode fazer à custa da vida e da dignidade dos angolanos, sejam eles membros do Governo ou zungueiras. Somos todos angolanos. Sabemos que, também para si, há angolanos de primeira e de segunda (talvez até de terceira). Mas daí a querer resgatar qualquer coisa, por mais nobre o relevante que ela seja, à custa da vida (e dos parques bens) dos mais indefesos é um crime contra a humanidade.

Mais urna vez (e já começam a ser muitas), a esperança que João Lourenço nos mostrou parece esfumar-se na troca de carrascos. A clientela tem de ser alojada e os "cristãos-novos" juram fidelidade ao novo líder da Igreja Universal do Reino do MPLA" Este, com a maestria de quem domina a arte de bem comandar rebanhos de carneiros, vai tornando o país no seu reino.

Esses génios, os de ontem e os de hoje, os de hoje que eram os de ontem, quase todos paridos nas latrinas da mesquinhez e da cobardia, têm de saber que a sua liberdade termina onde começa a dos outros, mesmo que sejam zungueiras.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Deputados do MPLA auscultam municípios

Jornal de Angola

4 De Outubro de 2019

Texto: Adelina Inácio

Os deputados do grupo parlamentar do MPLA ouviram ontem várias preocupações dos municípios de Luanda e pretendem apresentá-las ao Executivo, durante a discussão do Orçamento Geral do Estado de 2020.

A primeira vice-presidente da Assembleia Nacional, Emília Carlota Dias, que chefiou a delegação de deputados do partido maioritário, garantiu que as preocupações apresentadas vão ser encaminhadas ao Executivo. “Queremos ouvir aqui algumas preocupações que (os municípios) pretendem ver inscrito no OGE de 2020”, disse, lembrando que o Orçamento Geral do Estado deve estar no Parlamento até ao dia 30 deste mês para discussão e aprovação.

Durante a interacção com os cidadãos, a deputada reiterou o compromisso dos deputados de representar o povo, elaborar leis e fiscalizar os actos do Executivo. Emília Carlota Dias adiantou que os parlamentares pretendem avaliar a execução do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e os programas de combate à fome e à pobreza.

“Como sabem, o PIIM tem uma duração muito curta que é de apenas um ano e alguns projectos da província de Luanda foram inscritos no âmbito desse programa. Enquanto deputados, queremos saber o grau da sua implementação, bem como do OGE de 2019”, disse.

Entre as preocupações apresentadas pelos municípios de Luanda destacam-se a subida vertiginosa dos preços da cesta básica, a insuficiência de escolas e de hospitais, bem como estruturas para a realização de actividades físicas e desportivas, entre outras. Os cidadãos ouvidos pelos parlamentares pediram, igualmente, mais atenção ao sector Social e querem ver aumentado, no Orçamento Geral do Estado do

próximo ano, verbas para a construção de mais escolas, centros de saúde, esquadras de polícia e pontes nos vários municípios da província de Luanda. Os municípios pediram ainda aos deputados o aumento de verbas para a abertura de vários concursos públicos.

A presidente da Comissão Administrativa de Luanda, Maria Antónia Nelumba, falou aos deputados sobre o orçamento atribuído no ano em curso ao município de Luanda, projectos ligados ao combate à fome e à pobreza, bem como o OGE para o próximo ano. O município de Luanda, disse, desenvolve as suas acções no âmbito das actividades inscritas no Plano de Desenvolvimento Nacional. A nível da Educação e Saúde, sublinhou, as acções são desenvolvidas de acordo com os orçamentos atribuídos à província. Maria Antónia Nelumba esclareceu que ainda não foram alocadas as verbas do PIIM. A responsável da Comissão Administrativa de Luanda informou que, para o ano em curso, foi orçamentada uma despesa no valor de 27 mil milhões de kwanzas, distribuídos para as várias despesas, com destaque para os programas de investimentos públicos. Deste valor, esclareceu, foram cabimentados apenas cerca de 22 mil milhões.

Quanto aos programas de investimentos públicos para este ano, Maria Antónia Nelumba deixou claro que não existem verbas para a sua implementação.

4.2 Medicamentos, habitação, ensino e derivados de petróleo entre produtos isentos

Jornal Expansão

04 De Outubro de 2019

Texto. Isabel Costa Bordalo

Medicamentos "destinados exclusivamente a fins terapêuticas e profilácticos", serviços médicos e de educação, que tenham por objecto o ensino, produtos alimentares que compõem a cesta básica, como leite e farinha, transportes colectivos e derivados do petróleo estão no lote de dezenas de produtos isentos de Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

A lista de produtos e serviços isentos está discriminada no Código do IVA, publicado a 24 de Abril, na Lei n. o 7/19, que, por sua vez, remete para três anexos, com listas de artigos alimentares, petrolíferos e operações de intermediação financeira.

Quatro meses depois, a Lei n. o 17/19, de 13 de Agosto, vem introduzir novos produtos à lista de isenções, definindo, com maior exactidão, serviços e

bens que não pagam IV A. A primeira lista, por exemplo, não incluía a "prestação dos serviços que tenham por objecto o ensino" - fazia referência apenas aos livros nem as "prestações do serviço médico sanitário".

A lei de 13 de Agosto, publicada mês e meio depois da primeira data de entrada em vigor do regime geral (1 de Julho), que foi adiada, acrescenta ao lote de isenções o transporte de doentes ou feridos em ambulâncias ou veículos devidamente autorizados e os equipamentos médicos. E alarga as isenções nos seguros, acrescentando ao ramo Vida os seguros de saúde.

As isenções fazem parte do Capítulo 111 do Código do IVA e estão subdivididas em duas secções, uma dedicada aos produtos isentos nas operações internas de bens e serviços e outra relativa às importações, a que crescem os já referidos anexos, três no primeiro diploma, e um quarto na Lei nº 17/19, de 13 de Agosto. Dois outros anexos, o V e o VI, vêm discriminar os tipos de medicamentos isentos de IVA, o tipo de livros e o as importações efectuadas pelo Banco Nacional de Angola, que também não são tributados por este imposto.

O anexo I integra um total de oito produtos, com diferentes características e variedades, que fazem parte dos bens a que faz referência a alínea a) do número 1, do Artigo 12 do Código do IVA: leite, leite em pó, feijão, arroz, farinha de trigo, farinha de milho, óleo alimentar' açúcares de cana e sabão.

O Anexo II integra os produtos petrolíferos isentos de IVA, num conjunto de 44 itens. Estão aqui incluídos produtos como o gasóleo, a gasolina, o querosene, os óleos lubrificantes, o gás liquefeito, o gás natural, o propano e o butano, assim como o xisto, areias betuminosas e o alcatrão mineral.

O Anexo III diz respeito aos serviços de intermediação financeira, excepto os que dão lugar ao pagamento de uma taxa, ou contraprestação, específica e predeterminada. Incluem-se aqui o câmbio de divisas e outras operações relativas a divisas, com excepção da transmissão de notas de colecção, as operações relativas a depósitos financeiros e gestão de contas, a transmissão de títulos financeiros, a gestão de fundos de investimento e a concessão de crédito e a gestão de garantias de crédito.

Estão também isentos de IVA as cadeiras de rodas e veículos semelhantes, para portadores de deficiências, máquinas de escrever e impressoras com caracteres braille e os artefactos que se destinam a ser utilizados por invisuais ou a corrigir a audição.

A locação ou arrendamento de bens imóveis para habitação também estão isentos de IVA, com excepção dos que se destinem a actividade hoteleira ou funções análogas. O mesmo acontece com a exploração e a prática de jogos de fortuna ou azar de diversão social, desde que estejam sujeitas a Imposto Especial sobre os Jogos.

Nas importações, estão isentos o ouro, as moedas e notas de banco efectuadas pelo Banco Nacional de Angola, conforme o Anexo VI, os bens destinados a atenuar os efeitos das calamidades naturais, as mercadorias ou equipamentos destinados exclusiva e directamente à execução das operações petrolíferas e mineiras e importações abrangidas por acordos internacionais e diplomáticos,

O Código do IVA contempla ainda um conjunto de isenções nas exportações, operações assimiladas e transportes internacionais, nomeadamente as transmissões de bens de abastecimento a bordo das aeronaves utilizadas por companhias de navegação aérea que se dediquem principalmente ao tráfego internacional e que assegurem o transporte remunerado de passageiros.

Renda e táxi não pagam

Para o cidadão comum, é necessário referir que a renda de casa não está sujeita à tributação de IVA, tal como a compra de habitação. Apenas as compra e os alugueres para fins comerciais estão ao abrigo do código. As tarifas dos transportes de passageiros também não têm IV A, o que combinado com o facto de os combustíveis estarem isentos, leva a que não exista razão para aumentar o preço do táxi. Também a bilha de gás está isenta de IVA, tal como os restantes hidrocarbonetos gasosos para fins industriais. Aliás, como foi referido, todos os combustíveis estão isentos de IVA, inclusive o petróleo para as lamparinas.

Outro aspecto importante tem ver com os produtos alimentares que estão na cesta básica, isentos de IVA, mas apenas na venda no seu conceito original. Um exemplo prático, o arroz, vendido em saco ou pacote, em cru, está isento, mas vendido cozido, pronto a comer, já será tributado. Outro aspecto que salta da análise do decreto-lei é que os produtos hortícolas não estão isentos de IVA, à excepção do feijão, o que aliás já mereceu posição pública de diversos líderes associativos, nomeadamente José Severino, que defende que a venda deste género de produtos de origem nacional devem estar isentos.

Uma última referência para pão que vai pagar IV A, apesar da farinha de trigo e de milho estarem isentas, embora seja necessário acrescentar que a larga maioria das padarias e pequenas mercearias não aderiu ao regime geral, pelo que este aumento só deverá sentir-se nos super e hipermercados.

4.3 Parlamentares constatam grau de execução do PIIM

Jornal de Angola

7 De Outubro, 2019

Texto: Valter Gomes, Jesus Silva e

Augusto Panço

7 De Outubro, 2019

Deputados da bancada parlamentar do MPLA avaliaram, nas várias províncias, o grau de implementação do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), lançado este ano pelo Executivo.

No Uíge, os parlamentares do partido maioritário constatam, até hoje, as condições de vida dos cidadãos nos municípios, comunas e bairros, bem como aferem o grau de implementação do PIIM.

Os municípios de Negage, Bungo, Bembe, Milunga, Buengas, Quitexe, Sanza Pombo, Damba, Songo, Puri, Maquela do Zombo, Cangola, Quimbele, Mucaba e Ambuila foram, em três dias, visitados pelo grupo de oito deputados, sendo cinco do círculo nacional e os restantes do provincial. O coordenador do grupo, Pedro Conga, informou à imprensa que a visita dos parlamentares ao Uíge insere-se no quadro do programa que visa constatar as principais dificuldades e necessidades dos cidadãos espalhados pelas diferentes localidades da região.

Pedro Conga elegeu como prioritários nas diferentes localidades visitadas questões que têm a ver com a educação, saúde, reabilitação de estradas, habitação, água potável, energia eléctrica, formação profissional, e agricultura.

Obras paralisadas no Bié

O grupo de deputados do MPLA no Bié avaliou o grau de implementação do PIIM e constatou que a maioria das obras em curso na região encontram-se paralisadas por falta de verbas. A delegação que trabalhou no município sede capital da província, Cuito, é chefiada pela deputada Ana Ngunga.

Na empresa chinesa de construção CR20, os funcionários angolanos contratados pela construtora chinesa manifestaram descontentamento pelas

péssimas condições de trabalho impostas pelos responsáveis, como falta de alimentação e assistência médica, bem como de equipamento de trabalho.

Benguela

Em Benguela, os deputados do MPLA avaliaram a implementação do PIIM e o grau de execução dos projectos de investimentos públicos nos municípios do Lobito e da Catumbela.

Os parlamentares reuniram-se com o Conselho de Auscultação e Concertação Social, de quem ouviram uma série de preocupações de âmbito social.

A deputada Maria Augusta, do círculo nacional e membro da VI Comissão, garantiu que foram anotadas todas as inquietações, que devem ser apresentadas aquando da discussão do OGE para 2020.

Maria Augusta disse ter gostado das obras visitadas, mas reconheceu haver falta de dinheiro para a conclusão de muitas outras. “Não obstante a situação de crise económica do país, alguns projectos de âmbito social apresentados podem ser priorizados”, afirmou a parlamentar.

A deputada do MPLA pelo círculo provincial de Benguela e membro da Comissão de Ética, Eduarda Magalhães, disse que a visita serviu para aferir tudo o que está a ser feito nos municípios.

4.4 Proposta do OGE/2020 apresentada aos parceiros

Jornal de Angola

16 De Outubro, 2019

Natacha Roberto

A Proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2020 foi apresentada ontem aos parceiros sociais.

A secretária de Estado das Finanças, Aia-Eza da Silva, que apresentou o documento, afirmou que no OGE para o próximo ano estão previstas despesas na ordem dos 12.774 mil milhões de kwanzas, mais de 22,8 por cento comparativamente ao orçamento de 2019.

Aia-Eza da Silva lembrou que os dados podem ser alterados, depois de avaliados pela Comissão Económica do Conselho de Ministros e pela Assembleia Nacional.

As receitas fiscais, esclareceu, estão avaliadas em 5.524 mil milhões de kwanzas, cerca de 43,2 por

cento das despesas totais, enquanto as despesas financeiras são de 7.250 mil milhões de kwanzas, que representam 56,8 por cento. Para a despesa fiscal, o Executivo prevê gastar em remuneração do pessoal um montante avaliado em 2.181 mil milhões de kwanzas, cerca de 17,1 por cento do Orçamento Geral do Estado para 2020.

A secretária de Estado para as Finanças avançou que o Estado espera gastar em juros 1.742 mil milhões de kwanzas, cerca de 13,6 por cento do OGE, e em serviços 1.097 mil milhões, o que representa 8,6 por cento.

Quanto às necessidades de financiamento, a responsável declarou que ascenderam a 5.980 mil milhões de kwanzas, comparativamente ao OGE de 2019, fixado em 4.420 mil milhões de kwanzas. Justificou o aumento das necessidades de financiamento com a subida do aumento dos serviços da dívida, avaliados em 7.250 mil milhões de kwanzas, cerca de 19,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Em relação ao superávit fiscal apontado em 119, 1 mil milhões de kwanzas, explicou que está previsto um financiamento interno de 2.012 mil milhões e externo à volta de 3.838 mil milhões de kwanzas.

“A nossa principal preocupação ao arrecadar receitas é dar prioridade à liquidação das dívidas prioritárias, como o serviço da dívida e o pagamento dos salários”, esclareceu.

A secretária de Estado indicou que o sector social apresenta uma despesa orçamental de 2.132 mil milhões de kwanzas, os serviços gerais públicos 1.466 mil milhões e a Defesa, Segurança e Ordem Pública terão um custo de 1.352 mil milhões de kwanzas.

Aia-Eza da Silva explicou que as receitas totais e correntes não conseguem pagar as principais despesas que impossibilitam elevar o volume de montantes para outros sectores da economia. “Este ano, tivemos que fazer um aumento salarial e de ingresso de pessoal no sector social, o que pesou bastante (na balança de receitas)”, disse.

Para aumentar a arrecadação de receitas, Aia-Eza da Silva afirmou que o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é mais abrangente e vai garantir maior controlo das receitas arrecadadas, embora esteja ainda numa fase embrionária. “Estamos num momento em que o IVA gerou um fenómeno de especulação por parte dos operadores económicos, mas acreditamos ser uma fase transitória, tal como aconteceu em outros países onde o imposto está implementado”, previu.

A dívida pública atingiu, este ano, 90 mil milhões de dólares, montante muito acima das

Reservas Internacionais Líquidas, avaliadas em 10 mil milhões de dólares, revelou, ontem, em Luanda, a secretária de Estado para as Finanças.

4.5 OGE 2020 cresce 14,5% com despesas e receitas de 13,7 biliões de Kwanzas

Novo Jornal

25 De Outubro de 2019

Texto: Maurício Vieira Dias

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2020 prevê despesas e receitas na ordem dos 13,7 biliões de kwanzas, representando um aumento de 14,5% face aos 11,9 biliões Kz inscritos no OGE revisto do ano em curso, assinala um documento do Ministério das Finanças (MINFIN) que servirá de base para a formulação do orçamento do próximo ano, apresentado aos parceiros sociais do Governo no dia 15 de Outubro.

As receitas previstas para 2020 ascendem a 6,9 biliões Kz, o correspondente a 18,7% do Produto Interno Bruto (PIE), enquanto as despesas rondam os 6,7 biliões Kz, o equivalente a 18,3% do PIB. Feitas as contas, a proposta de OGE 2020 apresenta um excedente de 119,1 mil milhões Kz.

Fonte do Ministério das Finanças explicou ao NJ que alguns pressupostos do documento estão a ser revistos por técnicos do MINFIN e peritos do Fundo Monetário Internacional (FMI), no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado que Angola assinou com o Fundo em Dezembro de 2018, no valor de 3,7 mil milhões de dólares.

Para o aumento da arrecadação de receitas previstas, a secretária de Estado das Finanças, Aia-Eza da Silva, afirmou que o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é mais abrangente e vai garantir maior controlo das receitas arrecadadas, apesar de estar numa fase embrionária. “Estamos num momento em que o IVA gerou um fenómeno de especulação por parte dos operadores económicos, mas acreditamos ser uma fase transitória, tal como aconteceu em outros países onde o imposto está implementado”, calculou.

Posição corroborada pelo presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, que disse ao Novo Jornal que o aumento das receitas previstas no OGE 2020 estará associada ao impacto que a implementação do IVA terá na arrecadação fiscal

total, pois, na sua opinião, vai permitir aumentar as receitas do Estado.

Só com a remuneração do pessoal, ao longo do próximo ano, o Estado terá como gasto 2,1 biliões Kz dos 6,7 biliões Kz das despesas totais, representando 32%, sendo, por isso, a maior fatia das despesas correntes, embora se observe uma ligeira queda face aos dados do OGE revisto 2019, uma vez que no orçamento em exercício está inscrito remuneração com pessoal de perto de 2,2 biliões Kz. Ou seja, serão poupados pouco mais de 10 mil milhões de kwanzas.

O documento consultado pelo NJ destaca que não haverá alteração do preço de referência do barril de petróleo no OGE 2020, tendo em conta que o projectado são 55 dólares, uma média semelhante a apontada no orçamento revisto de 2019.

A secretária de Estado das Finanças, que apresentou o documento de 24 páginas aos parceiros sociais admitiu, entretanto, que os dados podem ser alterados, depois de avaliados pela Comissão Económica do Conselho de Ministros e pela Assembleia Nacional.

O NJ constatou, entretanto, que tanto as receitas como as despesas previstas na proposta de OGE 2020 estão 3,3% abaixo do concebido pelo Governo no plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, que visa a promoção do desenvolvimento sócio económico e territorial do país, já que, naquele documento, estão estipuladas despesas avaliadas em 6,5 biliões Kz e receitas estimadas em 6,7 biliões Kz, que no conjunto correspondem a 13,3 biliões Kz.

Sector social vai consumir 39% das despesas

De acordo com a composição funcional da despesa orçamental para 2020, o sector social apresenta uma despesa de 2,1 biliões Kz (38,6%), os serviços gerais públicos vão consumir 1,5 biliões Kz (26,5%) e a Defesa, Segurança e Ordem Pública terão custo de 1,4 biliões Kz (24,5%), enquanto se prevê que o sector económico ficará com 573,3 mil milhões Kz (10,4%).

"O crescimento projectado para o sector social assenta no crescimento de cerca de: 35,5% da quota para Habitação e Serviços comunitários; 19,8% esperado na área da Saúde e 14,2% dedicado à Educação", indica o documento.

Por via do relatório, o Executivo salienta que a sua estratégia para fazer crescer a economia passa pela melhoria da qualidade da despesa pública, da reforma estrutural do sistema tributário e aumento da base tributária.

4.6 Proposta de OGE 2020 fixada em 15,8 biliões de kwanzas

Jornal de Angola

27 De Outubro, 2019

Texto. João Dias

O Conselho de Ministros apreciou, hoje, em Luanda, a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2020, que comporta receitas estimadas em 15.875.610.485.070,00 de kwanzas (quinze biliões, oitocentos e setenta e cinco mil milhões e seiscentos e Dez Milhões, Quatrocentos e Oitenta e Cinco Mil e Setenta Kwanzas), e despesas em igual montante para o mesmo período.

A proposta de Lei do OGE para 2020 fixa o montante a arrecadar ao longo do ano, define os limites de despesas a serem realizadas no mesmo período e estabelece as regras básicas para a sua execução.

De acordo com o comunicado final da décima sessão ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, as despesas definidas no OGE 2020 indicam as principais prioridades do Executivo nos domínios económico, social, institucional e de desenvolvimento das infra-estruturas do país a serem realizadas no mesmo ano, conforme as metas definidas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022).

De acordo com o comunicado, em 2020 espera-se um crescimento do PIB na ordem de 1,8 por cento, com ênfase para o sector petrolífero, merecendo ainda destaque, no sector produtivo, a agricultura e a indústria e, no sector social, a educação e o combate à pobreza.

O OGE de 15,8 biliões para 2020 representa mais 4,5 biliões em relação ao OGE 2019, com receitas e despesas avaliadas em 11,3 biliões de kwanzas.

No domínio da gestão das finanças públicas, o Conselho de Ministros apreciou a Conta Geral do Estado referente ao ano de 2018, documento que apresenta os fluxos orçamentais, financeiros e as variações patrimoniais ocorridas durante o exercício económico, bem como a situação financeira e patrimonial do Estado no final do ano em referência.

De acordo com o comunicado produzido no final da reunião, a economia nacional no ano de 2018 manteve o seu percurso recessivo, explicado em grande parte pelo comportamento volátil do preço do petróleo no mercado internacional.

O comunicado considera, contudo, que constatou-se melhoria na descrição da informação financeira sobre as participações do Estado em empresas públicas, fundos da Administração directa e indirecta do Estado e sobre o Instituto Nacional de Segurança Social, bem como uma descrição detalhada da informação sobre locações financeiras, dívida flutuante e dívida fundada. Os documentos apreciados na reunião de ontem serão remetidos à Assembleia Nacional.

4.7 Controlo da dívida pública nas prioridades do Governo

Jornal de Angola

31 De Outubro, 2019

Texto: Adelina Inácio

O Executivo vai, no exercício económico do próximo ano, dar prioridade à consolidação fiscal, com particular realce para o controlo da dívida pública e o relançamento da actividade económica.

A garantia foi dada, ontem, em Luanda, pelo ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, depois de ter feito a entrega, ao presidente da Assembleia Nacional, da Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2020, para discussão e aprovação pelos deputados.

Segundo Manuel Nunes Júnior, a ideia que se tem, com a Proposta de OGE para 2020, é que o país saia do campo negativo de crescimento e entre para uma retoma económica. “O que se pretende é que, em 2020, o país possa exibir taxas de crescimentos positivas”, adiantou.

O Executivo, disse, está a prever, para 2020, uma retoma do crescimento económico, com uma taxa de crescimento de 1.8 por cento, em que o sector não petrolífero terá um crescimento de cerca de 1.9 por cento.

O ministro de Estado garantiu que, neste orçamento, o Executivo vai dar mais ênfase aos sectores da Agricultura, Pescas e Indústria Transformadora, que deverão garantir os recursos necessários para que o país saia do campo negativo em que se encontra do ponto de vista do crescimento económico. Manuel Nunes Júnior adiantou que a Proposta do OGE para 2020 tem dois aspectos importantes: o trabalho que o Executivo vai continuar a fazer de consolidação fiscal e o relançamento da economia.

O ministro de Estado da Coordenação Económica garantiu que o Executivo vai, igualmente, dar mais ênfase ao sector produtivo. Relativamente à

consolidação fiscal, Manuel Nunes Júnior explicou que a questão da dívida pública leva o Executivo a dar uma atenção especial à mesma.

Lembrou que um ano antes da crise económica, que começou em 2014, o peso da dívida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) era de apenas 30 por cento. Actualmente, sublinhou, está ao nível de 90 por cento, uma taxa que preocupa o Executivo.

Manuel Nunes Júnior entende que a melhor forma de fazer face a essa situação é trabalhar para que os OGE que o Executivo apresenta doravante não tenham défices. “Pela primeira vez, depois de cerca de três anos de défice nos orçamentos, em 2018, temos um saldo global positivo. Isto é, um superávit nas contas fiscais de cerca de 2.2 por cento do PIB em 2018”, afirmou. Neste ano, adiantou, o Executivo registou, até ao primeiro semestre, um superavit nas contas fiscais de cerca de 1.3 por cento do PIB.

O ministro de Estado explicou que, no OGE para 2020, o Executivo também apresenta um saldo positivo - um superavit de cerca de 1.2 por cento do PIB. Disse ser essa a maneira mais segura para sair da situação difícil em que o país se encontra e de uma eventual entrada de “uma armadilha “ da dívida.

“Armadilha da dívida existe quando um país tem défices sucessivos e tem que contrair dívida para pagar outra dívida anterior”, esclareceu Manuel Nunes Júnior. “O Executivo está a fazer de tudo para que não caiamos numa situação desse tipo”, garantiu.

Devido à crise, explicou, o país tem evidenciado, desde 2016, taxas de crescimento negativas (recessão económica). Os dados preliminares, segundo Manuel Nunes Júnior, apontam, também, para 2019, um crescimento negativo.

“Precisamos sair deste campo negativo de crescimento económico, porque é o crescimento negativo que leva a uma situação social que não desejamos. Sem crescimento económico não há promoção de empregos, não há aumento de rendimentos das populações e não há o bem-estar que todos almejamos para Angola”, admitiu.

Petróleo a 55 dólares

A ministra das Finanças, Vera Daves, disse que a Proposta de Lei do OGE para 2020 comporta receitas estimadas em 15.875.610.485.070,00 de kwanzas (quinze biliões, oitocentos e setenta e cinco mil milhões e seiscentos e dez milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil e setenta Kwanzas), e despesas em igual montante.

Vera Daves adiantou que o preço de referência para o barril de petróleo é de 55 dólares. Trata-se, frisou, de “uma estratégia conservadora e para nos proteger caso os movimentos de volatilidade do mercado petrolífero aconteçam a nosso desfavor”.

A ideia, de acordo com Vera Daves, é garantir que a despesa que foi projectada tenha maior possibilidade de ser executada. O Executivo, garantiu, vai ter o cuidado de assegurar que se consiga liquidar ao máximo o stock da dívida pública, sem descurar o conjunto de outras despesas sociais que se tem de levar a cabo. A taxa de inflação esperada é de 24.3 por cento.

A presidente da Comissão de Economia e Finanças, Ruth Mendes, disse que a aprovação do OGE na generalidade está prevista para o dia 8 de Novembro. As discussões vão iniciar com os parceiros sociais.

4.8 Fórum dos Municípios avalia avanços do PIIM

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2019

Texto: Miguel Ângelo

A operacionalização do Plano Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM) e as linhas mestras sobre a preparação do OGE 2020 vão estar no centro dos debates da 7ª edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA), que decorre, hoje e amanhã, na cidade do Huambo.

O Fórum, que conta com a participação dos 164 municípios do país, é organizado pela coordenação do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, sob o lema “a vida faz-se nos municípios”.

O encontro, a ser conduzido pelo ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, vai reunir, igualmente, representantes de sectores do Executivo que desenvolvem projectos de impacto sobre a vida das comunidades.

Consta também da agenda do Fórum o balanço do processo de reforço da desconcentração financeira e o desenvolvimento do programa da desconcentração administrativa, bem como analisar outras questões relevantes para a administração local do Estado.

Segundo uma nota do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, o Fórum “assume-se como um espaço privilegiado de interacção entre os órgãos da Administração Central e da Administração Local do Estado”.

A nota esclarece que o Fórum foi reconvertido, recentemente, em órgão colegial de consulta do Presidente da República sobre matérias da Administração Local e decorre anualmente, em simultâneo com a Feira dos Municípios e Cidades de Angola, nos anos em que esta se realiza, porque tem periodicidade bienal.

No Fórum, o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher vai apresentar os documentos sobre o empoderamento da mulher rural para o reforço da estrutura familiar e redução da pobreza e as transferências sociais monetárias – primeiros passos e perspectivas.

Serão ainda discutidos os documentos dos Ministérios da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Comércio, Cultura, Economia e Planeamento, Obras Públicas, Comunicação Social e Interior, este último em conjunto com o do Comércio.

O governo da província do Huambo tem todas as condições criadas para receber os participantes ao fórum. Na sexta-feira passada, no município do Ucuma, a governadora Joana Lina Cândido orientou os onze administradores municipais a aproveitarem o evento no sentido de recolherem o maior número de informações sobre a governação local.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 CNE aprova tarefas para as autárquicas

Jornal de Angola
03 De Outubro de 2019
Texto: Adelina Inácio

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) começou a traçar as estratégias para a realização das eleições autárquicas que acontecem no próximo ano. Ontem, o plenário da CNE aprovou Bases Gerais para a Preparação, Organização e realização das Eleições Autárquicas.

Este documento, segundo o porta-voz, vai permitir dotar a CNE e os seus órgãos provinciais e municipais de um instrumento de trabalho que vai reger toda a actividade durante as eleições autárquicas.

A ideia, explicou Lucas Quilundo, é preparar a CNE para as etapas pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral. Entre as tarefas a serem realizadas na fase pré-eleitoral destaca-se o acompanhamento profundo às Comissões Eleitorais Provinciais e Municipais na preparação de acções de formação para os funcionários e membros da CNE. O porta-voz da instituição referiu-se também à criação de condições para que a CNE esteja preparada na altura da entrada em vigor do Pacote Legislativo e corresponder ao processo eleitoral autárquico.

Lucas Quilundo garantiu a supervisão da CNE durante a actualização do registo eleitoral presencial, que vai incidir sobre os cidadãos que votaram nas eleições gerais de 2017 e os que vão completar 18 anos em 2020.

Na etapa eleitoral, acrescentou, há necessidade de elaboração de um Plano de Logística Eleitoral, que vai cobrir todas as despesas do processo eleitoral. Quanto à fase pós eleitoral, adiantou, há necessidade da criação de condições para a divulgação dos resultados das eleições autárquicas.

O porta-voz da CNE lembrou que a eleição autárquica, embora seja municipal, na globalidade não deixa de ser uma eleição nacional.

A CNE, informou, vai estabelecer uma parceria com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para atender as necessidades de formação dos membros da CNE e dos agentes eleitorais.

O porta-voz afirmou que a CNE ainda não sabe qual é o orçamento para a realização das eleições autárquicas, porque está a depender da aprovação da lei que vai reger o processo.

“Tem muito a ver com o universo de eleitores e a questão logística. Só combinados esses factores é que é possível ter uma ideia aproximada do que pode vir a ser o orçamento para as eleições”, esclareceu.

5.2 Autarquias CNE ainda «não sabe» o custo para realização das eleições

Novo Jornal
04 De Outubro de 2019
Texto: Borralho Ndomba

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE), que reuniu nesta semana o seu plenário, está sem noção de quanto vai custar a realização das eleições autárquicas agendadas para o próximo ano.

O órgão que organiza o processo eleitoral no país também não tem estimativa do valor que poderá ser gasto para que os municípios escolham, em 2020, as figuras que vão dirigir os seus municípios.

A revelação foi feita pelo porta-voz da CNE, Lucas Quilundo, durante uma conferência de imprensa promovida depois da reunião entre os comissários eleitorais, orientada pelo presidente da instituição, André da Silva Neto, e que serviu para apreciar e aprovar as bases gerais para a preparação, organização e realização das eleições autárquicas. “Tem muito a ver com o universo de eleitores e também com a questão logística. Só combinando estes factores é que será possível ter uma ideia geral do que pode vir a ser o orçamento para as eleições”, explicou o porta-voz da CNE, quando respondia à questão do Novo Jornal.

Segundo o responsável, estão em curso as primeiras acções relacionadas com o processo autárquico. Entretanto, a instituição está a depender do Pacote Legislativo Autárquico que volta a ser discutido nos próximos dias na Assembleia Nacional.

As leis que forem aprovadas são as que a Comissão Nacional Eleitoral vai aplicar para a realização das primeiras eleições autárquicas.

"Todas elas não estão nas competências de iniciativas da CNE, porque todo o processo de eleições, enquanto for uma disputa, decorre dentro de normas específicas que têm de ser aprovadas para essa respectiva eleição. As regras que vierem a ser aprovadas, aquelas que estiverem fixas nas leis em aprovação na Assembleia Nacional, são as que a CNE vai aplicar", disse o porta-voz da instituição.

Durante o último ano parlamentar, a Assembleia Nacional aprovou um conjunto de leis para regular o processo eleitoral, bem como criar as bases fundamentais para a efectivação das eleições autárquicas.

Fazem parte de alguns diplomas relacionados com o poder local já aprovados pelos deputados na casa das leis a proposta de Lei sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, que visa definir a organização e funcionamento das autarquias locais com vista à sua institucionalização, também tido como método para a efectivação da descentralização administrativa no país, e a Proposta de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais, que estabelece o regime jurídico da tutela administrativa a que ficam sujeitos os órgãos e titulares de órgãos das autarquias locais, independentemente da categoria que revista, bem como o regime sancionatório aplicável.

A CNE apreciou e aprovou a proposta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que visa garantir formação aos membros da comissão eleitoral, no âmbito das primeiras eleições autárquicas.

5.3 Províncias com autonomia para contratar obras públicas

Jornal de Angola

15 De Outubro, 2019

Texto: Carla Bumba

Os governos provinciais passam, a partir de agora, a ter autonomia financeira para a construção e reparação de estradas, para o que deixam de precisar de autorização dos órgãos centrais do Estado, declarou ontem o ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares.

Ao falar na abertura de um seminário de "Capacitação e licenciamento de empresas no sector da construção civil e obras públicas", Manuel Tavares

informou que estão a ser implementadas medidas para descentralizar os serviços prestados pelas empresas do sector por via da transferência de competências e responsabilidades ao poder local.

Para o efeito, avançou que estão em curso acções de licenciamento das empresas que desenvolvem actividades no domínio da construção civil e obras públicas de forma a tornar os processos mais expeditos. "O Estado tem atribuído responsabilidades aos governos provinciais, porque não faz sentido a estrutura central do sector construir e colocar o tapete asfáltico de uma rua, reparar ou fazer a manutenção, por exemplo, como o 'tapa buracos'", apontou.

Para o ministro da Construção e Obras Públicas, o novo paradigma de trabalho tem o objectivo de melhorar o ambiente de negócios, com vista a atrair mais investidores nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da economia.

O secretário de Estado da Construção Civil e Obras Públicas, Molares D'Abril, afirmou que Angola vive momentos de desafios permanentes e dinâmicos, sendo a conjuntura internacional muitas vezes adversa às necessidades do país, uma vez que coloca imensa pressão sobre a economia. O Executivo tem dedicado esforços em vários projectos para aumentar a eficiência dos serviços públicos. "É nesta senda que o conceito de gestão de proximidade ao cidadão faz toda a diferença", disse o secretário de Estado Molares D'Abril.

O director-geral adjunto do Instituto Regulador da Construção Civil e Obras Públicas (IRCCOP), Baltazar de Oliveira, informou que os governos provinciais vão receber apoio para o licenciamento das empresas do sector por via da concessão de um título. "Este título, com validade de 10 anos, permite a qualquer cidadão, com menos recursos, legalizar e ter acesso a um alvará para construção civil", referiu o responsável.

Baltazar de Oliveira adiantou que a intenção do IRCCOP é retirar do mercado informal todos os cidadãos com profissão de pedreiro, jardineiro, carpinteiro e garantir um título com validade de 10 anos. "Este título, concedido aos profissionais, vai exigir uma quota de cinco mil kwanzas, que o habilita a concorrer a uma obra orçada em três milhões de kwanzas", disse. Baltazar de Oliveira realçou que a iniciativa de licenciamento consiste em legalizar e habilitar os profissionais a participar em qualquer projecto no sector da construção civil.

5.4 Oposição faz questionamentos sobre as autarquias e emprego

Jornal de Angola

16 De Outubro, 2019

Isaque Lourenço Ismael Botelho e

Victorino Joaquim

A mensagem sobre o estado da Nação proferida, ontem, na Assembleia Nacional, pelo Presidente da República, João Lourenço, dividiu a opinião dos políticos angolanos, com as questões das autarquias locais e da empregabilidade no país a gerarem as maiores reacções dos parlamentares, o que criou uma espécie de prós e contras entre os deputados das diversas bancadas.

Na sessão que marcou a abertura da III sessão legislativa da IV Legislatura da Assembleia Nacional, o Titular do Poder Executivo não avançou a data para a realização das eleições autárquicas, pelo facto de estar em curso, no Parlamento, a discussão do pacote legislativo autárquico.

No domínio económico e social, João Lourenço revelou que foram criados, em dois anos do seu mandato, mais de 161 mil novos empregos nos sectores público e privado, facto que suscitou optimismo do grupo parlamentar do MPLA e cepticismo dos partidos da oposição com assento parlamentar.

Sobre os vários assuntos apresentados pelo Chefe de Estado, Américo Cuononoca, presidente do grupo parlamentar do partido que suporta o Executivo, o MPLA, referiu que o Presidente da República pôde, na sua apresentação, trazer à tona a realidade actual dos sectores social, económico e político, com todos os pormenores que espelham as estatísticas e números que ditam tudo que está a ser feito no país, cujos reflexos são já visíveis actualmente. Para o deputado, aquelas pessoas que tinham dúvidas sobre a governação do seu partido podem a partir deste discurso ter acesso e fazer um estudo pormenorizado sobre os números exactos da situação do país.

Cuononoca lamenta o facto de a oposição afirmar que o Presidente não transmitiu uma Angola real. “Quem conhece o país sabe que muita coisa está a ser feita, desde o combate à corrupção, à impunidade e ao nepotismo. Podemos ver que houve melhorias nas estradas e em outros sectores. Quem põe em causa isso, ou faz por má fé ou não quer aceitar a nova realidade do país”, frisou o deputado.

Américo Cuononoca disse ainda que em dois anos de mandato do actual Presidente foram conseguidos mais de 161 mil empregos, dos 500 mil prometidos na campanha eleitoral em 2017, o que representa, na sua visão, um bom indicador, uma vez que, nos próximos três anos, esse número pode ultrapassar ou estar próximo da cifra que foi prometida.

No que toca à liberdade de expressão e a realização das eleições autárquicas, o parlamentar afirmou que, nos últimos dois anos, é notória uma abertura maior neste quesito. Com relação às autarquias, o político afirma que tudo está a depender de um trabalho interno, que está a ser feito neste momento em matéria de legislação. “Penso que um dos maiores ganhos dos dois anos, foi precisamente na questão das liberdades. Por outro lado, não se pode implementar nenhuma autarquia sem as suas leis, pois são elas que suportam a sua governação. A oposição faz parte das comissões de trabalho e sabe que não há nenhuma tendência de adiamento, sendo certo que, sem um pacote legislativo completo, não podemos avançar”, disse o parlamentar.

A UNITA teve uma posição diferente sobre os pronunciamentos do Chefe de Estado. Na óptica do deputado Adalberto Costa Júnior, João Lourenço evitou falar de muitas questões, entre as quais a da corrupção de facto e as medidas socioeconómicas com efeito sobre as famílias e as empresas.

“O Presidente não pode dizer que o ambiente de negócios está melhor. Os angolanos estão falidos e completamente desesperados. Devia fazer um diagnóstico com mais verdades, no quadro de uma estratégia que o país precisa”, defendeu o também candidato a presidente da UNITA.

A também deputada da bancada parlamentar da UNITA Mihaela Webba acha que os angolanos continuam a sofrer e vai mais longe ao afirmar que há hoje pessoas que não têm as três refeições diárias. “Há sérios problemas na Educação e no sector da Saúde. Os hospitais que foram visitados pelo Presidente, se este regressar lá sem prévio aviso, vai verificar em que estado estão. Portanto, não há até ao momento assistência médica e medicamentosa de qualidade nestes locais e não podemos estar felizes com isso”, afirmou.

No sector da Justiça, a deputada disse que também continua a existir no país mais de sete milhões de angolanos sem bilhete de identidade, o que significa, na sua óptica, que a cidadania está a ser negada a muitos cidadãos. Sobre as autarquias, Mihaela Webba lamenta o facto de estas não serem abordadas com ~

clareza no discurso de João Lourenço. “O Presidente disse, simplesmente, que o pacote legislativo autárquico está na Assembleia Nacional. Decidiu não dizer nada relativamente à data das eleições, se efectivamente haverá ou não eleições em 2020”, lamentou.

Para a deputada, nesta questão em concreto, o Presidente da República foi omissivo, deixando a entender que sem a questão da legislação resolvida não haverá eleições e a responsabilidade recai para o órgão legislativo. O deputado e presidente do PRS, Benedito Daniel, afirmou que a situação actual do país não realça o esforço detalhado na mensagem à Nação, mas ainda assim, afirma que a população continua na esperança, aguardando que este esforço seja multiplicado dentro de um curto espaço de tempo.

Para Benedito Daniel, a estrada 230 é uma prova disso, mas reconhece que já são visíveis alguns esforços que estão a ser feitos, pese embora muitos resultados não serem ainda substanciais, por conta da condição em que o país foi encontrado.

Para o deputado Lindo Bernardo Tito, da CASA-CE, o Presidente da República fez apenas um balanço dos seus dois anos de mandato, sem avaliar a real situação do país, tal como prevê os termos da Constituição e apresentar as medidas concretas a introduzir no próximo Orçamento Geral do Estado, para melhorar a situação económica e social do país. “O Presidente não anunciou medidas, fez apenas um balanço na perspectiva positiva. Há dados que não correspondem à verdade. Há coisas que não estão a ser feitas”, disse.

O lado económico

O economista Fernando Heitor entende que a economia nacional, apesar de não gozar de boa saúde, não deve ser vista como um doente moribundo. Heitor disse que a medicação à terapia em curso vai surtir os efeitos desejados, uma vez estarem identificados todos os constrangimentos que travam a aceleração do desenvolvimento económico. “O Presidente lembrou da diferença cambial que existia no passado entre a taxa informal e a formal. Está a diminuir e isso é bom. O sucesso das medidas macroeconómicas vai também garantir, cada vez mais, uma maior estabilidade aos preços e aos vários indicadores, seja da política cambial, seja da monetária ou de outra natureza”, afirmou.

Reacção do Bureau Político

O Bureau Político do MPLA considerou que a comunicação sobre o estado da Nação proferida

pelo Presidente João Lourenço “é uma contribuição determinante para a galvanização de todos os cidadãos na tarefa do desenvolvimento económico e social do país.”

Em comunicado à imprensa, o Bureau Político do MPLA “exalta a transversalidade e o realismo da análise do quadro real do país, testemunhando que o foco continua a ser a boa governação, a defesa do rigor e da transparência, a luta contra a corrupção e a impunidade, a reanimação da sociedade.”

O Bureau Político manifestou a total confiança nas reformas que o Executivo tem estado a introduzir.

5.5 Eleições sociedade civil que PIIM pode ameaçar autarquias

Novo Jornal

18 De Outubro 2019

António Gaspar

Diferentes membros da sociedade civil afirmaram que o facto de o Presidente da República, João Lourenço, não ter abordado questões relacionadas com as autarquias locais, durante o seu discurso sobre o estado da Nação, é sinónimo de que o programa de implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) pode vir a representar um "manifesto" de "desculpas" para se adiar o processo autárquico previsto para 2020.

Ao Novo Jornal o jurista Albano Pedro disse ser bastante provável que o MPLA venha a criar argumentos possíveis com a execução do PIIM no sentido de prorrogar, por mais um ano, a implementação das autarquias locais no país.

“É um claro sinal de que a execução do PIIM venha a ser uma verdadeira desculpa de carácter pragmático para se dizer que há já um programa por cima da mesa e que se deve dar um tempo para funcionar. Portanto, penso que tal situação poderá fazer com que não exista, em 2020, a realização das autarquias locais”, sublinhou, acrescentando que “as autarquias são urgentes para o país”.

De acordo com o jurista, o MPLA, partido que suporta o Governo, tem encontrado “inúmeras” dificuldades de admitir a realização das autarquias pelo facto de perceber que “irá, de certa forma, perder alguns terrenos para outras forças políticas do país, que se mostram dispostos a dar o seu melhor para ganhar a confiança do povo angolano”.

“O MPLA está ciente de que, com a implementação das autarquias, poderá perder alguns espaços

governativos e, por esse motivo, tudo está a fazer para que o processo autárquico não se venha a efectuar", salientou Albano Pedro.

Entretanto, lembrou ainda que foi o próprio Presidente da República quem havia garantido que em 2020 seria o ano da realização das eleições autárquicas. "A pro- messa de que em 2020 teria de haver eleições autárquicas veio do próprio Presidente. Portanto, a sociedade civil vai cobrar", advertiu.

Para o director-geral da Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Carlos Cambuta, que também se juntou às vozes que contestaram o facto de o Presidente João Lourenço ter passado ao lado das autarquias no seu discurso à Nação, o PIIM não pode servir de pretexto para condicionar a realização das autarquias.

"O PIIM não deve ser um elemento que condiciona a realização das autarquias. A implementação das autarquias não pode estar ancorada no PIIM. Se o Governo pensar nessa questão do PIIM para pôr refém as autarquias, estará a ser infeliz, porque' são dois processos distintos", adiantou, acrescentando que "adiar as autarquias significaria atrasar o desenvolvimento do país ou mesmo enfraquecer o exercício da cidadania".

Por outro lado, Carlos Cambuta defendeu que a institucionalização das autarquias constitui um alívio da parte do Executivo na medida em que facilita a materialização do princípio de que "se deve governar com o povo e não para o povo".

"As autarquias são uma nova forma de governação e essa nova forma de administração vai estrutura o plano de desenvolvimento de cada município do país", disse Carlos Cambuta.

Acrescentou que "queremos que haja um esforço por parte do Executivo para que as autarquias aconteçam no sentido de poder até permitir que o PIIM avance".

Por último, o coordenador da Plataforma Cazenga em Acção (PLACA), Kambolo Tiaka Tiaka, salientou que, se o Governo angolano não cumprir a promessa de realizar as autarquias no próximo ano, haverá um grande "desconforto por parte da sociedade".

"O Executivo só deve cumprir primeiro a promessa eleitoral e, depois, por imperativo constitucional, fazer com que as coisas aconteçam. Ora, no seu discurso à Nação, o Presidente da República não disse propriamente quando é que as autarquias terão lugar, sendo que já teria feito há muito tempo. Não queremos pensar que em 2020 não aconteçam as autarquias, pois será um investimento que vai cair no vazio", aconselhou.

O activista espera que, no discurso de fim do ano, o chefe de Estado anuncie a data e o período em que se vai suceder o pleito eleitoral.

5.6 Eleições sociedade civil que PIIM pode ameaçar autarquias

Novo Jornal

18 De Outubro 2019

António Gaspar

Diferentes membros da sociedade civil afirmaram que o facto de o Presidente da República, João Lourenço, não ter abordado questões relacionadas com as autarquias locais, durante o seu discurso sobre o estado da Nação, é sinónimo de que o programa de implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) pode vir a representar um "manifesto" de "desculpas" para se adiar o processo autárquico previsto para 2020.

Ao Novo Jornal o jurista Albano Pedro disse ser bastante provável que o MPLA venha a criar argumentos possíveis com a execução do PIIM no sentido de prorrogar, por mais um ano, a implementação das autarquias locais no país.

"É um claro sinal de que a execução do PIIM venha a ser uma verdadeira desculpa de carácter pragmático para se dizer que há já um programa por cima da mesa e que se deve dar um tempo para funcionar. Portanto, penso que tal situação poderá fazer com que não exista, em 2020, a realização das autarquias locais", sublinhou, acrescentando que "as autarquias são urgentes para o país".

De acordo com o jurista, o MPLA, partido que suporta o Governo, tem encontrado "inúmeras" dificuldades de admitir a realização das autarquias pelo facto de perceber que "irá, de certa forma, perder alguns terrenos para outras forças políticas do país, que se mostram dispostos a dar o seu melhor para ganhar a confiança do povo angolano".

"O MPLA está ciente de que, com a implementação das autarquias, poderá perder alguns espaços governativos e, por esse motivo, tudo está a fazer para que o processo autárquico não se venha a efectuar", salientou Albano Pedro.

Entretanto, lembrou ainda que foi o próprio Presidente da República quem havia garantido que em 2020 seria o ano da realização das eleições autárquicas. "A pro- messa de que em 2020 teria de haver eleições autárquicas veio do próprio Presidente. Portanto, a sociedade civil vai cobrar", advertiu.

Para o director-geral da Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Carlos Cambuta, que também se juntou às vozes que contestaram o facto de o Presidente João Lourenço ter passado ao lado das autarquias no seu discurso à Nação, o PIIM não pode servir de pretexto para condicionar a realização das autarquias.

"O PIIM não deve ser um elemento que condiciona a realização das autarquias. A implementação das autarquias não pode estar ancorada no PIIM. Se o Governo pensar nessa questão do PIIM para pôr refém as autarquias, estará a ser infeliz, porque' são dois processos distintos", adiantou, acrescentando que "adiar as autarquias significaria atrasar o desenvolvimento do país ou mesmo enfraquecer o exercício da cidadania".

Por outro lado, Carlos Cambuta defendeu que a institucionalização das autarquias constitui um alívio da parte do Executivo na medida em que facilita a materialização do princípio de que "se deve governar com o povo e não para o povo".

"As autarquias são uma nova forma de governação e essa nova forma de administração vai estrutura o plano de desenvolvimento de cada município do país", disse Carlos Cambuta.

Acrescentou que "queremos que haja um esforço por parte do Executivo para que as autarquias aconteçam no sentido de poder até permitir que o PIIM avance".

Por último, o coordenador da Plataforma Cazenga em Acção (PLACA), Kambolo Tiaka Tiaka, salientou que, se o Governo angolano não cumprir a promessa de realizar as autarquias no próximo ano, haverá um grande "desconforto por parte da sociedade".

"O Executivo só deve cumprir primeiro a promessa eleitoral e, depois, por imperativo constitucional, fazer com que as coisas aconteçam. Ora, no seu discurso à Nação, o Presidente da República não disse propriamente quando é que as autarquias terão lugar, sendo que já teria feito há muito tempo. Não queremos pensar que em 2020 não aconteçam as autarquias, pois será um investimento que vai cair no vazio", aconselhou.

O activista espera que, no discurso de fim do ano, o chefe de Estado anuncie a data e o período em que se vai suceder o pleito eleitoral.

5.7 Oposição defende celeridade no debate sobre leis autárquicas

Jornal de Angola

23 De Outubro de 2019

Texto: Adelina Inácio

A UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA defenderam hoje, em Luanda, maior celeridade da Assembleia Nacional na aprovação das propostas de leis que compõem o pacote legislativo de suporte à implementação das autarquias, cujas eleições estão marcadas para o próximo ano.

A posição das quatro formações políticas com assento parlamentar foi manifestada em conjunto pelos respectivos deputados à imprensa no final da reunião dos presidentes dos grupos parlamentares que aprovou a agenda da primeira reunião plenária desta legislatura.

Os parlamentares das referidas formações políticas manifestaram descontentamento pelo facto do Parlamento "não ter agendado nenhuma proposta que consta do pacote legislativo autárquico."

Os deputados aprovaram, para a próxima terça-feira, a discussão de várias propostas de leis e de resoluções.

O porta-voz da Assembleia Nacional, Raul Lima, disse que os presidentes dos grupos parlamentares aprovaram, para discussão na generalidade, a Proposta de Lei de Prevenção e de Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e de Proliferação de Armas de Destruição Maciça. Os deputados, segundo Raul Lima, vão apreciar o Projecto de Lei de Autorização Legislativa, que autoriza o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, a legislar sobre o regime jurídico dos tipos de participação.

Os deputados, acrescentou, vão também votar os projectos de resolução que aprovam, para ratificação, o Acordo de Cooperação entre o Governo da República de Angola e o Governo da República do Rwanda no domínio da Defesa e Segurança e Ordem Pública, e o Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no domínio da Defesa.

O também primeiro secretário de Mesa da Assembleia Nacional anunciou que o Parlamento vai

também conferir posse a dois membros do conselho directivo da Entidade Reguladora Comunicação Social (ERCA).

Desdramatização do MPLA

O presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, afirmou que "não deve haver, por parte dos deputados, preocupação sobre o pacote legislativo autárquico, uma vez que os diplomas já se encontram no Parlamento para discussão e aprovação."

"O pacote de leis comporta dez diplomas, entre os quais, quatro já foram aprovados por unanimidade e o mesmo modelo vai ser utilizado para os seis diplomas que faltam", garantiu o parlamentar.

Américo Cuononoca assegurou que o MPLA pretende que estes diplomas sejam aprovados por consenso. Para tal, defende o diálogo entre os actores políticos, para encontrar consensos sobre as respectivas leis e a implementação das autarquias.

O deputado disse que, apesar da agenda da Assembleia Nacional estar "carregada", acredita que os deputados vão trabalhar nas propostas para que sejam aprovadas e facilitar o Executivo convocar as eleições autárquicas.

O presidente do grupo parlamentar do MPLA considerou "importante" a aprovação da proposta sobre o Combate ao Terrorismo e ao Branqueamento de Capitais que, na sua opinião, deve ser aprovada com urgência.

O deputado lembrou que Angola subscreveu vários instrumentos internacionais e é de grande importância ao país estar alinhado com bancos internacionais no combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Preocupações da oposição

A vice-presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Navita Ngolo, disse que o partido defende que, na reunião plenária agendada, além das matérias que vão ser tratadas, fosse agendada a discussão do pacote legislativo autárquico.

A deputada afirmou que a UNITA quer celeridade na aprovação destes diplomas. "Ao invés de priorizarmos outras propostas que vêm do Executivo, esta matéria é de reserva absoluta da Assembleia Nacional, por isso, devemos priorizar estes diplomas", defendeu a deputada.

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, disse que a coligação está

preocupada com o "não agendamento" das propostas de lei que compõem o pacote legislativo autárquico, uma vez que a implementação das autarquias é uma das prioridades na agenda política.

Bendito Daniel, do PRS, destacou a Proposta de Lei sobre o Combate ao Branqueamento de Capital e Financiamento ao Terrorismo. O deputado falou também das propostas de leis que vão dar suporte às eleições autárquicas e sublinhou que as mesmas se encontram ainda nas comissões especializadas.

Lucas Ngonda, deputado da FNLA, defendeu, igualmente, a discussão, com urgência, do pacote legislativo autárquico.

5.8 Autarquias de 2020 ameaçadas

Jornal Manchete

24 De Outubro de 2019

Não tendo sido abordada a questão das autarquias apazadas para o próximo ano, no discurso sobre o Estado da Nação, a realização das eleições autárquicas podem estar condicionadas à impioridade do actual Governo, por razões de vária ordem, a saber: os prognósticos do economistas são de queda livre na economia do país, um factor que pode vir a ser aceite pelo Executivo como motivo válido à irrealização do pleito;

Os activos do Estado vão baixar, pois, a produção nacional ainda não se fará sentir e isso poderá criar flutuações monetárias devido a depreciação progressiva da moeda nacional face às moedas estrangeiras:

A aceitação das exigências do FMI que, normalmente tem efeito contrário, enquanto os países esperam um crescimento ou desenvolvimento, o FMI e o Banco Mundial, instituições internacionais criados para confinar os países emergentes, colocarão entraves invisíveis a olhos vistos, para afundar as economias emergentes e manter sua hegemonia no contexto das nações;

A presença constante do Presidente da República no exterior, para atrair investimento estrangeiro, o que, às tantas é, na realidade, "trair" investimentos estrangeiros, sendo o Presidente, o único cidadão que afirma que o país tem condições para a entrada massiva de estrangeiros investidores, pois, se a pergunta for dirigida a outro angolano que se preze, a resposta seria: "Angola não tem condições nenhuma para acolher investimento estrangeiro, porque, primeiro o Governo devia potenciar seus cidadãos em termos económicos e financeiros, a semelhança do fazem as outras nações,

A diplomacia angolana é um fracasso por não apresentar ao exterior as potencialidades de Angola em termos de produção nacional para que haja um ambiente propício para trocas comerciais, o que significa, um país dá e o outro recebe, uma espécie de permuta à moda antiga. Quando nós somos apenas consumidores dos produtos dos outros não podemos chamar a isso intercâmbio; é um engano. E, por último e não menos importante, é necessário despartidarizar o processo das autarquias. Vê-se claramente que são só os partidos políticos estão fazendo referência a esse processo e a sociedade civil? Onde está o seu espaço? Só manifestações atrás de manifestações?

5.9 UNITA acusa Executivo de falta de vontade política

Jornal de Angola

24 De Outubro de 2019

Texto: Bernardino Manje

O presidente da UNITA acusou, ontem, o Executivo de estar com falta de vontade política de implementar as autarquias no próximo ano, como está previsto.

Isaías Samakuva, que apresentava o “Ponto de vista da UNITA sobre o estado da Nação”, proferido, no dia 15 deste mês, pelo Presidente da República, no Parlamento, justificou a sua acusação com o facto de o Executivo ter criado o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e o Chefe de Estado não se ter referido ao calendário eleitoral autárquico.

“Em Junho de 2019, ao invés de se avançar com o processo de descentralização, o Executivo recuou, tendo decidido fazer o contrário: reforçar a centralização e partidarização do Estado ao nível local. Para o efeito, quantificou alguns dos projectos inscritos no OGE e procurou financiá-los com a verba desviada de dois mil milhões de dólares, então recuperada do Fundo Soberano e que não estava inscrita no OGE. A esta manobra chamou-se PIIM”, criticou.

Para Samakuva, o PIIM é um plano “centralizado e partidarizado”, uma fórmula aparentemente administrativa para se utilizarem recursos públicos com vista à obtenção de ganhos político-partidários.

Respeito pela autonomia

O líder do maior partido da oposição, que no próximo mês deixa a presidência da UNITA, entende que se o Governo quisesse respeitar o princípio da autonomia local e o processo de democratização do

país a nível local, institucionalizaria, primeiro, as autarquias, para permitir que os órgãos autónomos do poder local implementassem, cada um, o seu Programa Integrado de Intervenção nos Municípios.

“Nos círculos do poder, a euforia à volta das autarquias abrandou de tal forma que os angolanos começaram a duvidar da vontade política do Estado de implementar as autarquias em 2020 com o mesmo zelo e determinação com que pretende concretizar o PIIM em 2020”, considerou o político.

Segundo Samakuva, as dúvidas sobre a implementação das autarquias aumentam quando se constata que “o Ministério das Finanças cortou o orçamento da Co-missão Nacional Eleitoral”, o que, em seu entender, não lhe permite programar as suas actividades com racionalidade económica, eficiência administrativa e segurança jurídica.

“A Comissão Nacional Eleitoral não tem verbas sequer para pagar as despesas com o pessoal, consagradas por lei, especialmente aos comissários municipais eleitorais incumbidos de organizar as eleições autárquicas”, afirmou. Ao referir-se ao “silêncio” que o Presidente da República fez sobre o calendário eleitoral autárquico, o líder da UNITA fez um conjunto de questionamentos, entre os quais: “o país tem ou não dinheiro para se organizarem as eleições autárquicas?”

Diálogo para consensos

Durante o seu discurso, ouvido por membros da direcção e militantes do partido, o presidente da UNITA defendeu o diálogo para que se encontrem os consensos necessários para que o país se prepare bem para a implantação das autarquias em todos os municípios na mesma altura.

Isaías Samakuva defende, igualmente, que sejam as autarquias a estruturar e implementar programas de emergência nacional para ajudar a tirar o país da crise, em particular nas áreas da Educação, Saúde,

Habitação, Emprego e Segurança Social.

A UNITA está disponível para apresentar e discutir com as “forças patrióticas” um Plano de Acção com esta finalidade, garantiu o seu presidente.

Samakuva referiu-se, igualmente, à crise económica e social que o país atravessa. “Não obstante a forte vontade que manifestou de melhorar a vida dos angolanos, a Nação angolana ficou mais empobrecida nestes dois anos, e a força com que o Presidente tinha começado, parece ter desaparecido”, considerou o político, prevendo que o ano vai terminar com um crescimento negativo da economia.

Defendeu que a crise só pode ser superada com patriotismo e unidade na acção. “O patriotismo exige que o Presidente assuma a vanguarda de um amplo movimento nacional de mudança”, disse.

5.10 As autarquias, os parlamentares e os cidadãos

Jornal de Angola
25 De Outubro de 2019

O processo de implementação das autarquias continua a suscitar acesos debates na nossa sociedade, um exercício que enriquece a nossa democracia, na medida em que vários actores políticos ligados a partidos e cidadãos emitem opiniões diversas sobre a descentralização administrativa, permitindo que as comunidades possam ter acesso a diferentes visões sobre uma questão relevante da vida nacional.

É encorajador o facto de o Parlamento ter como prioridade a aprovação dos diplomas relativos às autarquias, o que deixa prever que o processo de descentralização administrativa pode concretizar-se em 2020.

Os angolanos vão percebendo que as autarquias podem melhorar as suas condições de vida, uma vez que os autarcas que vierem a serem eleitos conhecem bem, em princípio, os problemas das circunscrições em que hão-de trabalhar.

O nosso país é extenso e tem problemas complexos de vária ordem, pelo que as autarquias poderão ajudar a resolvê-los e a libertar o poder central de múltiplas tarefas. A descentralização administrativa tem se constituído em factor de desenvolvimento em muitos países do mundo. Há exemplos no mundo de chefes de Estado que, antes de chegarem à mais alta magistratura dos seus países, foram autarcas e se tornaram depois em muito bons Presidentes da República e primeiros-ministros.

As autarquias permitem aos governantes que estiverem a dirigi-las a tomar contacto directo com a vida das populações, procurando soluções para os seus problemas. Os autarcas eleitos sabem que vão ser permanentemente escrutinados pelos governados e que, se quiserem continuar a gozar da confiança dos eleitores, devem trabalhar em prol do seu bem-estar.

É importante que o processo de implementação das autarquias continue a estar no centro das preocupações dos parlamentares que têm de aprovar mais instrumentos legais para que haja condições para a convocação das eleições autárquicas.

Disse o presidente do grupo parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, que “não deve haver, por parte dos deputados, preocupação sobre o pacote legislativo autárquico, uma vez que os diplomas já se encontram no Parlamento para discussão e aprovação.”

Américo Cuononoca afirmou ainda que “o pacote de leis comporta dez diplomas, dos quais quatro já foram aprovados por unanimidade e o mesmo modelo vai ser utilizado para os seis diplomas que faltam.”

Tendo em conta a importância do processo de implementação das autarquias, faz sentido que os partidos políticos com assento no Parlamento cheguem a consensos sobre questões relevantes, porque é do interesse de todos que tenhamos em Angola uma descentralização administrativa que seja promotora do desenvolvimento das nossas populações.

Todos os actores políticos têm consciência de que é necessário avançar para a descentralização administrativa, mas esta deve ser concretizada com leis que venham realmente garantir a salvaguarda dos interesses dos cidadãos, que têm esperança de que as autarquias podem vir a dar solução, de forma célere e eficiente, a muitos dos seus problemas.

5.11 Realçado papel do PIIM na inclusão das localidades

Jornal de Angola
25 De Outubro de 2019
Texto: Eduardo Cunha e Venâncio Victor

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) vai contribuir para o alargamento do leque de oportunidades de inclusão produtiva das comunidades, declarou, quarta-feira, o secretário de Estado para a Acção Social.

Lúcio do Amaral falava no 20º Encontro Nacional das Comunidades, promovido pela ONG Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), que encerrou ontem, no município de Cacuso, a 72 quilómetros da cidade de Malanje.

Lúcio Amaral considerou o evento como uma plataforma para reflectir e sugerir sobre as melhores práticas com vista à melhoria da qualidade de vida das comunidades. O governante lembrou que o Executivo presta uma atenção especial à agricultura familiar, salientando que este segmento é responsável

por cerca de 80 por cento da produção agrícola em todo o território.

O vice-governador de Malanje para o sector Político, Social e Económico, Domingos Eduardo, disse que o governo provincial reconhece a importância do trabalho da ADRA, sobretudo em relação à implementação de projectos no meio rural, com foco no reforço das capacidades das organizações comunitárias de base e exercício da cidadania.

As caixas comunitárias de crédito, assistência às parteiras tradicionais, e acesso à educação primária nas zonas rurais são alguns dos temas abordados no encontro, que contou com técnicos das províncias de Luanda, Cuanza-Norte, Huíla, Benguela, Uíge, Zaire, Huambo, Moxico, Lunda-Sul, Bengo e Cunene.

5.12 Eleições autárquicas só e quando o MPLA quiser

Jornal Folha 8

26 De Outubro de 2019

O Presidente da UNITA, Isaias Samakuva, coloca - mais &> uma vez - o dedo na ferida e afirma que "nos círculos do poder, a euforia à volta das autarquias abrandou de tal forma que os angolanos começaram a duvidar da vontade política do Estado de implementar as autarquias em 2020".

O processo de preparação para a prometida concretização de autarquias locais em Angola está em curso e poderá estar concluído até 2021, anunciava em 15 de Novembro de 2016, em Luanda, o então vice-presidente de Angola. Manuel Vicente discursava na abertura do IV Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, uma organização do Ministério da Administração do Território, subordinado ao tema "Finanças Locais como Instrumento de Desenvolvimento Económico".

Angola ainda não realizou as primeiras eleições autárquicas no país, perante as críticas da oposição. face à demora e ausência de datas concretas. É claro que, também nesta matéria, a Oposição em "lato sensu" julga que Angola é aquilo que não é: 11111 Estado de Direito Democrático. Sobre o assunto, Manuel Vicente afirmou que o executivo aprovou o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLAN\ "EAT), que previa o apoio à implementação das autarquias locais no país, através da criação de instrumentos técnicos de apoio, que incluem meios técnicos, humanos e financeiros e a institucionalização das autarquias locais.

Segundo Manuel Vicente, esse programa previa ainda o enquadramento das autoridades tradicionais no quadro da governação local.

"Deste modo, penso que o financiamento do poder local é uma pedra angular para o verdadeiro poder local autónomo do Estado ou do Governo central", disse Manuel Vicente, sublinhando que o futuro do desenvolvimento de Angola passa também por aquilo que for feito em matéria local, nos domínios económico, social e cultural.

"Na realidade, a descentralização e desconcentração administrativas deverão constituir o elemento fundamental da nossa acção política e administrativa, a fim de conseguirmos atingir os patamares do desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional", afirmou.

O então vice-presidente angolano sublinhou que desde a independência a administração centralizada e hierarquizada tem vindo paulatinamente a ser alterada para "uma administração descentralizada e heterogénia". Paulatinamente, disse muito bem Manuel Vicente. E a esta velocidade paulatina, é provável que daqui a mais uns 30 anos o regime consiga dar aos angolanos o que era esperado ter dado há dezenas de anos. Só por curiosidade recorde-se que, em Setembro de 2016, Cabo Verde realizou as sétimas eleições autárquicas desde 1991. "Este processo exige que sejam adoptadas medidas de transparência e harmonização de competências, poderes, responsabilidades e recursos do Governo central para as entidades locais, que representam os interesses específicos das populações", frisou Manuel Vicente como se tivesse descoberto a pólvora.

Acrescentou que o processo de descentralização constitui um aprofundamento da democracia, permitindo que determinadas necessidades colectivas sejam resolvidas de forma mais próxima das populações.

Manuel Vicente admitiu que é necessário os municípios serem dotados "de vida, na verdadeira acepção da palavra", para a solução dos seus problemas e satisfação das necessidades das populações. "Nesse sentido, temos de alocar recursos adequados e proporcionais aos mesmos, para que os órgãos locais desempenhem com propriedade as suas competências", disse Manuel Vicente.

5.13 Huambo acolhe fórum dos municípios e cidades

Jornal de Angola
26 De Outubro de 2019
Texto: Miguel Ângelo

A província do Huambo acolhe, entre quinta e sexta-feira, o Fórum dos Municípios e Cidades, com a participação dos 164 municípios do país, sob coordenação do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado.

O facto foi anunciado ontem pelo director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, Araújo Timóteo, quando apresentava os resultados da reunião ordinária do Governo da Província do Huambo, que decorreu no município do Ucuma. A reunião foi orientada pela governadora Joana Lina.

“As condições estão todas criadas. Todo o leque preliminar de acomodação dos participantes e o local do evento está tudo acautelado”, assegurou Araújo Timóteo, acrescentando que a governadora apelou aos administradores municipais a terem todas acções de governação bem definidas para apresentarem no fórum. “Os titulares dos municípios foram orientados, pela governadora, a estarem preparados para participarem no fórum, por ser mais uma oportunidade para apresentar o que deve ser a governação local e discutir todos os assuntos no contexto nacional”, disse.

A realização do fórum dos municípios e cidades de Angola, de acordo com um membro do Governo do Huambo, será também uma ocasião para testar a capacidade hoteleira da província do Huambo, em termos de alojamento e restauração. Está previsto, para os próximos dias, um encontro de concertação com os agentes do sector, no sentido de criarem as condições necessárias para acolher os participantes.

Na reunião fez-se o balanço de como a província do Huambo está em termos de passos preliminares e operacionalização do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), tendo cada administrador apresentado as actividades ou projectos que já mereceram procedimentos para irem a concurso.

5.14 MPLA quer ou não autarquias

Jornal Folha 8
26 De Outubro de 2019

Em Dezembro de 2017, o Comité Central do MPLA elegeu novos membros do Bureau Político e

deliberou sobre a reestruturação do aparelho central do partido que "só" está no poder há 44 anos.

A reunião presidida. recorde-se. por José Eduardo dos Santos determinou, de acordo com o comunicado divulgado no final, que o Bureau Político passava a ser composto pelos gabinetes do presidente, vice-presidente e secretário-geral e os departamentos de Organização e Mobilização, Organizações Sociais e Sociedade Civil, Informação e Propaganda, Administração e Finanças, Assuntos Políticos e Eleitorais, Política Económica, Política Social, Política de Quadros, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Reforma do Estado, Administração Pública e Autarquias e Relações Internacionais.

No que toca a mudanças, Diógenes de Oliveira, Norberto Garcia, Pedro de Moraes Neto, Maria Isabel Mutunda e Yolanda Brígida de Sousa viram os seus nomes aprovados para entrarem no Bureau Político. que, depois da reunião, escolheu responsáveis de diversas pastas.

Diógenes de Oliveira passou a secretário para a Política Económica, Mário António ficou com a pasta de Política Social, Carlos Feijó passou a secretário para a Reforma do Estado, Administração Pública e Autarquias, Norberto Garcia foi então para secretário para a Informação e Propaganda, e Bento Bento ficou na secretaria de Política de Quadros.

No comunicado, o Comité Central voltou a encorajar o Presidente da República João Lourenço a tomar as medidas necessárias para cumprir o seu programa de Governo.

Em Setembro de 2014, o comité de especialidade dos economistas do MPLA de Luanda escolheu oito delegados à Conferência Extraordinária provincial, marcada para 11 de Outubro, e dois ao V Congresso Extraordinário do partido. Na abertura da assembleia extraordinária, presidida pelo primeiro secretário do comité dos economistas, Diógenes de Oliveira, este teceu considerações sobre os grandes e permanentes desafios do MPLA na busca do bem-estar geral da população, e o papel relevante reservado aos comités de especialidades. Diógenes de Oliveira aludiu ainda

ao então processo em curso relativo ao movimento de revitalização das estruturas de base do partido, bem como as tarefas inerentes à implementação da estratégia e do programa MPLA no período 2012/2017, sufragado nas eleições gerais de 2012.

Os participantes no encontro, analisaram e aprovaram os documentos submetidos à discussão, dentre os quais uma resolução interna e uma moção

de apoio ao Presidente da República e do MPLA, José Eduardo dos Santos, pela sua dedicação à causa do bem-estar dos angolanos.

Ao encerrar a assembleia, o secretário do Departamento de Administração e Finanças do comité provincial de Luanda do MPLA, Mateus António da Costa "Codó", apontou o alcance da independência económica, como uma das tarefas primordiais dos comités de especialidades, particularmente dos economistas.

"Depois da conquista da independência política do país, os comités de especialidades do MPLA, particularmente o dos economistas, são uma vez mais chamados à responsabilidade, com vista a alcançar a independência económica", venceu.

"O MPLA tem consciência que só será mais forte e coeso se contar com os seus especialistas nos vários domínios de intervenção para o desenvolvimento sustentável da Nação angolana", sublinhou o responsável. Lembrou que na perspectiva de estabelecer novas formas de organização interna que permita uma participação mais activa de todos os militantes na vida política nacional, o MPLA criou os comités de especialidades com base na sua especialização e conhecimentos técnicos.

5.15 Fórum dos Municípios avalia avanços do PIIM

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2019

Texto: Miguel Ângelo

A operacionalização do Plano Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM) e as linhas mestras sobre a preparação do OGE 2020 vão estar no centro dos debates da 7ª edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA), que decorre, hoje e amanhã, na cidade do Huambo.

O Fórum, que conta com a participação dos 164 municípios do país, é organizado pela coordenação do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, sob o lema "a vida faz-se nos municípios".

O encontro, a ser conduzido pelo ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, vai reunir, igualmente, representantes de sectores do Executivo que desenvolvem projectos de impacto sobre a vida das comunidades.

Consta também da agenda do Fórum o balanço do processo de reforço da desconcentração financeira e

o desenvolvimento do programa da desconcentração administrativa, bem como analisar outras questões relevantes para a administração local do Estado.

Segundo uma nota do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, o Fórum "assume-se como um espaço privilegiado de interacção entre os órgãos da Administração Central e da Administração Local do Estado".

A nota esclarece que o Fórum foi reconvertido, recentemente, em órgão colegial de consulta do Presidente da República sobre matérias da Administração Local e decorre anualmente, em simultâneo com a Feira dos Municípios e Cidades de Angola, nos anos em que esta se realiza, porque tem periodicidade bienal.

No Fórum, o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher vai apresentar os documentos sobre o empoderamento da mulher rural para o reforço da estrutura familiar e redução da pobreza e as transferências sociais monetárias – primeiros passos e perspectivas.

Serão ainda discutidos os documentos dos Ministérios da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Comércio, Cultura, Economia e Planeamento, Obras Públicas, Comunicação Social e Interior, este último em conjunto com o do Comércio.

O governo da província do Huambo tem todas as condições criadas para receber os participantes ao fórum. Na sexta-feira passada, no município do Ucuma, a governadora Joana Lina Cândido orientou os onze administradores municipais a aproveitarem o evento no sentido de recolherem o maior número de informações sobre a governação local.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Casebres ao redor da centralidade do Sequele com dias contados

Jornal de Angola

01 De Outubro de 2019

Texto: Alexa Sonhi

As construções anárquicas que estão a surgir ao redor da Centralidade do Sequele têm os dias contados e os invasores já foram avisados para, voluntariamente, abandonarem o local, de acordo com o administrador municipal de Cacuo, Augusto José.

Em declarações ontem ao Jornal de Angola, Augusto José avançou que as demolições podem ocorrer ainda este mês, porque a população está remidente e as casas de chapa continuam a aumentar, causando muito mau aspecto à localidade.

O administrador de Cacuo explicou que, por conta das ocupações ilegais, recentemente cerca de 100 cidadãos foram detidos e levados às barras do tribunal. Pela insistência das pessoas em construir na zona, Augusto José acredita em “mãos invisíveis a sustentar as más práticas”.

“Nos últimos meses, apareceu na zona do supermercado Kero a bandeira de um determinado partido político e de lá para cá os casebres tendem a aumentar, como cogumelos em tempos de chuva”, disse o administrador, para acrescentar que está-se a trabalhar com a Procuradoria-Geral da República e o Comando Provincial da Polícia Nacional, para ajudar a resolver definitivamente o problema.

De acordo com Augusto José, as pessoas oportunistas têm de saber que os espaços vazios à volta da Centralidade do Sequele estão sob responsabilidade da Empresa Gestora de Terreno infra-estruturados (IGTI) para se dar continuidade ao projecto habitacional da Centralidade. “Por causa da crise que assolou o país muitos projectos ficaram parados. Mas isso, por si só, não significa que as pessoas podem ir lá e sem qualquer autorização construir as suas casas”, disse. Questionado sobre a falta de autuação dos fiscais e outros técnicos da Administração de Cacuo nos momentos em que a população constrói os casebres, Augusto José respondeu que tem apenas 14 fiscais e o número de pessoas que invadem a zona é maior. “De forma imediata, não temos capacidade de

resposta. Por isso, nestes casos, pedimos o apoio da Polícia Nacional, Procuradoria-Geral da República e outros meios para podermos autuar”, salientou. Augusto José disse que a Administração está a fazer um trabalho de sensibilização nas comunidades para não ocuparem a zona vazia do Sequele. Com esse trabalho, sublinha, foi possível identificar uma senhora que “vende terrenos sem a autorização de ninguém”. “Estamos a envidar esforços no sentido de localizá-la e responsabilizá-la civil e criminalmente”, disse.

Reposição de solos

O administrador advertiu ainda que a falta de reposição de solos pelas empresas exploradoras de inertes na zona sul da cidade do Sequele, localidade do Tande, pode pôr em risco o tempo de vida útil de alguns edifícios.

Augusto José salientou que, por este motivo, todas as empresas que ali operam foram informadas para doravante direccionarem a exploração de inertes para a zona norte da cidade, ao invés da zona sul, e reporem os solos em todas as zonas que já foram exploradas, como forma de proteger os edifícios e os perímetros à volta da Centralidade.

Augusto José frisou que, apesar dos avisos, algumas empresas não estão a cumprir e, por isso, vão começar a ser multadas de forma pesada. A autorização para exploração de inertes deve ser, segundo o administrador, devidamente revista, porque tem sido feita muito próximo das zonas residenciais e, segundo, porque os pagamentos dos impostos não são feitos a favor da Administração.

De acordo com Augusto José, a Administração de Cacuo vai voltar a reunir-se com o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos para que os pagamentos periódicos de impostos das empresas exploradoras de inertes em Cacuo sejam feitos a favor da Administração local.

“Há pouco tempo, essas empresas estiveram privadas de explorar durante nove meses, obedecendo a uma directriz do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, mas depois disso, a Administração recebeu ordens de que as empresas podiam retomar as suas actividades”, disse.

Augusto José disse desconhecer a existência de empresas de exploração de inertes ilegais. “Todas as minas no Tande estão registadas e com licença de exploração em dia”, explicou, sublinhando que todas as empresas são angolanas, mas algumas têm parcerias chinesas, usando mão-de-obra e a tecnologia chinesa.

“Por mim, fecharia a maioria parte das minas que estão no Tande, por causa da população que vive próxima e, também pelas aberturas profundas que fazem sem a devida reposição”, sustentou.

6.2 Famílias que habitavam em casebres são realojadas no Zango 4

Novo Jornal

04 De Outubro de 2019

A esperança por dias melhores para pelo menos 231 famílias das mais de mil que se encontravam a viver em condições precárias em tendas e casebres de chapas no Zango 1, município de Viana, chegou ao fim. Estas famílias, segundo avançou a Angop, foram, nesta semana, realojadas no bairro Zango 4, no mesmo município, em Luanda.

Os beneficiados, que antes se encontravam a viver em casebres de chapa, sem acesso à água potável, à energia eléctrica e com a falta de saneamento básico, receberam residências do tipo T2 evolutivas. Fazem parte de um grupo de mais de 3.400 famílias, retiradas, em Abril de 2009, da Ilha de Luanda devido às calemas. Na altura, a promessa do Governo era que ficariam naquelas condições durante quatro meses, mas algumas acabaram por ficar mais de dez anos.

Segundo o Governo provincial de Luanda (GPL), esta foi apenas a primeira fase. Sem avançar datas, Júlio de Carvalho, assessor para a Área Social de Luther Rescova, adianta que a segunda fase prevê abranger as restantes 803 famílias no local.

O GPL assegura que no Zango 4 há infra-estruturas como escolas de vários níveis de ensino e energia da rede pública. Quanto à canalização para o abastecimento de água potável, Júlio de Carvalho explica que, por enquanto, ainda não acontecerá, mas garante existir um projecto que terá início nos próximos dias.

Recorde-se que, em Janeiro deste ano, várias famílias na mesma situação chegaram a manifestar-se defronte da administração de Viana exigindo a atribuição de residências.

Há famílias abandonadas na Kissama

Na Kissama, a cerca de 75 quilómetros de Luanda, mais de mil famílias, antigos pescadores da Chicala, dividem um espaço rodeado por mata e animais selvagens. Os desabrigados foram retirados compulsivamente do Kilombo, na Praia do Bispo,

com a promessa de receberem novas residências em três meses.

Passados cinco anos, as únicas casas que têm são de chapas de zinco em montanhas e no meio do mato.

O pequeno bairro foi apelidado pelos moradores de Ilha Dourada, um nome que contrasta com a realidade que se verifica no bairro que ganhou o tom prateado devido aos reflexos das chapas de zinco.

Sem acesso a saneamento básico, as necessidades fisiológicas são feitas em sacos e atirados no mato, e, para tomar banho, os moradores socorrem-se aos capins. Outro facto que se verifica na conhecida Ilha Dourada é a partilha da mesma tenda ou casebre por várias famílias. São, na sua maioria, antigos moradores da Chicala II, praia do Bispo e Panguila.

6.3 Moradores das tendas do Zango I recebem casas no Luanda Limpa

Jornal de Angola

04 De Outubro, 2019

Texto: Helma Reis

Cerca de dez anos depois, um grupo de ex-moradores da Ilha do Cabo que vivia em casebres de chapas de zinco e em tendas, na zona do Zango 1, onde tinha sido transferido, começou a beneficiar, ontem, de 231 casas evolutivas.

De tipologia T2, as casas evolutivas foram erguidas no bairro Luanda Limpa, localizado no Zango 4, beneficiando as primeiras 231 de um total de 1.034 famílias cadastradas pelo Governo Provincial de Luanda, sendo que as contemplações de moradias vão acontecer de forma faseada.

Júlio de Carvalho, assessor para a Área Social do governador provincial de Luanda, Sérgio Luther Rescova, explicou que “se trata de um acto que abre o fim do sofrimento de alguns dos antigos moradores da conhecida Ilha de Luanda, que, desde 2009, se encontravam a viver em condições precárias”.

Com a entrega das casas, que contam com as redes públicas de energia eléctrica e de água potável, os agora ex-moradores dos casebres do Zango 1 passam a beneficiar, igualmente, de escolas de vários níveis de ensino. Enquanto isso, outras 803 famílias vão continuar à espera que lhes sejam entregues as respectivas moradias e abandonarem os casebres. Para já, Júlio de Carvalho não precisou quando isso deve acontecer, embora tenha garantido a criação de

condições no sentido de alojar os restantes sinistrados.

“Vamos continuar a trabalhar para dar dignidade a essas famílias. Mas, queremos salientar que o território, hoje, nos apresenta um número além do referenciado inicialmente, uma vez que muitos aproveitaram-se da situação e instalaram-se aqui, por vontade própria”, denunciou. Em função disso, o assessor para a Área Social do governador provincial de Luanda avançou que o Governo vai estender a mão a todos e cada um receberá o tratamento de acordo com a sua condição.

O responsável explicou que se trata de um programa gizado pelo Governo Provincial de Luanda que vai abranger a todos aqueles que se encontram em áreas de risco, de modo a dar maior protecção à integridade física dessas pessoas, por meio da entrega de habitações ou de terrenos onde possam erguer as suas próprias casas, mas com um pequeno apoio das autoridades.

Beneficiários

Para Adriano Caliembela Sauimbo, um dos beneficiários, o processo de entrega de casas só foi possível com o empenho dos coordenadores que trabalharam na retirada dos invasores que pretendiam apenas adquirir uma residência, fazendo-se passar, para isso, por sinistrados da Ilha do Cabo.

6.4 Administração Municipal distribui chapas de zinco

Jornal de Angola

6 De Outubro, 2019

Texto: Kamunga Júlia

Cerca de 50 famílias residentes nas aldeias de Muangueji, Caiaza, Samulondo e Pimbi, arredores da cidade de Saurimo, na Lunda-Sul, beneficiaram de chapas de zinco, adquiridas pela Administração Municipal, no quadro do programa de auto-construção dirigida.

Segundo a administradora adjunta para a área Técnica, Francisca Manganda, o gesto visa contribuir para a melhoria das condições de habitabilidade da população e imagem das localidades, bem como incentivar a reunificação de aldeias demograficamente representativas e desencorajar a construção em zonas de risco.

Francisca Manganda garantiu que acções do género vão abranger todos os bairros, tendo em conta o projecto de expansão da urbanidade, através de obras

de carácter definitivo, em substituição de “casas de pau-a-pique”, em curso na região.

João Domingos, que mora no bairro Muangueji, foi um dos beneficiários das chapas de zinco e disse que há muito esperava por apoio, para poder construir a sua casa. A posse do material, acrescentou, suprime uma das preocupações partilhadas com a família, há anos.

Consciente que o sentimento de conforto experimentado deve ser partilhado, mediante a contemplação de outras famílias, João Domingos apela à solidariedade de pessoas singulares e colectivas para o sucesso da causa social e humana.

6.5 Centros urbanos ocupam 30 por cento do território

Jornal de Angola

9 De Outubro, 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão

Angola tem cerca de 180 centros urbanos, o que representam quase 30 por cento de ocupação do território nacional, podendo o país levar mais de 15 anos para estruturar as linhas de desenvolvimento de longo prazo, revelou ontem, em Luanda, a arquitecta Ângela Mingas, à margem do XIV Fórum de Arquitectura promovido pela Universidade Lusíada.

A julgar pela extensão do território urbano, a arquitecta considera ser mais difícil desenvolver as cidades, porque, neste momento, 63 por cento da população nacional, ou seja, 19 milhões de pessoas vivem em centros urbanos.

Referiu que o XIV Fórum de Arquitectura, que decorre sob o lema "Transformação urbana", tem como tema internacional da Onu- Habitat, que tem a ver com as novas tecnologias, como forma da redução dos resíduos sólidos.

Ângela Mingas salientou que a transformação urbana é necessária para fazer em vários sectores da vida pública e das cidades, que englobam questões da inteligência urbana, dos musseques, do crescimento e da infra - estruturação.

"A necessidade da transformação urbana não é só uma questão física, mas também de urbanidade ou de comportamento social e da utilização das novas tecnologias", realçou a arquitecta.

Em seu entender, Angola é das maiores cidades do continente africano que concorre para fazer parte das maiores do mundo, mas, infelizmente, isso não é

nada positivo, porque uma grande cidade traz problemas de pobreza e desemprego, sendo que aquilo que se precisa é garantir que o cidadão tenha qualidade de vida.

Segundo a especialista, que já foi membro do Executivo, existem propostas de desenvolvimento para as cidades médias e pequenas do país, já que Angola não é só Luanda, embora seja a capital, mas o segredo e aposta tem de ser nacional, sendo importante desenvolver as médias cidades, porque conseguem ter soluções mais fáceis e rápidas de se resolver.

Ana Inglês, representante do Laboratório Urbano de Angola, que fez apresentação sobre as funcionalidades do sector, realçou que a iniciativa do seu pelouro é aproveitar a missão e os objectivos da nova Agenda Urbana, que convida a todos a colaborarem na reestruturação dos espaços urbanos, contribuir para a sustentabilidade, com desenvolvimento harmonioso.

6.6 Compliance no direito imobiliário

Jornal de Economia e Finanças

11 De Outubro de 2019

Texto: Domingos Francisco João

Apesar de que teremos todas elas consagradas no futuro Código Penal de Angola, a Lei nº 0 34/2011, de 12 de Dezembro - Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo e a Lei nº 3114, de 10 de Fevereiro - lei sobre a Criminalização das Infracções Subjacentes ao Branqueamento de Capitais, a seguir do Código Penal oitocentista, foram as primeiras normas a destacar o que poderia ser facilmente traduzido como um programa de compliance em Angola e como meios de ponderação de sanções.

Até então, as fontes para se justificar a criação e manutenção de um programa de compliance em empresas eram quase que desconhecidas e tidas como desnecessárias, pese embora as normas da OCDE, GAFT, BCE e ONU deliberem sobre o assunto.

Porém, os mecanismos e os procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação efectiva de códigos de ética e de conduta, ou seja, sobre o programa de compliance, são regulados pela Assembleia Nacional, pelo Titular do Poder Executivo e pelo Banco Nacional de Angola - BNA, que assume as funções de supervisor do sistema financeiro, sem desprimitivo pela Unidade de Informação Financeira - UIF e pelo

Comité de Supervisão (Decreto Presidencial nº 212113, de 13 de Dezembro).

Como signatários da OCDE, esperamos ver em Angola consagrado no Código Penal em discussão os crimes de corrupção activa nas transacções de comercial internacional, pois, os avanços dos últimos anos fazem ser útil a melhor previsão de crimes contra a compliance e que culminem na aprovação de 'uma verdadeira e autónoma Lei de Anticorrupção como resultado dos trabalhos realizados pela OCDE de que Angola é parte, sobretudo os do grupo de trabalho responsável por avaliar os países signatários.

A Lei nº 34/2011, de 12 de Dezembro - Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo e a Lei nº 3114, de 10 de Fevereiro - Lei sobre a Criminalização das Infracções Subjacentes ao Branqueamento de Capitais (as duas em processo de revogação e substituição por outras) e o Código Penal de Angola vêm juntar-se a uma gama de normas internacionais que tratam do tema de forma específica, tais como: Convenção de Combate à Corrupção; OCDE Convenção de Combate à Corrupção de Funcionários; Públicos Estrangeiros/Grupo de Trabalho Anticorrupção, UK Bribery Act; Grupo de Países Europeus contra a Corrupção ("GRECO"); Bancos de Multilaterais de Desenvolvimento (BID, Banco Mundial); Lei da Probidade Pública; Lei de Concorrência, The Canadian Corruption of Foreign Public Officials Act (S.C.1998, C. 34); Novas Leis Anticorrupção da Rússia (nº 237), Indonésia (30/1002), China (Anti Unfair Competition Law of the People's Republic of China e Criminal Law of the PRC), Colombia (Lei 147412011).

Não há dúvidas de que a tendência mundial deve levar Angola a uma regulação cada vez maior a fim de garantir que o livre mercado ocorra de forma realmente competitiva, com regras claras e iguais para todos, dificultando cada vez mais o uso de alternativas que coloquem em risco a concorrência limpa e justa. Nesse contexto, mesmo aqueles mercados que se demonstram viciados por práticas de corrupção actívacas precisarão se reinventar para conseguir sobreviver num mundo cada vez mais globalizado e com regras que se não são idênticas, estão cada vez mais parecidas em todo o globo.

Um novo regime sobre o que estamos a tratar devia estabelecer, claramente (esperamos), quais as pessoas físicas e jurídicas sujeitas ao mecanismo de controlo e prestação de informações à UIF sobre as operações suspeitas de branqueamento de capitais. Tratam-se das PEP = pessoas politicamente expostas.

Entretanto, no mercado imobiliário o nosso regime sobre o branqueamento de capitais em vigor não trata das pessoas sujeitas ao mecanismo de controlo, termos que com a alteração esperada (não chegou a ser submetida à consulta pública) esperamos ver disposto na novíssima Lei que mesmo aquelas pessoas que prestam consultoria ou assistência eventual nas operações de compra e venda de imóveis devam prestar informações à UIF, portanto, devem estrutura r-separa manter o cadastro dos seus clientes e demais pessoas envolvidas nas operações imobiliárias em que intervenham.

E por isso que deve ser constituído um sector de Compliance no imobiliário nacional ou aprimorá-lo aonde eventualmente já exista, para se promover as melhores práticas de análise dos documentos e contratos sociais, onde deve haver a manutenção de um contacto permanente com a área bancária correspondente para exerceras funções complementares de Back Office, onde a manutenção de uma ficha cadastral dos clientes, factor muito importante para a aferição de eventuais de ilícitos à volta.

Sendo propedêutico tudo o que indicamos para o nosso contexto, a verdade é que esses procedimentos devem configurar e estarem integrados dentro do chamado sector comercial, de modo a se estabelecer uma maior integração entre o sector comercial e a área de Compliance. Todas as informações vertidas dentro deste contexto devem ser sempre tratadas como sigilosas, não sendo dadas a terceiros, inclusive às pessoas investigadas e às comunicações devem ser, preferencialmente, feitas no meio electrónico, onde a apuração de eventuais responsabilidade seria efectuada por meio de um PAR- Processo Administrativo de Responsabilização através da autoridade pública competente.

6.7 Casas vazias

Economia e Finanças

11 De Outubro de 2019

O país continua a registar um índice muito elevado de pessoas, funcionários públicos, ou não, sem casa própria e, com esse silêncio, às vezes sepulcral de quem de direito, não se compreende a inércia e a atitude do Estado, que persiste em manter as centralidades sob um regime de inatividade e apodrecimento por erosão do tempo, alegando falta de equipamentos sociais adequados ao espaço habitacionais criadas. Nem água vai, nem água vem, mas esquecem-se que atrás vem gente e a população aumenta e as necessidades residenciais também! A verdade é que as casas nestas cidades e nas tão

anunciadas com habitações por municípios do país continuam, muitas, desocupadas, em degradação continua e sem um modelo adequado de ocupação, renda e cobrança das mesmas

O que revolta e essa é a ideia que fica na consciência dos cidadãos, e que o Estado desconhece o real problema e a emergência habitacional do país, daí que talvez tarde em entregar as residências àqueles que reúnem os requisitos para as ocupar. As rendas continuam altas, muita altas e há dados, de que metade dos seus utentes não realizaram ao pagamento das prestação mensais a que estão obrigados por força do contrato celebrados. Enquanto isso, o tempo passa e muitas destas centralidades sem os equipamentos sociais em funcionamento, vão se degradando, com fissuras e capim a roubarem-lhe a imponência, brilho e utilidade.

Esta semana, por exemplo, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, que falou no acto que marca o Dia Mundial do Habitat, disse que mais de oito mil 990 habitações das 10 mil e 900 previstas foram já entregues entre 2017 a 2019 pelo executivo. Em termos de distribuição, Benguela, na Baía Farta, dos mil fogos previstos foram entregues 360, faltando 640, enquanto que no Lobito foram entregues 656 das três mil previstas, faltando dois mil e 344. No Namibe, na Centralidade 5 de Abril, foram entregues 584 das duas mil Casas, e na Centralidade do Namibe, denominada Praia Amélia, entregaram 570.

Jó no Bié; na Centralidade do Andulo, estão previstas mil, mas, só foram feitas 172. Na capital do pau, Luanda, na Centralidade do Zango 0, das duas mil e 464 existentes entregaram-se apenas 784 previstas, porque ainda há que se concluir o tratamento das águas residuais e pluviais. Já no Zango 5, o famoso Zango 8 mil, também está em fase conclusiva, e das sete mil e 794 casas existentes foram entregues quatro mil casa "por não estarem ainda concluídas as soluções definitivas". Na província do Uíge, as residências da Centralidade de Quilomosso foram entregues na totalidade as mil e 10 Casas. Na Centralidade da Quilemba, na provinda da Huíla, foram entregues 854 residências. No Cuanza Sul na Centralidade da Quibaúla, estão a finalizar os trabalhos e deverão ser entregues ainda este ano as duas mil e 10 casas.

" A Centralidade do Luhongo também tem duas mil casas e serão entregues na totalidade. Esta é a promessa que fica! O Capari e o Quilómetro 44 também ainda não foram entregues na totalidade por causa dos equipamentos e infraestruturas de suporte. As pessoas que beneficiaram, na sua maioria, são

funcionárias públicos, porque o processo começa com os funcionários públicos, empresas públicas e depois com o público em geral, em função da cifra de cada grupo. É aí que está o grande pecado: essa selecção que dá privilégios a uns e retira a outros, muitas deles sem capacidade para pagar as prestações mensais.

É preciso mudar o paradigma habitacional nacional, apostando em políticas de maior inclusão e de baixa nas rendas com preços que acompanham o custo de vida actual e a extensão dos prazos de amortização, como acontece noutras partes do mundo. Não adianta anunciar, por exemplo, a construção de mais 10 novas centros urbanos, cinco já em execução, nas províncias da Huíla; Malanje, Cuanza Norte, Lunda Sul e Cuando Cubango; quando o sector continua mórbido, sem rumo, no que toca às políticas habitacionais do país as casas vão continuar vazias e se degradando continuamente, como acontece há anos.

6.8 Realojadas mais de 100 famílias desfavorecidas

Jornal de Angola

18 De Outubro de 2019

Texto: Estanislau Costa

Cinquenta e três casas evolutivas, erguidas na nova centralidade da Eiwa, arredores da cidade do Lubango, foram entregues, ontem, pelo governador provincial da Huíla, Luís Nunes, a famílias que viviam em casebres e acabaram desalojadas devido às enxurradas registadas em Abril de 2016.

As casas, que fazem parte de um projecto habitacional de 175 moradias evolutivas, para acomodar famílias desfavorecidas que vivem em zonas de risco, concretamente, próximo a riachos, drenagem de água das chuvas ou esgotos e espaços reservados à construção de infra-estruturas públicas, foram construídas num espaço de 600 metros quadrados.

Ao todo, foram empregues 185 milhões de kwanzas para a desmatação do espaço, construção das ruas e respectivas moradias. As obras foram executadas com fundos próprios das empresas de construção civil locais, tais como a DUCAP, Calive Construções, KimInveste, entre outras.

As obras deste projecto vão continuar com a construção de mais 122 casas para as famílias que estão no acampamento e em zonas de risco nos arredores da cidade do Lubango. Todavia, os empreiteiros estão a fazer projecção de novas ruas e

delimitação das áreas para a segunda fase dos trabalhos.

Ânimos aclamados

O governador provincial, Luís Nunes, que se comoveu ante a satisfação dos primeiros beneficiários do aludido projecto, garantiu que as obras vão continuar, “ e serão acomodadas condignamente todas as famílias que perderam as casas”, devido ao aumento do caudal do rio Caculuvar em 2016. “Mobilizámos a classe empresarial huilana da área de Construção para erguerem paulatinamente as casas evolutivas. Mesmo com poucos recursos algumas empresas acederam com dinâmica”, disse. Luís Nunes frisou que a maior preocupação do seu elenco é colocar as famílias que vivem em condições inapropriadas em zonas com comodidade, segurança e dignidade, “de modo que as crianças, em idade escolar, tenham mais espaços para lazer e recreação”. Maria Francisca não conseguiu conter os ânimos, soltou gritos e atirou-se ao chão da sala da nova casa, erguida com blocos de cimento e coberta de chapas de zinco. As janelas são de alumínio, enquanto na antiga casa, que a água do rio Caculuvar arrastou, nem janelas e chapas em condições havia. Finalmente, depois de três anos viu o sonho realizado. “Em 2016, fomos realojados no armazém da Eywa, onde viviam mais de 30 famílias. No ano passado, o governador Luís Nunes visitou-nos e prometeu dar casas num local condigno e com condições de habitabilidade. Finalmente cumpriu a promessa”, disse.

Inquilinos da Quilemba

Mais de 200 famílias que habitavam no bairro Kamazingo, centro de Lubango, foram realojadas na centralidade da Quilemba, situada a 10 quilómetros da cidade capital da província, onde estão a ser erguidas oito mil moradias.

O processo passou por um cadastramento dos beneficiários, que antes foram sensibilizados sobre as condições de adesão às casas. O Jornal de Angola soube que estão registados para o realojamento 500 moradores.

6.9 Kilamba um novo bairro surge de forma tímida nas proximidades da centralidade

Novo Jornal

8 De Outubro 20'9

Texto: Dulcineia Lafua

Perto de trinta casas de chapas e habitadas por camponeses estão erguidas nos arredores do pavilhão Multiúso Arena do Kilamba, no distrito com o mesmo nome, em Luanda. Administração do Kilamba mostra-se preocupada com o novo bairro que está a erguer-se e garante tomar posição nos próximos dias. Os casebres não estão à vista de todos.

Quem por ali passa apenas vislumbra o pavilhão e o verdejado das árvores que embelezam a entrada da primeira centralidade erguida no país em 2012. Foi este o cenário observado pela equipa de trabalho do Novo Jornal às 11 horas, do dia 14 deste mês quando chegou ao pequeno bairro. Apelidada de "Bairro Multiúso", no local vivem e cultivam centenas de camponeses que dizem conhecer a zona há mais de 20 anos.

Camponeses no local disseram ao Novo Jornal que o espaço foi ocupado por eles por se tratar de uma zona própria para o cultivo, isto antes da construção dos edifícios da centralidade.

"Quando começámos a cultivar, aqui não existiam os edifícios do Kilamba, (nem) o Estádio 11 de Novembro, nem o Multiúso do Kilamba", lembram.

Branca Figueira tem 90 anos de idade.

Terá sido uma das primeiras camponesas a ocupar o espaço. Já com «o corpo cansado pelo peso da idade», a anciã conta que, nos últimos tempos, pessoas «estranhas» têm aparecido na zona com intuito de invadirem o espaço.

"Estou a ser acusada de vender terrenos e querem invadir a minha lavra. Se me tirarem daqui, já não sei para aonde ir, já sou velha e cansada", desabafou.

A anciã suspeita que alguns camponeses que abandonaram o espaço estão envolvidos no «esquema» de ocupação.

Mamã Branca, como é tratada, sublinhou também que, independentemente das dificuldades, a zona é calma.

"Não temos problemas com ninguém, nos deixem cultivar a nossa kizaca, mandioca, batata-doce, milho e ginguba à vontade, por favor!", pediu.

Por seu turno, Joana Fernandes, também antiga moradora do pequeno bairro, apercebendo-se da presença do NJ no local juntou-se à conversa.

"A minha lavra é tudo que eu tenho, porque é onde encontro o sustento para os meus filhos. Se nos tiram isso, as nossas vidas vão acabar".

No pequeno bairro, foi possível verificar que várias crianças não vão à escola, não possuem registo de nascimento e passam dia a divertirem-se entre as matas.

Domingas Isabel, na companhia do seu esposo, que se encontra adoentado, contou ao NJ que as crianças passam maior parte do tempo nas lavras com os pais, ou dentro da centralidade à procura de latas para vender e ou pedir esmola. "Aqui não temos condições para pôr os filhos na escola, se até registo eles não têm. Por conta disso, muitos preferem enviar os meninos junto aos outros familiares em outros bairros para estudarem", disse a cidadã.

6.10 Casas destinadas a jovens são ilegalmente ocupadas

Jornal de Angola

25 De Outubro de 2019

Texto: Manuela Mateus

O Ministério da Juventude e Desportos denunciou, ontem, em Luanda, que 500 moradias para jovens, construídas em várias províncias, foram vandalizadas e, algumas, ocupadas ilegalmente.

A denúncia foi feita pela directora nacional de Infra-estruturas do Ministério da Juventude e Desportos, Liseth Fernandes, quando falava à comunicação social no final de uma visita do secretário de Estado para a Juventude, Fernando Francisco João, a projectos habitacionais do Estado nos municípios de Viana e de Belas, onde se encontram algumas das casas vandalizadas e ocupadas ilegalmente.

O Ministério da Juventude e Desportos decidiu retirar os invasores de moradias para jovens de forma pacífica e com a colaboração das administrações municipais e da Polícia Nacional, mas "a tarefa de persuasão não está a ser fácil", admitiu Liseth Fernandes, que disse não ser intenção do departamento ministerial a retirada dos invasores à força.

“Medidas já estão a ser tomadas para que os invasores abandonem as habitações”, acentuou a directora nacional de Infra-estruturas do Ministério da Juventude e Desportos, que disse estarem “os verdadeiros donos das habitações” a amortizar, há já algum tempo, o crédito à habitação concedido por bancos comerciais.

Os beneficiários das habitações são jovens e “estão bem identificados”, informou a engenheira Liseth Fernandes, sublinhando que “a retirada dos invasores vai fazer com que os verdadeiros proprietários tenham de volta as suas casas”.

No Zango 4, junto ao Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), foram construídas 100 casas e destas 15 estão ocupadas ilegalmente, encontrando-se na mesma situação cinco moradias do projecto Luanda Limpa, também localizado no Zango 4.

A maior preocupação do Ministério da Juventude e Desportos está no bairro Camama 3, onde estão 140 moradias inacabadas e todas ocupadas ilegalmente.

As ocupações ilegais no Camama começaram depois de o empreiteiro ter abandonado a obra por incumprimento do compromisso financeiro assumido pelo Estado, sendo esta a razão para o não acabamento, até hoje, das 140 casas destinadas a jovens da província de Luanda.

O ciclo de visitas de constatação do secretário de Estado para a Juventude começou em Luanda e vai estender-se a outras províncias, com o objectivo de constatar as condições das moradias construídas com fundos públicos e avaliar o grau de destruição das que foram vandalizadas.

6.11 Construção tem peso no emprego e no PIB

Jornal de Angola

25 De Outubro, 2019

Texto: Victorino Joaquim

O sector da Construção representa 6,5 por cento de todo o emprego disponível no mercado de trabalho e 15,57 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), revela um estudo apresentado quarta-feira, em Luanda.

O estudo, produzido pela empresa de consultoria LBC, considera que, apesar da contribuição deste sector para a economia do país, o impacto da produção de matérias-primas minerais e material de

construção no PIB e na criação de postos de trabalho ainda é reduzido.

O documento, que analisa a cadeia de valor das matérias-primas minerais e material de construção, indica o facto de as empresas do sector não possuírem competências e tecnologias necessárias, para maximizar o valor acrescentado, como o factor que está na origem da redução do impacto da produção na formação do PIB e na criação de postos de trabalho.

Para alterar esta situação, rejuvenescer o sector extractivo e a produção na indústria de material de construção, o estudo aponta a necessidade de atrair investidores e criar redes de colaboração sustentáveis, assentes em desígnios e benefícios comuns para a cadeia de valor como o primeiro passo desse percurso.

O objectivo do estudo, recomendado pelo Ministério da Economia e Planeamento (MEP), é indicar propostas para, de uma forma mais efectiva, apoiar o desenvolvimento destas cadeias de valor. Como objecto de análise, estão cinco subsectores, nomeadamente dos cimentos e pré-fabricados de betão, as cerâmicas, as rochas ornamentais e as cerâmicas de acabamentos. O consultor da LBC, Honório Campande, um dos responsáveis do estudo, considerou no 4º seminário da Indústria de Materiais de Construção de Angola (AIMCA), na quarta-feira, os cinco subsectores como “muito importantes” para a economia nacional, pelo potencial de criação de postos de trabalho e de exportação, mas referiu um “subaproveitamento” destes recursos.

Angola possui uma capacidade de produção de cimento e clínquer de cerca de 13,7 milhões de toneladas por ano, mas apenas 35 por cento dessa capacidade estão a ser utilizados devido a uma redução da implementação de projectos de construção.

Em termos de perspectivas de crescimento, “não tem sido possível”, por razões de custos e de contexto, às empresas acederem aos mercados internacionais para colocarem o excedente de produção em condições muito competitivas. Mesmo assim, o Governo e as empresas privadas devem fazer um esforço conjunto para alcançar este objectivo, afirmou.

O consultor referiu o sector das rochas ornamentais como o que mais exportou nos últimos anos, representando cerca de 40 por cento do valor total de exportações.

Para Honório Campande, as exportações constituem um passo positivo para o país, mas deplorou o facto de estas exportações terem sido feitas em blocos, “fornecendo à Europa e restantes países africanos matéria-prima bruta, quando deveria ser transformada no país e comercializadas como produto acabado”, com maiores ganhos.

6.12 Empresa “Praxis Gestão Imobiliária” acusada de esbulhar terrenos de camponeses no Kikuxi

Jornal Manchete
31 De Outubro de 2019

Os camponeses Catarina Jacinto, 79 anos, e Domingos Adriano, 47 anos, são apenas muitas das vítimas dos grupos organizados que se dedicam o seu tempo a ocupar terrenos ilegalmente à luz do dia, sem quem ninguém tome medidas contra os mesmos.

Em 2015 ambos viram as suas parcelas de terrenos localizados no perímetro do Kikuxi, distrito urbano da Vila Flor, em Viana, serem vedados por uma empresa denominada Sociedade Comercial "Praxis Gestão Imobiliária" a mando de um cidadão identificado apenas por Guedes. Esta empresa exibia um alvará de licença de vedação alegadamente passado pela Administração Municipal de Viana. Mais tarde os camponeses ficaram a saber que a empresa Sociedade Comercial "Praxis Gestão Imobiliária" tem como responsável, um cidadão angolano de nome Tony Ribas, supostamente irmão do ex- segundo comandante provincial de Luanda da Polícia Nacional; Francisco Ribas, que actualmente é comandante provincial do Huambo.

Mas documentos em posse do Manchete referem que a "Praxis Gestão Imobiliária" é representada pelo senhor Raúl Gomes Cornélio Kanhama. Tudo indica que Tony Ribas actua como testa de ferro em consonância com o senhor Guedes na efectivação de roubos de terrenos de camponeses indefesos.

Está mais que evidente que empresa "PRAXIS" é invasora

O terreno de Catarina Jacinto tem as dimensões de 200 por 100 metros quadrados e detém desde o dia 15 de Dezembro de 1984, estando escrito na Repartição Municipal da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pesca sob o número 400/2009, de acordo com documentos que este jornal teve acesso. A mesma disse que vem ao longo dos anos a desenvolver actividades agrícolas de subsistência e nunca foi incomodada.

Porém, desde 2015 que o espaço se encontra ocupado ilegalmente pela empresa "Praxis Gestão Imobiliária": envolvendo uma empresa de segurança no controlo do mesmo, quando ela mandar alguém no local é escorraçado com disparos de armas de fogo. Foi o que ocorreu no passado dia 3 de Outubro, os guardas fizeram de feito refém o neto da dona Catarina Jacinto.

Em consequência disso, a polícia interveio no local e prendeu os guardas e oito armas que se encontravam na posse dos mesmos. Foram levados para uma Esquadra da Polícia nas cercanias, mas segundo alegações, 24 horas depois, os guardas foram soltos por alegada ordem dada pelo comissário Francisco Ribas, que terá ligado aos colegas a partir do Huambo. No entanto, há um despacho emitido pelo Gabinete Jurídico da Administração Municipal de Viana e exarado pelo então administrador municipal, Jeremias Dumbo, datado de 26 de Dezembro de 2016, que reconhece a titularidade do terreno a favor da dona Catarina Jacinto. O mesmo despacho solicita a responsabilização do transgressor, no caso os invasores.

Num outro documento, sobre informação preliminar relativamente ao processo remetido pelo Gabinete Jurídico para análise e parecer, em nome da empresa "Praxis Gestão Imobiliária": refere que após tratamento técnico, verificou-se que a empresa em causa apresenta uma licença de vedação passada pela Administração no ano de 2015, com um perímetro de intervenção de 4.037.00 metros quadrados.

Ainda de acordo com o documento, o espaço em questão apresenta menor dimensão com relação a licença apresentada pela empresa (perímetro de 3.412,8 metros quadrados). "O intrigante é que a mesma empresa dá entrada a um processo a administração no dia 14 de Setembro de 2016 a solicitar licença de vedação e croqui anexo ao processo apresenta referências do espaço em questão: pode ler-se no documento que acrescenta "não ser possível solicitarem uma licença em 2016 e o processo encontra-se em tratamento na Gestão Urbana, e apresentarem outra passada em 2015 com dados que não conferem a realidade do espaço em causa"

O documento conclui que a licença de vedação em questão, não se refere ao terreno objecto do conflito.

Dizia estar amando de Manuel Vicente

Segundo apurou o Manchete, além de dona Catarina Jacinto e Domingos Adriano, há mais camponeses que foram também esbulhados os seus terrenos pela empresa "Praxis Gestão Imobiliária"

Os camponeses contaram que numa primeira fase, o senhor Guedes usou o nome do então vice-Presidente da República Manuel Vicente, para a vedação dos terrenos. Mas quando consultaram a esposa de Manuel Vicente, segundo, a mesma desmentiu categoricamente, dizendo que senhor Guedes foi seu antigo funcionário, mas nunca foi orientado a vedar terrenos. Até aqui está mais que evidente estarmos diante de um esquema bem montado por redes organizadas. O Manchete contactou o senhor Tony Ribas e procurou saber do mesmo que mandou vedar as parcelas de terrenos e quem são os donos da "Praxis Gestão Imobiliária": pelo que o mesmo não foi capaz de responder, prometendo apenas falar por intermédio do seu advogado. Mas até ao fecho desta edição, nem um, nem outro ousou ligar para dar a sua versão. Aliás, na vã tentativa para justificar a posse dos espaços alheios a "Praxis Gestão Imobiliária" alega ter adquirido por cedência no ano de 2007 às mãos do senhor Agostinho Domingos Apolinário, que supostamente exercia agricultura de sobrevivência no local, juntamente com a sua família. Este mais tarde cedeu os direitos de propriedade a favor da empresa ora citada- justificação pouco consistente.

O camponês Domingos Adriano lamenta o comportamento dos invasores e exige a reposição da legalidade. O seu terreno cujas dimensões é de 640 mil metros quadrados, e registado sob o número 9810, "foi deixado como herança pelos seus pais": disse o mesmo, mostrando-se desiludido com o sentimento de impunidade por parte dos invasores.

Contactado o responsável da Repartição Fiscal da Vila Flor, senhor Leres, o mesmo recusou-se a falar, remetendo o assunto ao administrador distrital que na ocasião se encontrava ausente na instituição. Já na Administração Municipal de Viana, um responsável do Gabinete Jurídico garantiu que o processo de dona Catarina Jacinto foi devidamente tratado naquela instituição, que também reconhece, a mesma ser proprietária legítima do espaço em litígio. Assim sendo, aconselhou os familiares de Catarina Jacinto a recorrerem ao Serviço de Investigação Criminal (SIC) e forças policiais, no sentido de obrigar os invasores cederem os espaços ocupados ilegalmente.

7. TERRA

7.1 Casebres ao redor da Centralidade do Sequele com os dias contados

Jornal de Angola

1 De Outubro, 2019

Texto: Alexa Sonhi

As construções anárquicas que estão a surgir ao redor da Centralidade do Sequele têm os dias contados e os invasores já foram avisados para, voluntariamente, abandonarem o local, de acordo com o administrador municipal de Cacuo, Augusto José.

Em declarações ontem ao *Jornal de Angola*, Augusto José avançou que as demolições podem ocorrer ainda este mês, porque a população está remidente e as casas de chapa continuam a aumentar, causando muito mau aspecto à localidade.

O administrador de Cacuo explicou que, por conta das ocupações ilegais, recentemente cerca de 100 cidadãos foram detidos e levados às barras do tribunal. Pela insistência das pessoas em construir na zona, Augusto José acredita em “mãos invisíveis a sustentar as más-práticas”.

“Nos últimos meses, apareceu na zona do supermercado Kero a bandeira de um determinado partido político e de lá para cá os casebres tendem a aumentar, como cogumelos em tempos de chuva”, disse o administrador, para acrescentar que está-se a trabalhar com a Procuradoria-Geral da República e o Comando Provincial da Polícia Nacional, para ajudar a resolver definitivamente o problema.

De acordo com Augusto José, as pessoas oportunistas têm de saber que os espaços vazios à volta da Centralidade do Sequele estão sob responsabilidade da Empresa Gestora de Terreno infra-estruturados (IGTI) para se dar continuidade ao projecto habitacional da Centralidade. “Por causa da crise que assolou o país muitos projectos ficaram parados. Mas isso, por si só, não significa que as pessoas podem ir lá e sem qualquer autorização construir as suas casas”, disse.

Questionado sobre a falta de autuação dos fiscais e outros técnicos da Administração de Cacuo nos momentos em que a população constrói os casebres, Augusto José respondeu que tem apenas 14 fiscais e o número de pessoas que invadem a zona é maior. “De forma imediata, não temos capacidade de resposta. Por isso, nestes casos, pedimos o apoio da

Polícia Nacional, Procuradoria-Geral da República e outros meios para podermos autuar”, salientou. Augusto José disse que a Administração está a fazer um trabalho de sensibilização nas comunidades para não ocuparem a zona vazia do Sequele. Com esse trabalho, sublinha, foi possível identificar uma senhora que “vende terrenos sem a autorização de ninguém”. “Estamos a envidar esforços no sentido de localizá-la e responsabilizá-la civil e criminalmente”, disse.

Reposição de solos

O administrador advertiu ainda que a falta de reposição de solos pelas empresas exploradoras de inertes na zona sul da cidade do Sequele, localidade do Tande, pode pôr em risco o tempo de vida útil de alguns edifícios.

Augusto José salientou que, por este motivo, todas as empresas que ali operam foram informadas para doravante direccionarem a exploração de inertes para a zona norte da cidade, ao invés da zona sul, e reporem os solos em todas as zonas que já foram exploradas, como forma de proteger os edifícios e os perímetros à volta da Centralidade.

Augusto José frisou que, apesar dos avisos, algumas empresas não estão a cumprir e, por isso, vão começar a ser multadas de forma pesada. A autorização para exploração de inertes deve ser, segundo o administrador, devidamente revista, porque tem sido feita muito próximo das zonas residenciais e, segundo, porque os pagamentos dos impostos não são feitos a favor da Administração.

De acordo com Augusto José, a Administração de Cacuo vai voltar a reunir-se com o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos para que os pagamentos periódicos de impostos das empresas exploradoras de inertes em Cacuo sejam feitos a favor da Administração local.

“Há pouco tempo, essas empresas estiveram privadas de explorar durante nove meses, obedecendo a uma directriz do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, mas depois disso, a Administração recebeu ordens de que as empresas podiam retomar as suas actividades”, disse.

Augusto José disse desconhecer a existência de empresas de exploração de inertes ilegais. “Todas as minas no Tande estão registadas e com licença de exploração em dia”, explicou, sublinhando que todas as empresas são angolanas, mas algumas têm parcerias chinesas, usando mão-de-obra e a tecnologia chinesa.

“Por mim, fecharia a maioria parte das minas que estão no Tande, por causa da população que vive próxima e, também pelas aberturas profundas que fazem sem a devida reposição”, sustentou.

7.2 Comunidades rurais vão receber títulos de terra

Jornal de Angola

14 De Outubro, 2019

Texto: João Dias

As condições para o arranque do programa “Minha Terra”, que visa a concessão de títulos de terra a favor de comunidades rurais, associações e cooperativas agrícolas estão criadas e devem, numa primeira fase, iniciar em 18 municípios piloto seleccionados pelos governos provinciais, informou o director Nacional de Gestão Fundiária, Manuel de Carvalho.

“Estão criadas as condições para o lançamento oficial do Programa ‘Minha Terra’ nos municípios do Chinguar, Bié, e no Cachiungo, Huambo, nas datas indicadas pelo Titular do Poder Executivo”, afirmou Manuel de Carvalho.

Para o arranque do programa foram escolhidos os municípios dos Dembos (Bengo), Chinguar (Bié), Cubal (Benguela), Cabinda (Cabinda), Lucala (Cuanza-Norte), Porto Amboim (Cuanza-Sul), Menongue (Cuando Cubango), Cuvelai (Cunene), Cachiungo (Huambo), Lubango (Huila). Icolo e Bengo (Luanda), Cuango (Lunda-Norte), Dala (Lunda-Sul), Cacuso (Malanje), Bundas (Moxico), Bibala (Namibe), Quitexe (Uíge) e Mbanza Kongo (Zaire).

Falando ao Jornal de Angola, na sexta-feira, Manuel de Carvalho disse que de acordo com o inventário das comunidades onde já foi realizado o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), foram intervencionados pelo IGCA, no âmbito dos projectos da FAO, Visão Mundial e DW, 239 comunidades nas províncias do Bié, Benguela, Huambo e Huila. No Bié, foram feitos inventários a 59 comunidades, das quais 23 foram tituladas.

Em Benguela foram intervencionadas 13 e nenhuma titulada, ao passo que no Huambo foram inventariadas 155 comunidades e apenas uma foi titulada.

Na Huila foram inventariadas 12 comunidades, das quais sete se encontram tituladas. Em cada uma destas comunidades, a revisão do Diagnóstico Rural Participativo está por efectuar.

Manuel de Carvalho explicou que para início do levantamento do estado actual dos terrenos rurais, estão a ser levantados e inseridos na base de dados digital do cadastro de terras das províncias do Bié, Benguela, Huambo e Huila informações referentes a croquis de localização, terrenos titulados, terrenos com processo de instrução em curso, reservas fundiárias, reservas naturais, parques nacionais, comunidades rurais, reservas militares e forais. Relativamente ao plano de trabalho do programa “Minha Terra”, informou, foram desenvolvidas acções ligadas à aprovação do cronograma de tarefas e programa das actividades, aprovação do orçamento e selecção dos municípios piloto para o arranque do programa.

Foi igualmente realizada a formação e refrescamento dos técnicos da sede nacional do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) que integram a equipa técnica em matérias de GPS, leitura e interpretação de mapas e manuseamento de tablets.

Cadastro único

Para a melhoria do processo de concessão de terrenos, a Comissão Interministerial para o Registo dos Terrenos Rurais a Favor das Comunidades Locais propõe a modernização da Rede Geodésica Nacional, actualização da Cartografia Nacional, através de imagens por satélite, câmara óptica e sensor LIDAR.

Sugeriu igualmente o tratamento e orto-rectificação da mesma, implementação do Cadastro Único Nacional de Terras, actualização do Cadastro Urbanístico e implementação de um Sistema de Informação Territorial.

A Comissão defende a criação de uma plataforma integrada de gestão do cadastro de terras, habitações e do processo de concessão de terrenos, que possam dar lugar à Infra-estrutura de Dados Especiais de Angola (IDEA).

A Comissão Inter-ministerial para o Registo dos Terrenos Rurais à Favor das Comunidades Locais, que está a levar a cabo o programa “Minha Terra”, foi criada ao abrigo do Despacho Presidencial nº 14/18, de 19 de Fevereiro.

Coordenada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, é integrada também pelos ministros da Administração do Território e Reforma do Estado, Finanças, Justiça e dos Direitos Humanos, Ordenamento do Território e Habitação, Agricultura e Florestas e o secretário para os Assuntos Regionais e Locais do Presidente da República.

É apoiada por um grupo técnico que integra os Secretários de Estado dos Ministérios acima enumerados. A equipa técnica é coordenada pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho.

A Comissão tem como atribuições efectuar o levantamento dos terrenos rurais existentes nas comunidades rurais, analisar o grau de aproveitamento útil e efectivo dos terrenos e promover o seu reconhecimento e registo.

7.3 Realojadas mais de 100 famílias desfavorecidas

Jornal de Angola

18 De Outubro de 2019

Texto: Estanislau Costa

Cinquenta e três casas evolutivas, erguidas na nova centralidade da Eiwa, arredores da cidade do Lubango, foram entregues, ontem, pelo governador provincial da Huíla, Luís Nunes, a famílias que viviam em casebres e acabaram desalojadas devido às enxurradas registadas em Abril de 2016.

As casas, que fazem parte de um projecto habitacional de 175 moradias evolutivas, para acomodar famílias desfavorecidas que vivem em zonas de risco, concretamente, próximo a riachos, drenagem de água das chuvas ou esgotos e espaços reservados à construção de infra-estruturas públicas, foram construídas num espaço de 600 metros quadrados.

Ao todo, foram empregues 185 milhões de kwanzas para a desmatação do espaço, construção das ruas e respectivas moradias. As obras foram executadas com fundos próprios das empresas de construção civil locais, tais como a DUCAP, Calive Construções, KimInveste, entre outras.

As obras deste projecto vão continuar com a construção de mais 122 casas para as famílias que estão no acampamento e em zonas de risco nos arredores da cidade do Lubango. Todavia, os empreiteiros estão a fazer projecção de novas ruas e delimitação das áreas para a segunda fase dos trabalhos.

Ânimos aclamados

O governador provincial, Luís Nunes, que se comoveu ante a satisfação dos primeiros beneficiários do aludido projecto, garantiu que as obras vão continuar, “ e serão acomodadas condignamente todas as famílias que perderam as casas”, devido ao aumento do caudal do rio Caculuar em 2016.

“Mobilizámos a classe empresarial huilana da área de Construção para erguerem paulatinamente as casas evolutivas. Mesmo com poucos recursos algumas empresas acederam com dinâmica”, disse.

Luís Nunes frisou que a maior preocupação do seu elenco é colocar as famílias que vivem em condições inapropriadas em zonas com comodidade, segurança e dignidade, “de modo que as crianças, em idade escolar, tenham mais espaços para lazer e recreação”. Maria Francisca não conseguiu conter os ânimos, soltou gritos e atirou-se ao chão da sala da nova casa, erguida com blocos de cimento e coberta de chapas de zinco. As janelas são de alumínio, enquanto na antiga casa, que a água do rio Caculuar arrastou, nem janelas e chapas em condições havia. Finalmente, depois de três anos viu o sonho realizado. “Em 2016, fomos realojados no armazém da Eywa, onde viviam mais de 30 famílias. No ano passado, o governador Luís Nunes visitou-nos e prometeu dar casas num local condigno e com condições de habitabilidade. Finalmente cumpriu a promessa”, disse.

Inquilinos da Quilemba

Mais de 200 famílias que habitavam no bairro Kamazingo, centro de Lubango, foram realojadas na centralidade da Quilemba, situada a 10 quilómetros da cidade capital da província, onde estão a ser erguidas oito mil moradias.

O processo passou por um cadastramento dos beneficiários, que antes foram sensibilizados sobre as condições de adesão às casas. O Jornal de Angola soube que estão registados para o realojamento 500 moradores.

7.4 Famílias que habitavam em casebres são realojadas no Zango 4

Novo Jornal

04 De Outubro de 2019

A esperança por dias melhores para pelo menos 231 famílias das mais de mil que se encontravam a viver em condições precárias em tendas e casebres de chapas no Zango 1, município de Viana, chegou ao fim. Estas famílias, segundo avançou a Angop, foram, nesta semana, realojadas no bairro Zango 4, no mesmo município, em Luanda.

Os beneficiados, que antes se encontravam a viver em casebres de chapa, sem acesso à água potável, à energia eléctrica e com a falta de saneamento básico, receberam residências do tipo T2 evolutivas. Fazem

parte de um grupo de mais de 3.400 famílias, retiradas, em Abril de 2009, da Ilha de Luanda devido às calemas. Na altura, a promessa do Governo era que ficariam naquelas condições durante quatro meses, mas algumas acabaram por ficar mais de dez anos.

Segundo o Governo provincial de Luanda (GPL), esta foi apenas a primeira fase. Sem avançar datas, Júlio de Carvalho, assessor para a Área Social de Luther Rescova, adianta que a segunda fase prevê abranger as restantes 803 famílias no local.

O GPL assegura que no Zango 4 há infra-estruturas como escolas de vários níveis de ensino e energia da rede pública. Quanto à canalização para o abastecimento de água potável, Júlio de Carvalho explica que, por enquanto, ainda não acontecerá, mas garante existir um projecto que terá início nos próximos dias.

Recorde-se que, em Janeiro deste ano, várias famílias na mesma situação chegaram a manifestar-se defronte da administração de Viana exigindo a atribuição de residências.

Há famílias abandonadas na Kissama

Na Kissama, a cerca de 75 quilómetros de Luanda, mais de mil famílias, antigos pescadores da Chicala, dividem um espaço rodeado por mata e animais selvagens. Os desabrigados foram retirados compulsivamente do Kilombo, na Praia do Bispo, com a promessa de receberem novas residências em três meses.

Passados cinco anos, as únicas casas que têm são de chapas de zinco em montanhas e no meio do mato.

O pequeno bairro foi apelidado pelos moradores de Ilha Dourada, um nome que contrasta com a realidade que se verifica no bairro que ganhou o tom prateado devido aos reflexos das chapas de zinco.

Sem acesso a saneamento básico, as necessidades fisiológicas são feitas em sacos e atirados no mato, e, para tomar banho, os moradores socorrem-se aos capins. Outro facto que se verifica na conhecida Ilha Dourada é a partilha da mesma tenda ou casebre por várias famílias. São, na sua maioria, antigos moradores da Chicala II, praia do Bispo e Panguila.

7.5 Administração Municipal distribui chapas de zinco

Jornal de Angola

06 De Outubro, 2019

Texto: Kamunga Júlia

Cerca de 50 famílias residentes nas aldeias de Muangueji, Caiaza, Samulondo e Pimbi, arredores da cidade de Saurimo, na Lunda-Sul, beneficiaram de chapas de zinco, adquiridas pela Administração Municipal, no quadro do programa de auto-construção dirigida.

Segundo a administradora adjunta para a área Técnica, Francisca Manganda, o gesto visa contribuir para a melhoria das condições de habitabilidade da população e imagem das localidades, bem como incentivar a reunificação de aldeias demograficamente representativas e desencorajar a construção em zonas de risco.

Francisca Manganda garantiu que acções do género vão abranger todos os bairros, tendo em conta o projecto de expansão da urbanidade, através de obras de carácter definitivo, em substituição de “casas de pau-a-pique”, em curso na região.

João Domingos, que mora no bairro Muangueji, foi um dos beneficiários das chapas de zinco e disse que há muito esperava por apoio, para poder construir a sua casa. A posse do material, acrescentou, suprime uma das preocupações partilhadas com a família, há anos.

Consciente que o sentimento de conforto experimentado deve ser partilhado, mediante a contemplação de outras famílias, João Domingos apela à solidariedade de pessoas singulares e colectivas para o sucesso da causa social e humana.

7.6 Projecto garante mais de três mil títulos de terrenos

Jornal de Angola

08 De Outubro de 2019

Texto: João Dias

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, anunciou, para breve, a implementação do programa “Minha Terra”

que visa a titulação dos terrenos das comunidades rurais e a simplificação do processo de atribuição de títulos às cooperativas agrícolas.

Em declarações à imprensa, ontem, nas instalações do Ministério, por ocasião do Dia Mundial do Habitat, que se celebra na primeira segunda-feira de Outubro, a ministra explicou que, numa primeira fase, serão dados 3.600 títulos, a razão de 200 por cada um dos 18 municípios eleitos para o projecto piloto. Neste momento, disse, estão já concluídos os trabalhos com as províncias do Moxico, Bié, Huambo, Namibe, Huíla e Cabinda.

No domínio da habitação, entre 2017 e 2019, o Executivo construiu 10.980 habitações, das quais já foram entregues 8.990. Na Baía Farta, Benguela, foram entregues 360 habitações, das mil previstas, enquanto no Lobito foram construídas 3.000 e entregues apenas 656.

A ministra esclareceu que muitas residências ainda não foram entregues por falta de condições de habitabilidade. “Estas centralidades não têm só casas. Têm, também, postos médicos, escolas, centros infantis. Além disso, temos as Estações de Tratamento de Água (ETA) e as Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs). Muitas delas não estão concluídas. Por isso, não podemos entregar ainda todas as habitações porque não têm as condições preparadas”, justificou. Paula de Carvalho assegurou que muitas delas devem concluir estes equipamentos ainda no final deste ano e primeiro trimestre de 2020.

No Namibe, a centralidade “5 de Abril” conta com 5.000 casas e, deste número, foram entregues 584. Na centralidade da Praia Amélia, foram entregues 560. No Andulo, Bié, onde estava prevista a construção de 1000 residências, foram feitas apenas 172. Em Luanda, no Zango 0, onde foram construídas 2.000 habitações, foram entregues 784. “Só não foram entregues mais, porque estamos a tratar do encaminhamento das águas residuais e pluviais”, esclareceu.

No Zango 5 (Zango 8000 porque tem quase oito mil casas, ou seja, 7.964 casas), está em fase conclusiva, mas já foram entregues 4.000 residências. Ainda em Luanda, não foram entregues na totalidade as centralidades de Kapari e Km 44. Na base disso está a falta de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs).

No Quilomosso, província do Uíge, foram concluídas e entregues as 1.010 casas previstas. Na Quilemba, na Huíla, das 8.000 residências, só foram entregues 854 casas, as únicas em condições de receberem energia e

água. Ainda este ano, assegurou a ministra, a província do Cuanza-Sul deve ser contemplada com 2.100 casas na centralidade de Quibaúla, no Sumbe. As obras encontram-se na fase final e estão todos os constrangimentos ultrapassados para que as casas sejam entregues na totalidade.

7.7 Polícia acusada por camponeses de ajudar expatriado a usurpar terras na zona do Patriota

Jornal Manchete

10 De Outubro de 2019

Texto: Mário Cassanda

De acordo com denúncias chegada à redacção do Manchete, há cerca de dois meses que a polícia introduziu no terreno em litígio os seus efectivos, munidos com armas de fogo, certamente para intimidar os camponeses para não terem acesso ao espaço, onde vinham, desde há muitos anos, a exercer as suas actividades agrícolas.

Em resposta à versão dos nossos interlocutores, os efectivos da polícia dizem que estão apenas no local a cumprir ordens superiores.

A cooperativa já recorreu a várias instituições, incluindo a administração municipal de Talatona, no sentido de evitar a usurpação do terreno por parte do suposto cidadão português, que, por sinal, está a ser protegido por altas patentes da Polícia Nacional interessados em tirar privilégio do espaço.

"Temos estado a notar que as instituições, inclusive a própria administração de Talatona, estão a favor do cidadão português! denunciaram. Os camponeses chamam atenção das autoridades, no sentido de solucionar o problema, mas sem prejuízo da parte indefesa. Por outro lado, adiantam que os agentes da polícia destacados no local, são apoiados pelo cidadão português em termo de logística. "Diariamente. temos visto.. pessoas que se deslocam no terreno, supostamente empregados do cidadão português, levarem as refeições para os agentes!": revelaram.

"Que país é esse que temos?! O cidadão estrangeiro é protegido pelas instituições do Estado, em detrimento do angolano na sua própria terra; questionaram os mesmos em gesto de desabafo.

De referir que, o terreno em litígio tem a dimensão de 600 hectares. O Manchete, tentou, contactar o gabinete de comunicação institucional do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, para ouvir um dos seus porta-vozes, mas os seus esforços redundaram em fracassos.

7.8 Projecto garante mais de três mil títulos de terrenos

Jornal Manchete

10 De Outubro de 2019

Texto: Mário Cassanda

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, anunciou, para breve, a implementação do programa "Minha Terra" que visa a titulação dos terrenos das comunidades rurais e a simplificação do processo de atribuição de títulos às cooperativas agrícolas. "

Em declarações à imprensa, segunda-feira, 7, nas instalações do Ministério, por ocasião do Dia Mundial do Habitat, que se celebra na primeira segunda-feira de Outubro, a ministra explicou que, numa primeira fase, serão dados 3.600 títulos, à razão de 200 por cada um dos 18 municípios eleitos para o projecto piloto. Neste momento, disse, estão já concluídos os trabalhos com as províncias do Moxico, Bié, Huambo, Namibe, Huíla e Cabinda.

7.9 Agricultura comercial, com 10% das terras aráveis, reflecte fraca aposta no sector

Jornal EXPANSÃO

11 De Outubro de 2019

Angola tem uma economia excessivamente dependente do petróleo e o relatório "O Caminho Actual: Angola rumo ao ano 2050" não prevê uma mudança de paradigma nas próximas três décadas, embora evidencie a necessidade de desenvolver sectores que usem mão-de-obra intensiva, como a agricultura, e que ajudem a combater a desigualdade, "factor explicativo crítico da pobreza em Angola", País onde "os mais ricos, um quinto da população, ganham quase 60% de todos os rendimentos".

Sectores como a agro-indústria, pescas, turismo e restauração devem ser incentivados, mas não é isso que se verifica, como refere Francisco Paulo, constatação confirmada pelo relatório.

A agricultura, por exemplo, "tem uma performance muito abaixo do seu potencial", escrevem os autores do estudo, notando que a "contribuição dos vários sectores económicos para a economia de Angola oscila anualmente em linha com as receitas do sector petrolífero".

Os autores do relatório consideram que a valorização do kwanza para "níveis irrealistas" foi um dos factores que retraiu o investimento no sector

primário, até 2017, altura em que a agricultura e pecuária contribuíam com 10% para o PIE, muito abaixo do potencial de um País onde "apenas 6,2% das terras aráveis" são cultivadas, o que equivale a "5,2 milhões de hectares de um total de 88,1 milhões de hectares de terra arável.

"Além disso, menos de 1 milhão de hectares de terra estão equipados para a irrigação e apenas cerca de 11.600 ha são realmente irrigadas. Portanto, não é de estranhar que Angola seja fortemente dependente de importações de alimentos", conclui o relatório.

O documento que perspectiva que será Angola, em 2050, e aquilo que poderá determinar o futuro do País", como refere Francisco Paulo, ilustra o potencial do sector primário, ao observar que a "agricultura familiar de pequena escala é responsável por aproximadamente 90% de todas as terras cultivadas, enquanto a agricultura comercial é responsável pelos restantes 10%".

Em relação aos recursos de petróleo e gás, a principal fonte de receita do País e dos quais depende "para quase todas as divisas, o "IFs projecta que as reservas de petróleo vão atingir uma linha de pico de cerca de 14 mil milhões de barris de petróleo por volta de 2030.

Angola, que segundo o relatório detém cerca de 10,9 biliões de pés cúbicos de reservas comprovadas de gás natural a partir de 2018, está a virar-se para esta matéria-prima.

Um reflexo da intenção do País em expandir o seu foco nesta área é o facto de Angola se ter juntado ao Foro de Países Exportadores de Gás (GEFCF) como membro observador em Novembro de 2018, como assinala o relatório "O Caminho Actual: Angola rumo ao ano 2050". Um documento que Francisco Paulo espera que possa servir de apoio ao Governo na definição da Estratégia de Longo Prazo de Angola 2050.

7.10 Moradores das tendas do Zango I recebem casas no Luanda Limpá

Jornal de Angola

04 De Outubro, 2019

Texto: Helma Reis

Cerca de dez anos depois, um grupo de ex-moradores da Ilha do Cabo que vivia em casebres de chapas de zinco e em tendas, na zona do Zango 1, onde tinha sido transferido, começou a beneficiar, ontem, de 231 casas evolutivas.

De tipologia T2, as casas evolutivas foram erguidas no bairro Luanda Limpa, localizado no Zango 4, beneficiando as primeiras 231 de um total de 1.034 famílias cadastradas pelo Governo Provincial de Luanda, sendo que as contemplações de moradias vão acontecer de forma faseada.

Júlio de Carvalho, assessor para a Área Social do governador provincial de Luanda, Sérgio Luther Rescova, explicou que “se trata de um acto que abre o fim do sofrimento de alguns dos antigos moradores da conhecida Ilha de Luanda, que, desde 2009, se encontravam a viver em condições precárias”.

Com a entrega das casas, que contam com as redes públicas de energia eléctrica e de água potável, os agora ex-moradores dos casebres do Zango 1 passam a beneficiar, igualmente, de escolas de vários níveis de ensino. Enquanto isso, outras 803 famílias vão continuar à espera que lhes sejam entregues as respectivas moradias e abandonarem os casebres. Para já, Júlio de Carvalho não precisou quando isso deve acontecer, embora tenha garantido a criação de condições no sentido de alojar os restantes sinistrados.

“Vamos continuar a trabalhar para dar dignidade a essas famílias. Mas, queremos salientar que o território, hoje, nos apresenta um número além do referenciado inicialmente, uma vez que muitos aproveitaram-se da situação e instalaram-se aqui, por vontade própria”, denunciou. Em função disso, o assessor para a Área Social do governador provincial de Luanda avançou que o Governo vai estender a mão a todos e cada um receberá o tratamento de acordo com a sua condição.

O responsável explicou que se trata de um programa gizado pelo Governo Provincial de Luanda que vai abranger a todos aqueles que se encontram em áreas de risco, de modo a dar maior protecção à integridade física dessas pessoas, por meio da entrega de habitações ou de terrenos onde possam erguer as suas próprias casas, mas com um pequeno apoio das autoridades.

Beneficiários

Para Adriano Caliembela Sauimbo, um dos beneficiários, o processo de entrega de casas só foi possível com o empenho dos coordenadores que trabalharam na retirada dos invasores que pretendiam apenas adquirir uma residência, fazendo-se passar, para isso, por sinistrados da Ilha do Cabo.

7.11 Ocupação ilegal de terrenos ganha contornos de crime organizado

Jornal Folha 8

12 De Outubro de 2019

Texto: Luís Filipe

A ocupação ilegal de terrenos na província de Luanda vai deixando vai assumindo cada vez mais () carácter de crime organizado, ao contrário da imagem de mera reclamação de injustiça que os seus promotores fazem passar 'à opinião pública, Na Urbanização Harmonia, afecta à Cooperativa o Lar do Patriota: os contornos da criminalidade são cada vez mais evidentes e envolvem, mesmo, quem deveria combater tal prática: desde agentes da Policia Nacional, efectivos das Forças Armadas Angolanas e, até mesmo, funcionários da Administração Municipal de Talatona. Esse grupo de agentes do Estado, em boa verdade, é o responsável pelo suporte, na retaguarda, de movimentos de ocupação de terrenos, cujo objectivo fundamental não é simplesmente a obtenção de lucros, ainda que sob a capa de acção filantrópica, Eles vão ao ponto de criarem organizações não governamentais no esforço de garantir alguma legitimidade às acções desenvolvidas, sem se coibirem de pisotear violentamente a lei, e de envolverem os órgãos de comunicação social, fazendo-se passar por vítimas quando são, na verdade, os agressores.

Na Urbanização Harmonia, afecta à Cooperativa O Lar do Patriota, a organização ocupadora atende pelo nome de Anandengue e diz, de sua (injustiça, representar um grupo ' de camponeses, supostamente anteriores detentores de terrenos naquele espaço geográfico. No fundo, tal associação é suportada por um conjunto de figuras que se especializaram na manipulação ou, mesmo, instrumentalização de cidadãos desocupados, transformando-os em escudo humano na ilícita acção de reclamar e ocupar um espaço de terra que nunca lhes pertenceu.

E o modus operandi é sempre o mesmo: uma vez ocupado o terreno, este é defendido pelos falsos camponeses com linhas e dentes, recorrendo, inclusive, a armas brancas para atacar quem dele reclamar propriedade, ainda que devidamente documentado. Os espaços ocupados são vendidos a terceiros, sem qualquer documentação, uma vez que a protecção é, então, garantida pelos agentes do Estado que suportam organizações como a Anandengue:

agentes da Polícia, militares das F AA e, por fim, funcionários da Administração de Talatona. A cabo de quem caberá, por fim, a legalização fraudulenta do espaço ocupado. No caso específico da Cooperativa O Lar do Patriota, esta ocupação de terras começa a ganhar contornos gigantescos, a ponto de ameaçar, mesmo, a continuidade de um dos projectos de urbanização melhor estruturados na cidade de Luanda. A venda de terrenos ilegalmente ocupados começa a ganhar força. Naquela localidade, muitas vezes sob o olhar cúmplice e conivente dos funcionários do Estado, a quem cabe garantir que tal não aconteça. Além dos conflitos latentes, entre os verdadeiros proprietários e os ocupadores, está também em causa o risco da transformação de uma zona urbanizada num bairro desestruturado, como, de resto, já aconteceu noutras localidades.

A Anandengue, que se apresenta como a defensora de supostos camponeses é, no fundo, uma organização contumaz em tais práticas, tendo sido já mal sucedida noutras tentativas de usurpação de terrenos, como foi a do projecto ova Vida. No caso da Cooperativa O Lar do Patriota, eles ignoram, convenientemente, um processo de indemnização, decorrido há mais de 16 anos, aos anteriores e devidamente documentados camponeses, que em nada têm a ver com esses que são agora arregimentados e transformados em autênticos mercenários na acção de reclamar e ocupar ilegalmente terrenos.

7.12 Explorações pecuárias minaram a segurança alimentar nos Gambos

Novo Jornal

18 De Outubro de 2019

Texto: Nok Nogueira

Intitula-se o fim do paraíso do gado: Como o desvio de terras para explorações pecuárias minou a segurança alimentar nos Gambos e será apresentado ao público na terça-feira, 22, na Mediateca de Luanda, às 10h, pela Amnistia Internacional (AI) e a Associação Construindo Comunidades (ACC), como resultado de um trabalho de investigação realizado no Sul de Angola - afectado pela seca e pela fome - entre Fevereiro de 2018 e Março do corrente ano.

O relatório conjunto, que analisou o desvio de terra em larga escala para produção comercial de gado, apresenta os resultados de como o acto de expropriação interferiu com o exercício do direito à alimentação entre as comunidades pastoralistas

Vanyaneka e Ovaherero no município dos Gambos, província da Huíla.

Entre as conclusões, o relatório «O fim do paraíso do gado» apresenta a tese segundo a qual a seca em curso no Sul de Angola não foi de todo responsável por minar o direito à alimentação entre os/as pastoralistas, mas sim a ocupação da costumeira terra de pasto para criação comercial de gado, que tornou severa a insegurança alimentar nos Gambos.

Os dados, resultados de entrevistas levadas a cabo no local espelham o retrato de comunidades rurais que construíram a sua resiliência e que se protegeram da insegurança alimentar através da posse e usufruto costumeiro da terra para agricultura de subsistência e para a pastorícia, facto contrariado pela expropriação de terras rurais, que cor- ruiu a resiliência económica e social daqueles povos.

Embora apresente com maior incidência os casos ocorridos nas zonas dos Gambos, o relatório cita exemplos de outras províncias onde a ocupação de terras para fins comerciais teve consequências directas na vida dos povos.

Um estudo citado no relatório, realizado pela Federação Luterana Mundial na província do Moxico, aponta que interesses privados apreenderam à força 29.200 hectares de famílias rurais que os utilizavam para agricultura de subsistência.

No município de Lumege Cameia, no Moxico, as comunidades rurais perderam 5.000 hectares para a agricultura comercial. Igual situação registou-se no município de Camanongue, onde 22.400 hectares foram apreendidos para a agricultura comercial privada, e 250 famílias foram despejadas das suas casas.

No Luena, capital da província, as comunidades rurais perderam 1.800 hectares para agricultores comerciais.

Em todos estes casos, descreve o relatório, não houve consulta, nem compensação, nem realojamento, nem avaliação de impacto ambiental e social. Pelo que os exemplos não se ficam apenas pela província do Moxico, uma vez que os registos consultados assim o provam.

É caso do estudo da Iniciativa de Pesquisa China-África, nas províncias do Uíge, Kwando Kubango, Cunene, Bié, Malanje, Zaire e também Moxico, que conclui que as comunidades rurais perderam, sem as devidas diligências, 83.630 hectares de terra para pecuaristas comerciais chineses que produzem culturas comerciais para exportação.

Em Fevereiro de 2016, segundo o relatório da Amnistia Internacional e da Associação Construindo Comunidades, agricultores comerciais expulsaram à força 19 famílias das suas terras no Cunene corno parte do mega-projecto agro-industrial do Governo, o Horizonte 2020.

Entre as várias ferramentas utilizadas no estudo, a Amnistia Internacional analisou imagens de satélite e imagens do Google Earth para documentar o aumento progressivo do uso da terra para a pecuária comercial e a consequente redução da área de pastagem para o gado na Tunda dos Gambos, entre 1990 e 2018.

Segundo o relatório, um grupo de pastoralistas também desenhou esboços que mapeavam as áreas sob ocupação dos criadores comerciais de gado. Foram ainda usadas fotografias como representações visuais do valor antropológico, económico, social e existencial do gado nos Gambos; e dos serviços ecológicos da Tunda dos Gambos como formas (direitos culturais) e meios (direitos económicos e sociais) de vida.

7.13 Criadores de gado comerciais ocupam 67% das terras

Novo Jornal

18 De Outubro de 2019

Os pesquisadores da Amnistia Internacional descobriram que, no caso dos Gambos, a insegurança alimentar tinha como elemento crucial: os criadores comerciais de gado, que confiscaram sem consentimento 67% das melhores pastagens comunitárias.

A expropriação destas terras, que, segundo o relatório, do ponto de vista histórico, tinham ajudado a mitigar o impacto da seca entre os pastoralistas da região, agravaram a situação da segurança alimentar.

Os 67% das terras de pastagem ocupadas por criadores de gado comerciais incluem grandes partes do "berço do gado", o significado clássico de chimbolela na língua vangambwe.

De acordo com o relatório, essas mudanças na posse e usufruto da terra de pasto minaram a resiliência económica e social das comunidades pastoralistas, particularmente na sua capacidade de produzir alimentos.

"Uma vez que as mulheres são agora responsáveis pela produção dos alimentos, gastam muito tempo e esforço a cultivar terras que estão longe de onde

tradicionalmente o faziam, enquanto se espera que mantenham a sua responsabilidade sobre o trabalho doméstico. Tal tem aumentado tremendamente o seu fardo.

A Amnistia Internacional é um movimento global de mais de 9 milhões de pessoas que lutam por um mundo onde os direitos humanos sejam desfrutados por todos. A nossa visão é que todas as pessoas usufruam de todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Humanos e noutros padrões internacionais de direitos humanos.

NOVO JORNAL

7.14 Governo falha em respeitar a legislação nacional

Novo Jornal

18 De Outubro de 2019

O relatório da Amnistia Internacional não apresenta dúvidas em relação à quota parte de responsabilidade do Governo em relação à protecção que devia dar às famílias e, sobretudo, ao primado da legalidade no que à legislação da terra diz respeito.

O entendimento a essa questão é que as apreensões de terra para a pecuária comercial na região dos Gambos representam o fracasso do Governo em respeitar as suas próprias leis e os padrões internacionais.

O relatório salienta que, apesar da legislação angolana - incluindo a Constituição, a Lei de Terras e a Lei Ambiental - proteger as terras comunitárias rurais, tais como as terras de pasto comuns dos Gambos, o Governo angolano falhou no seu dever de ser o fiscalizador do cumprimento da lei.

"A Lei Ambiental angolana designa as terras comunitárias rurais como terras não concedíveis, ou seja, o Governo não as pode expropriar em benefício de terceiros sem a devida diligência. O Governo pode expropriar essas terras exclusivamente para benefício público, não privado, sob condição de justa compensação", pode ler-se.

O relatório dá conta que, com base nesta classificação, a Tunda e Chimbolela são terras comunitárias rurais que pastoralistas do Sul de Angola - incluindo as províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe - têm usado durante séculos como pastos comuns.

No entanto, segue o relatório, apesar disso, o Governo angolano permitiu que os criadores comerciais de gado ocupassem a Tunda e Vale do

Chimbolela sem qualquer forma de compensação, violando claramente a legislação angolana.

NOVO JORNAL

7.15 Notas Recomendações para o Governo angolano

Novo Jornal

18 De Outubro de 2019

Tomar medidas imediatas e urgentes para resolver a falta de alimentos adequados nos Gambos, inclusivamente entre a comunidade pastoralista documentada no relatório;

Efectuar uma investigação detalhada em todo o município sobre as preocupações com a desnutrição e a fome na região dos Gambos, com o objectivo de recolher dados desagregados, incluindo por sexo e idade, a fim de elaborar intervenções urgentes adequadas a curto e longo prazos;

Declarar uma moratória sobre a concessão de terras na região dos Gambos e nomear uma comissão de inquérito para investigar como grandes partes da Tunda dos Gambos e do vale do Chimbolela foram concedidas para a pecuária comercial desde o fim da guerra civil em 2002;

Efectuar uma avaliação detalhada e fornecer soluções adequadas para as violações dos direitos humanos e perdas a que os/as pastoralistas foram sujeitos/as devido ao desvio de grandes partes da Tunda dos Gambos e do vale do chimbolela para criadores comerciais de gado desde o fim da guerra civil em 2002. Para o Ministério da Agricultura e Florestas;

Divulgar o processo através do qual criadores de gado comercial não identificados obtiveram acesso a grandes partes da Tunda dos Gambos e do Vale do Chimbolela no município dos Gambos.

Restituir as áreas ocupadas da Tunda dos Gambos e do Vale do Chimbolela aos/às pastoralistas e compensar justamente as perdas sofridas;

Projectar e construir infra-estruturas de distribuição de água para fornecer água de irrigação para a agricultura familiar e água potável para os/as pastoralistas e para o seu gado;

Avaliar as necessidades de infra-estrutura e recursos das comunidades pastoristas dos Gambos para apoiar a actividade pastoral e melhorar a segurança alimentar. Para o Ministério do Ambiente;

Fazer cumprir o requisito de realizar avaliações de impacto ambiental e social a todos os fazendeiros comerciais, para proteger a comunidade rural do impacto adverso da pecuária comercial e de outros interesses económicos privados sobre os direitos humanos;

Realizar inspecções regulares de impacto ambiental e social em todas as propriedades comerciais para determinar até que ponto as mudanças ambientais estão a afectar as comunidades rurais, e disponibilizar os relatórios resultantes ao público e a todas as partes interessadas. Para o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola;

Trabalhar com a sociedade civil para demarcar todas as terras comunitárias rurais e emitir títulos comunais de ocupação, posse e direitos de usufruto, conforme decretado no artigo 37 da Lei de Terras (Lei 9/04) e no artigo 18 do Decreto 58/07;

Trabalhar com a sociedade civil para construir um registo electrónico de todas as terras comunitárias rurais e explorações agrícolas comerciais para garantir a transparência e proteger as comunidades rurais que dependem da terra para a sua subsistência. Para a comunidade internacional:

Providenciar assistência financeira e técnica para lidar com a insegurança alimentar no Sul de Angola, incluindo o apoio aos programas de apoio alimentar existentes, para que cheguem a quem se encontra em maior risco de fome...

7.16 Kilamba um novo bairro surge de forma tímida nas proximidades da centralidade

Novo Jornal

8 De Outubro 20'9

Texto: Dulcineia Lufua

Perto de trinta casas de chapas e habitadas por camponeses estão erguidas nos arredores do pavilhão Multiúso Arena do Kilamba, no distrito com o mesmo nome, em Luanda. Administração do Kilamba mostra-se preocupada com o novo bairro que está a erguer-se e garante tomar posição nos próximos dias. Os casebres não estão à vista de todos.

Quem por ali passa apenas vislumbra o pavilhão e o verdejado das árvores que embelezam a entrada da primeira centralidade erguida no país em 2012. Foi este o cenário observado pela equipa de trabalho do Novo Jornal às 11 horas, do dia 14 deste mês quando chegou ao pequeno bairro. Apelidada de "Bairro

Multiúso", no local vivem e cultivam centenas de camponeses que dizem conhecer a zona há mais de 20 anos.

Camponeses no local disseram ao Novo Jornal que o espaço foi ocupado por eles por se tratar de uma zona própria para o cultivo, isto antes da construção dos edifícios da centralidade.

"Quando começámos a cultivar, aqui não existiam os edifícios do Kilamba, (nem) o Estádio 11 de Novembro, nem o Multiúso do Kilamba", lembram.

Branca Figueira tem 90 anos de idade.

Terá sido uma das primeiras camponesas a ocupar o espaço. Já com «o corpo cansado pelo peso da idade», a anciã conta que, nos últimos tempos, pessoas «estranhas» têm aparecido na zona com intuito de invadirem o espaço.

"Estou a ser acusada de vender terrenos e querem invadir a minha lavra. Se me tirarem daqui, já não sei para aonde ir, já sou velha e cansada", desabafou.

A anciã suspeita que alguns camponeses que abandonaram o espaço estão envolvidos no «esquema» de ocupação.

Mamã Branca, como é tratada, sublinhou também que, independentemente das dificuldades, a zona é calma.

"Não temos problemas com ninguém, nos deixem cultivar a nossa kizaca, mandioca, batata-doce, milho e ginguba à vontade, por favor!", pediu.

Por seu turno, Joana Fernandes, também antiga moradora do pequeno bairro, apercebendo-se da presença do NJ no local juntou-se à conversa.

"A minha lavra é tudo que eu tenho, porque é onde encontro o sustento para os meus filhos. Se nos tiram isso, as nossas vidas vão acabar".

No pequeno bairro, foi possível verificar que várias crianças não vão à escola, não possuem registo de nascimento e passam dia a divertirem-se entre as matas.

Domingas Isabel, na companhia do seu esposo, que se encontra adoentado, contou ao NJ que as crianças passam maior parte do tempo nas lavras com os pais, ou dentro da centralidade à procura de latas para vender e ou pedir esmola. "Aqui não temos condições para pôr os filhos na escola, se até registo eles não têm. Por conta disso, muitos preferem enviar os meninos junto aos outros

familiares em outros bairros para estudarem", disse a cidadã.

7.17 Mulheres rurais solicitam apoio

Jornal de Angola

29 De Outubro, 2019

Texto: Kamuanga Júlia

Mulheres de vários estratos sociais da província da Lunda-Sul defendem a simplificação de critérios para atribuição de terras para o cultivo, bem como acesso ao crédito bancário, visando o aumento da produção nas comunidades.

O apelo foi feito em Saurimo durante um fórum sobre a mulher rural, promovido pela Direcção Provincial da Acção Social, Família e Igualdade do Género.

“A realidade da mulher no campo apela ao reforço em meios, como transporte, para facilitar o escoamento dos produtos. Esse encontro visa avaliar políticas públicas definidas e realinhar projectos e programas com o foco na resolução dos principais problemas que afectam as mulheres rurais”, disse a directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade do Género, Maria Guilherme.

A promoção e valorização da mulher rural, definição de projectos que contribuam para a melhoria das condições de vida e criação de associações, para facilitar a captação de apoios do Governo, constam entre as estratégias definidas pelo Gabinete da Acção Social, Família e Igualdade do Género, segundo Maria Guilherme.

O contributo da mulher rural na luta de libertação nacional preencheu parte do discurso proferido pelo vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Leandro Caputo, que, entre as inúmeras dificuldades enfrentadas pela mulher rural sublinhou as de acesso aos serviços sociais básicos, formação técnico-profissional e emprego.

No domínio da gestão do lar citou a desestabilização familiar, reflexo da violência e fuga à paternidade. “Estas e outras preocupações continuam a preocupar o Governo, que, através da mobilização nas comunidades, em palestras, procura banir práticas negativas”.

Durante o fórum sobre a mulher rural foram debatidos temas ligados aos critérios de acesso à terra, fomento ao crédito para o exercício da agricultura, piscicultura, melhoramento da renda das famílias no meio rural, bem como contribuição das

parteiras tradicionais, como agentes de mobilização social para a saúde reprodutiva.

Foram ainda debatidos temas ligados aos mecanismos para captação de água e práticas para adesão das mulheres ao processo de alfabetização.

7.18 Empresa “Praxis Gestão Imobiliária” acusada de esbulhar terrenos de camponeses no Kikuxi

Jornal Manchete

31 De Outubro de 2019

Os camponeses Catarina Jacinto, 79 anos, e Domingos Adriano, 47 anos, são apenas muitas das vítimas dos grupos organizados que se dedicam o seu tempo a ocupar terrenos ilegalmente à luz do dia, sem quem ninguém tome medidas contra os mesmos.

Em 2015 ambos viram as suas parcelas de terrenos localizados no perímetro do Kikuxi, distrito urbano da Vila Flor, em Viana, serem vedados por uma empresa denominada Sociedade Comercial "Praxis

Gestão Imobiliária" a mando de um cidadão identificado apenas por Guedes. Esta empresa exibiu um alvará de licença de vedação alegadamente passado pela Administração Municipal de Viana. Mais tarde os camponeses ficaram a saber que a empresa Sociedade Comercial "Praxis Gestão Imobiliária" tem como responsável, um cidadão angolano de nome Tony Ribas, supostamente irmão do ex-segundo comandante provincial de Luanda da Polícia Nacional; Francisco Ribas, que actualmente é comandante provincial do Huambo.

Mas documentos em posse do Manchete referem que a "Praxis Gestão Imobiliária" é representada pelo senhor Raúl Gomes Cornélio Kanhama. Tudo indica que Tony Ribas actua como testa de ferro em consonância com o senhor Guedes na efectivação de roubos de terrenos de camponeses indefesos.

Esta mais que evidente que empresa "PRAXIS" é invasora

O terreno de Catarina Jacinto tem as dimensões de 200 por 100 metros quadrados e detém desde o dia 15 de Dezembro de 1984, estando escrito na Repartição Municipal da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pesca sob o número 400/2009, de acordo com documentos que este jornal teve acesso. A mesma disse que vem ao longo dos anos a desenvolver actividades agrícolas de subsistência e nunca foi incomodada.

Porém, desde 2015 que o espaço se encontra ocupado ilegalmente pela empresa "Praxis Gestão Imobiliária": envolvendo uma empresa de segurança no controlo do mesmo, quando ela mandar alguém no local é escorraçado com disparos de armas de fogo. Foi o que ocorreu no passado dia 3 de Outubro, os guardas fizeram de feito refém o neto da dona Catarina Jacinto.

Em consequência disso, a polícia interveio no local e prendeu os guardas e oito armas que se encontravam na posse dos mesmos. Foram levados para uma Esquadra da Polícia nas cercanias, mas segundo alegações, 24 horas depois, os guardas foram soltos por alegada ordem dada pelo comissário Francisco Ribas, que terá ligado aos colegas a partir do Huambo. No entanto, há um despacho emitido pelo Gabinete Jurídico da Administração Municipal de Viana e exarado pelo então administrador municipal, Jeremias Dumbo, datado de 26 de Dezembro de 2016, que reconhece a titularidade do terreno a favor da dona Catarina Jacinto. O mesmo despacho solicita a responsabilização do transgressor, no caso os invasores.

Num outro documento, sobre informação preliminar relativamente ao processo remetido pelo Gabinete Jurídico para análise e parecer, em nome da empresa "Praxis Gestão Imobiliária": refere que após tratamento técnico, verificou-se que a empresa em causa apresenta uma licença de vedação passada pela Administração no ano de 2015, com um perímetro de intervenção de 4.037.00 metros quadrados.

Ainda de acordo com o documento, o espaço em questão apresenta menor dimensão com relação a licença apresentada pela empresa (perímetro de 3.412,8 metros quadrados). "O intrigante é que a mesma empresa dá entrada a um processo a administração no dia 14 de Setembro de 2016 a solicitar licença de vedação e croqui anexo ao processo apresenta referências do espaço em questão: pode ler-se no documento que acrescenta "não ser possível solicitarem uma licença em 2016 e o processo encontra-se em tratamento na Gestão Urbana, e apresentarem outra passada em 2015 com dados que não conferem a realidade do espaço em causa"

O documento conclui que a licença de vedação em questão, não se refere ao terreno objecto do conflito.

Dizia estar amando de Manuel Vicente Segundo apurou o Manchete, além de dona Catarina Jacinto e Domingos Adriano, há mais camponeses que foram também esbulhados os seus terrenos pela empresa "Praxis Gestão Imobiliária"

Os camponeses contaram que numa primeira fase, o senhor Guedes usou o nome do então vice-Presidente da República Manuel Vicente, para a vedação dos terrenos. Mas quando consultaram a esposa de Manuel Vicente, segundo, a mesma desmentiu categoricamente, dizendo que senhor Guedes foi seu antigo funcionário, mas nunca foi orientado a vedar terrenos. Até aqui está mais que evidente estarmos diante de um esquema bem montado por redes organizadas. O Manchete contactou o senhor Tony Ribas e procurou saber do mesmo que mandou vedar as parcelas de terrenos e quem são os donos da "Praxis Gestão Imobiliária": pelo que o mesmo não foi capaz de responder, prometendo apenas falar por intermédio do seu advogado. Mas até ao fecho desta edição, nem um, nem outro ousou ligar para dar a sua versão. Aliás, na vã tentativa para justificar a posse dos espaços alheios a "Praxis Gestão Imobiliária" alega ter adquirido por cedência no ano de 2007 às mãos do senhor Agostinho Domingos Apolinário, que supostamente exercia agricultura de sobrevivência no local, juntamente com a sua família. Este mais tarde cedeu os direitos de propriedade a favor da empresa ora citada- justificação pouco consistente.

O camponês Domingos Adriano lamenta o comportamento dos invasores e exige a reposição da legalidade. O seu terreno cujas dimensões é de 640 mil metros quadrados, e registado sob o número 9810, "foi deixado como herança pelos seus pais": disse o mesmo, mostrando-se desiludido com o sentimento de impunidade por parte dos invasores.

Contactado o responsável da Repartição Fiscal da Vila Flor, senhor Leres, o mesmo recusou-se a falar, remetendo o assunto ao administrador distrital que na ocasião se encontrava ausente na instituição. Já na Administração Municipal de Viana, um responsável do Gabinete Jurídico garantiu que o processo de dona Catarina Jacinto foi devidamente tratado naquela instituição, que também reconhece, a mesma ser proprietária legítima do espaço em litígio. Assim sendo, aconselhou os familiares de Catarina Jacinto a recorrerem ao Serviço de Investigação Criminal (SIC) e forças policiais, no sentido de obrigar os invasores cederem os espaços ocupados ilegalmente.

7.19 Observações à problemática fundiária angolana

Novo Jornal

25 De Outubro de 2019

Texto: Edgar Santos

A políticas de terras, no sector agrícola, desde meados do século XIX, eram caracterizadas por um

dualismo funcional com acesso desigual entre e que nos produtores e grandes fazendeiros. Mesmo depois da independência houve continuidade dessa visão 'que conduziu uma política de terras virada para o fomento de culturas industriais em detrimento das culturas produzidas pelo pequenos produtores sendo, por conseguinte, previsível a insegurança alimentar. Apesar de todo o constrangimento observado, a produção dos pequenos produtores familiares era superior à participação do sector comercial (grandes fazendeiros) (vide in L. Futini 1985).

Como inverter o quadro de estagnação do sector agrícola? Com que contingentes de terras aráveis contamos? Quais' as ameaças face ao cenário de procura de terras aráveis?

Tenho defendido que o relançamento da agricultura em Angola passa pelos pequenos produtores agrícolas. No entanto, seu modo de vida (produção) é ainda dificultado pelo acesso e posse de terra. Dito doutra forma, o acesso tem permitido garantir o mínimo necessário para sobreviver, ao passo que a posse permitirá que se garanta o controlo. Ouvi com grande satisfação a implementação do PROGRAMA MINHA TERRA. Um dos propósitos é a atribuição de título de reconhecimento das delimitações das terras das comunidades rurais, cooperativas e associações de camponeses uma boa notícia. Entendo ser um passo positivo, pois o programa pode vir a garantir a sustentabilidade do modo de vida rural e maior estímulo ao investimento; por conseguinte, a transformação do meio social rural. Há seguramente outros aspectos que irão concorrer para o êxito ou fracasso, nomeadamente: a institucionalização, na prática, do fundo de crédito agrícola, seguro agrícola, crédito de campanha, formação e capacitação técnica, etc,

Em relação à disponibilidade física de terras aráveis, preocupa-me o fenómeno que se verifica) hoje) no Brasil, denominado por beliches fundiários (sobreposição de cadastros, por falsificação; falsificação de títulos de propriedade com fins de

apropriação irregular). Minha inquietação justifica-se pelo facto de que durante muito tempo a concessão de terras era feita por diferentes entes

(Ministério da Agricultura, governadores provinciais e administrações municipais e, nalguns casos, por autoridades tradicionais), e, em muitos casos, de forma indiscriminada, sem que existisse coordenação e integração dessas concessões numa base única de dados. Ou seja, desconhece-se o Cadastro Único de Terras.

Actualmente, o processo de ocupação da terra agrícola, em Angola, tornou-se mais estruturado e vem progressivamente integrando-se às cadeias globais de valor muitas vezes em associação ao capital transnacional, Estudo publicado pela Policy Brief n.º 07/2015 revela que a intenção (uma parte já consolidada) do investimento Chinês em Angola, na agricultura, até 2014 seja de 1,5 mil milhões de dólares, a ser implantado numa área aproximada de 90 mil hectares. Sendo beneficiadas as regiões do Sul (Camacupa, Camaiangala, Longa, Manquete), Malanje (Pedras Negras), Norte (Cuimba, Sanza Pombo). Seus principais objectivos, no médio prazo, são tanto para segurança alimentar, produção de commodities quanto para especulação financeira. Por conseguinte, o cálculo é elementar as dificuldades de acesso tendem a maior tensão pela ocupação das áreas restantes.

O "escape" pode ser restringir a compra de terras, sobretudo por estrangeiros, acelerar o processo de desminagem e implementar o Cadastro Único de Terras (CUT) de modo a termos uma percepção mais real sobre as terras disponíveis e seus stocks.

Por fim, resta-nos "esperar" se esse cenário (de marginalização e exclusão) levará o Estado a realizar a tão esperada reforma agrária (elevando o estatuto do "pequeno" agricultor) ou se presenciaremos, nas próximas décadas, a uma explosão de conflitos no campo.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Hora de separar o lixo, há quem viva dele

Jornal O País

11 De Outubro de 2019

Texto: Domingas Correia

Caro Director do Jornal O País,

Agradeço a criação deste espaço, onde o leitor também tem voz.

Sou Licenciada em Ambiente e Gestão do Território pela Universidade Metodista de Angola desde 2012, gostaria de dar o meu contributo para uma situação que me inquieta

É visível o aumento do número de pessoas que observamos diariamente a revirar os contentores de lixo, chegam a deitar o lixo para o chão, são confundidos com mendigos, nem sempre corresponde à verdade, muitos vão à procura de latas e garrafas, artigos que têm gerado rendimento para muitas famílias.

Gostaria de apelar a quem de direito, aos nossos gestores públicos, principalmente nas centralidades e condomínios, a implementação gradativa de contentores diferenciados, assim com a consciencialização das pessoas para este facto, pode parecer difícil, mas se não dermos os primeiros passos, nunca sairemos da mesmice, pois o caminho faz-se caminhando.

Apelo também aos estimados leitores deste jornal a darem o seu contributo, no sentido de separar os artigos mencionados a partir de casa, para facilitar a vida de quem encontrou neste trabalho a sua fonte de rendimento...

Podemos fazer mais, pelo nosso ambiente e para uma vida melhor

Os meus cumprimentos,

Domingas Correia.

8.2 Poluição do rio Muembeje inquieta munícipes de Cazengo

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2019

Texto: Mamuel Fontoura

O rio Muembeje é tido por muitos como um dos principais pontos transmissores de doenças, como diarreia, shistosomíases e doenças da pele, bem como de reprodução de mosquitos, que causam o aumento de casos de malária em Ndalatando, sede provincial do Cuanza-Norte.

A má utilização da população, lixo e dejectos provindos de canais de casas de banho de algumas residências construídas ao redor do mesmo, bem como a poluição causada por óleo de viaturas proveniente de oficinas adjacentes são das maiores preocupações dos munícipes, contactados pela nossa reportagem.

O rio Muembeje, que corta o centro da cidade em duas partes, no passado era tido como um dos vários cartões postais de Ndalatando. Hoje, o cenário é caracterizado por acumulação de lixo e capim a crescer em todos os sentidos, estreitando o seu canal e impossibilitando o curso normal das águas.

Os bairros dos Eucaliptos e Sambizanga, no centro da cidade de Ndalatando, e o bairro da Posse, são os mais afectados nesta altura pela falta de higiene de muitos utentes do rio Muembeje.

Além do lixo que alguns munícipes despejam no rio e dos dejectos das casas de banho de residências adjacentes, existem indivíduos que insistem em lavar viaturas e fabricar adobes nas suas margens.

O rio Muembeje tornou-se pouco caudaloso, devido à acumulação de resíduos, uma situação que provoca doenças às pessoas que vivem ao lado, particularmente as crianças, que tomam banho naquelas águas.

A munícipe Josina António, de 29 anos, moradora do bairro dos Eucaliptos, com a residência defronte ao rio, conta que, devido ao mau cheiro, é quase impossível ficar durante muito tempo no quintal.

O que mais a incomoda, explica, é o facto de ter três filhas pequenas, que não conseguem brincar no quintal, devido ao cheiro que vem do rio, o que os obriga a permanecerem fechados em casa.

Josefa Miguel e outras vendedoras, indiferentes ao cheiro nauseabundo, vendem pão com frango, a conhecida magoga, bolinhos, água e banana com jinguba torrada, sem se importarem com o lixo acumulado ao longo do rio. Os lavadores de carro são os potenciais clientes, uma situação que chamou a atenção da nossa reportagem.

Josefa Miguel, que atribui culpa aos moradores da área, que insistem em deixar lixo no rio e fazer o mesmo de casa de banho, revela que, por falta de espaços adequados, é obrigada a fazer o seu negócio próximo do rio.

“Sei que o lugar não é dos melhores, devido às péssimas condições do rio, mas não é meu dever cuidar da limpeza do recinto, o município tem uma Administração e é ela que deve tomar isso a peito”, disse.

Maurício Domingos, funcionário público e residente no bairro Sambizanga, refere que em reiteradas ocasiões foi convocada a limpeza do rio, para o bem da comunidade e das crianças em particular, mas sem sucesso.

“Às vezes aparecem apenas três ou quatro pessoas, os demais ignoram, por isso a Administração tem de fazer alguma coisa, para mudar a situação que tem prejudicado a saúde das nossas crianças e não só”, precisou. “Com as chuvas que vão caindo, todo o lixo atirado nos bairros aonde o rio passa vem parar no centro da cidade e são trabalhos que não podem ser feitos de forma manual, mas sim com equipamento específico”, apontou o cidadão José Bartolomeu.

Para ele, a situação do rio Muembeji precisa de ser bem estudada e com a criação de um projecto devidamente estruturado. Retirando o pessoal que vive nas suas margens, possivelmente o rio poderá ser desassoreado.

“De contrário, nada feito”, referiu. A reportagem do Jornal de Angola tentou, por várias vezes, o contacto com a área técnica e infra-estruturas da Administração Municipal de Cazengo, com o objectivo de se inteirar sobre os projectos ligados ao desassoreamento e embelezamento do rio Muembeji, e de outras situações ligadas ao saneamento dos bairros periféricos e não só, mas, infelizmente, não obteve resposta.

8.3 Rescova «trava» greve na Elisal após contestação de atrasos salariais

Novo Jornal

25 De Outubro de 2019

Mais de 300 trabalhadores da Empresa de Limpeza e Saneamento Básico de Luanda (Elisal), que esta semana, anunciaram paralisar os serviços, por tempo indeterminado, devido a atrasos salariais, suspenderam a greve, após várias horas de conversações, numa reunião que juntou a comissão sindical e o governador provincial de Luanda, Sérgio Luther Rescova.

Entre as reclamações dos trabalhadores, constam a melhoria de condições de trabalho e os atrasos no processamento de salários, uma situação que se regista desde 2015. Segundo informações, na reunião que decorreu a portas fechadas, houve promessa do governador de atender, a curto prazo, às reivindicações dos operadores.

Recorde-se que, há três meses, o GPL exonerou o Conselho de Administração da Elisal, e foi criada uma comissão de gestão coordenada pela vice-governadora para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Elisabeth Rafael, que tem na sua posse o caderno reivindicativo dos trabalhadores.

É a segunda vez, em quatro meses, que aqueles trabalhadores ameaçam paralisar os serviços. O primeiro anúncio de greve foi feito em Junho. Além da empresa pública (Elisal), o GPL «travou» igualmente várias contestações de operadoras privadas devido à falta de pagamentos.

No ano passado, a dívida do GPL, com as operadoras de limpeza que operam em Luanda, chegou a rondar os 32,2 mil milhões de kwanzas, sendo 13 mil milhões do ano 2017 e 19 mil milhões de 2018. O facto motivou a paralisação de quase todas as operadoras e resultou em amontoados de lixo, um pouco por toda a província.

Novo Modelo de Recolha de Lixo continua «engavetado»

O Novo Modelo de Limpeza Pública e Gestão de Resíduos Sólidos para a capital do país- aprovado, em Dezembro do ano passado, pela Comissão Económica do Conselho de ministros -, que vem substituir o actual plano de Limpeza Urbana de Luanda (em vigor desde 2016), continua a aguardar pela luz verde de Sérgio Luther Rescova.

O plano que estava previsto ser implementado de forma gradual, dentro do primeiro trimestre deste ano, prevê reduzir pela metade o custo mensal do sistema de resíduos, actualmente avaliado em 35 milhões de dólares. De acordo com o plano estratégico que havia sido definido pelo GPL, consultado por este semanário, o novo modelo prevê ainda adoptar dois sistemas de financiamento para os custos com o lixo: o sistema público - correspondente a 70% do volume total de resíduos produzidos na capital a ser financiado pelo Estado - e o sistema por contratação directa - que responderá por outros 30% do total dos resíduos e que será da responsabilidade de privados. Sobre o assunto, o NJ solicitou, há cerca de um mês uma entrevista ao governador provincial, mas, até agora, não obteve resposta.

8.4 Aproveitamento de resíduos sólidos com níveis baixos

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2019

Texto: Manuela Gomes

O nível de aproveitamento dos resíduos sólidos no país está ainda muito aquém da expectativa, rondando actualmente o 15 por cento, quando o ideal seria 99 por cento deste material reciclado, admitiu ontem, em Luanda, o secretário de Estado para o Ambiente.

Falando à imprensa a propósito do lançamento da 7ª Edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, "Ambiente-Angola 2020", Joaquim Manuel disse que estes níveis podem ser ultrapassados com o aumento da economia circular, que consiste na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de matérias e energia.

"Este tipo de economia deve ser real e funcional na nossa sociedade, através de quem vai catar os resíduos e quem paga a captação, o que só não acontece pela condicionante financeira", esclareceu, para quem a ideia é que os catadores tenham uma actividade liberal e que quem de direito crie os pontos de entrega, pesagem e pagamento.

O governante disse que há outra possibilidade, que passa pela queimada de resíduos sólidos para a produção de cimento e energia, referindo que tal método faz parte de um seguimento mais empresarial, que necessitar de um investimento para começar a actividade, que inicia no próximo ano.

De acordo com Joaquim Manuel, a feira Ambiente-Angola tem servido, para o Ministério do Ambiente,

como base do fomento e de incentivo à gestão ambiental social e empresarial, com exposições de ideias, projectos, alternativo ambientalmente viável. Assim como a possibilidade de negociação de diversos produtos.

O Secretário de Estado para o Ambiente explicou, por outro lado, que ameaça à sobrevivência humana em face da degradação do património natural, a extinção das espécies da fauna e flora, e o aquecimento global fizeram com que as questões ambientais ocupassem lugar de destaque no debate internacional. Acrescentou que também permitiu a busca do asseguramento de uma vida saudável, através do uso sustentável dos recursos naturais.

Para o governante, as tecnologias e técnica ambientais tem incentivando a aplicação da economia circular, que assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais, e energia, substituindo o conceito de fim de vida da economia linear.

Joaquim Manuel defendeu a necessidade de se empreender esforços no sentido de promover uma maior capacidade de realização de actos e práticas de prevenção, auditoria e de responsabilização geral dos principais actos da actividade transversal do Ministério do Ambiente.

A feira Ambiente-Angola tem servido, para o Ministério do Ambiente, como base do fomento e de incentivo à gestão ambiental social

Segundo o responsável, o licenciamento e a fiscalização ambiental tem ido os maiores instrumentos utilizados por aquele órgão na implementação da gestão ambiental em todo território nacional, no controlo de todas as actividades danosas.

Disse que sendo o sector do Ambiente transversal, está em constante reestruturação para adaptar-se aos novos desafios que permitem a mitigação, prevenção e monitorização ambiental, com vista ao desenvolvimento da economia em equilíbrio com o ambiente.

O governante augurou que a 7ª edição da feira "Ambiente-Angola" seja uma verdadeira parceira de educação ambiental para a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudar à preservação e utilização sustentável dos recursos naturais.

A 7ª edição da feira, prevista para Junho de 2020, irá decorrer sob o lema "Promover a economia circular em todos os sectores da vida nacional" e espera, num espaço de dois mil metros quadrado, reunir mais de 150 expositores entre nacionais e internacionais.

Durante os quatro dias serão administradas mais de 30 comunicações, com temáticas ligadas ao ambiente.

8.5 Estudantes propõem solução para o fim da seca no Curoca

Jornal de Angola
2 De Outubro, 2019
Augusto Cuteta

A instalação de um sistema de recaute e drenagem de água, a partir do rio Cunene, é a solução encontrada por estudantes do terceiro ano de Engenharia Mecânica do Instituto Superior Técnico Militar (ISTM), para mitigar a seca no município do Curoca.

Apresentada pelos cadetes Sofonias João e Telma Teka, na primeira edição da Feira de Inovação e Desenvolvimento da Universidade Agostinho Neto, a solução de recaute, que é a elevação de um fluido da zona baixa para a zona alta, por sistema hidráulico, é resultado de um estudo científico levado a cabo para dar resposta aos problemas da seca no sul de Angola, com incidência sobre a região do Curoca, o município mais afectado pelo fenómeno a nível da província do Cunene.

Denominado “Sistema de recaute e drenagem de água para aplicação no Cunene”, o projecto, que pode ser apresentado, dentro de semanas, aos responsáveis provinciais, baseia-se na captação de água, a partir do rio Cunene, que dista cerca de cinco quilómetros das zonas habitadas do Curoca, tratamento e distribuição à população.

Para a captação, Sofonias João e Telma Teka explicaram que o sistema vai recorrer a fontes, como nascentes, chimpacas e cacimbas, além do rio, por meio de máquinas hidráulicas, tubagens e válvulas. Ainda sobre a captação, os cadetes realçaram que o sistema vai precisar de um reservatório, normalmente instalado numa estação de tratamento de água (ETA), serviço que não existe no Curoca.

Os estudantes de Engenharia Mecânica avançaram que o tratamento vai cumprir um fluxograma, que inicia com a retirada da água bruta para uma mistura rápida, seguida de floculação (processo em que são adicionadas à água substâncias químicas chamadas coagulantes) e decantação.

Seguidamente, continuaram Sofonias João e Telma Teka, o fluxograma de tratamento de água vai basear-se ainda na filtração das partículas aglomeradas de impurezas, para se fazer a adição de cloro e de fluor, no sentido da obtenção da água potável. No que toca à distribuição, os cadetes sugerem no

projecto que seja feita por meio de chafarizes, por canalização para residências e por camiões-cisternas. Para o município do Curoca, que tem uma população estimada em 41.087 habitantes e 375 cabeças de gado, o projecto calculou quatro categorias de consumo, sendo o caseiro ou doméstico, institucional, industrial e animal (gado).

O estudo dos cadetes do ISTM aponta que o consumo caseiro pode atingir os 24 litros por dia, o institucional cerca de 200, enquanto o animal 15 por gado.

Caso o projecto seja aproveitado pelo Governo Provincial do Cunene, a categoria industrial não vai ser ainda introduzida no terreno por não existir este tipo de serviço a nível do município do Curoca, com sede na comuna de Oncócuca.

Com duas comunas (Oncócuca e Chitado), o Curoca, um município que fica a 333 quilómetros de Ondjiva, a capital da província do Cunene, é habitado por povos vatwa, mungambwe, muhimba, muhakavona, kavikwa e ndimba, que praticam maioritariamente a pastorícia.

Nesta região, a seca é um problema que se arrasta desde 1995, mas os 86 bairros de Curoca passaram a sentir com maior incidência as consequências do fenómeno em Agosto do ano transacto. Em consequência disso, lamentam os cadetes, alunos abandonaram as escolas, há mortes de pessoas e de animais e a agricultura foi gravemente prejudicada.

Além de iniciativas privadas, para resolver a problemática da seca no município do Curoca, o Executivo está a desenvolver um plano que visa a construção de canais de água para abastecer a região a partir do rio Cunene.

Uma das soluções, de curto prazo, é a criação de um canal para abastecer a sede municipal, Oncócuca, enquanto uma outra, de médio prazo, visa alimentar o rio Curoca, que tem o caudal muito baixo, no sentido de este servir as demais áreas do município.

8.6 Ondjiva privada de água há mais de duas semanas

Jornal de Angola
07 De Outubro, 2019
Texto: Domingos Calucipa

A cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene, está privada de água potável há cerca de duas semanas, devido a uma ruptura na tubagem da

Estação de Tratamento de Água de Xangongo, situada a 96 quilómetros da urbe.

Por este motivo, muita gente está a consumir água retirada de poços, cacimbas e lagoas. Esta situação tem sido recorrente e até agora as entidades competentes não encontram solução. No centro da cidade e na periferia a procura de água é incessante. Em todos os cantos vêem-se pessoas com recipientes na mão, desde as primeiras horas do dia. A alternativa é tentar encontrar algum poço, cacimba ou lagoa, para onde também é conduzido o gado para beber. Este cenário verifica-se apenas em alguns municípios da província, particularmente em Curoca.

Nas principais artérias da cidade e em alguns bairros da periferia, alguns habitantes estão a recorrer a cacimbas com água turva, outros socorrem-se de vizinhos ou amigos que ainda possuem reservas em tanques plásticos e subterrâneos.

Na casa de Maria Manuel, no bairro Okapale, a água deixou de sair das torneiras no dia 28 deste mês. Os reservatórios, baldes e bidões já estão vazios, pelo que a família não teve outra alternativa senão recorrer ao poço de casa de onde só conseguiu retirar cerca de vinte litros.

No bairro de Oshomuquio, por exemplo, os habitantes estão a recorrer a uma pequena lagoa, de onde acarretam água para todos os fins, incluindo para beber, a qual algumas pessoas desinfectam com lixívia para evitarem contrair doenças intestinais. Constantino Jamba, residente em Oshomuquio, disse ao *Jornal de Angola* que nos últimos dias recorre a uma lagoa situada a cinco quilómetros da sua localidade, para onde se deslocam com a sua mota de três rodas.

Esta falha está a comprometer a actividade de muitas instituições, principalmente hospitais e escolas.

Versão da Empresa de Águas.

O responsável da Empresa de Águas e Saneamento do Cunene, Evangelisto Kamati, disse que se trata de rupturas dentro da Estação de Tratamento de Água de Xangongo, junto à captação do rio Cunene e no percurso Xangongo/Ondjiva.

Evangelisto Kamati informou que o problema está a ser causado, “sobretudo, pelos actos de vandalização praticados pelas populações residentes no perímetro, que furtam determinados equipamentos para retirarem água para o consumo e para o gado”. Sem adiantar prazos, o responsável assegurou que “o problema está a ser resolvido pelos técnicos da empresa”, cujo trabalho começou com a descarga de água da tubagem.

8.7 Constatada qualidade da água consumida

Jornal de Angola
9 De Outubro, 2019

A qualidade da água distribuída por cisterna à cidade de Luanda, credenciamento dos camionistas e outros aspectos ligados à actividade comercial da Eta do Kikuxi e Sudoeste mereceram, ontem, a atenção particular do secretário de Estado Lucrécio Costa.

O governante deslocou-se às estações do Kikuxi e Sudoeste na sequência do primeiro encontro mantido com o Conselho da Administração da Epal, responsáveis e Técnicos do sector, realizado em Setembro último.

Num encontro mantido com o Conselho de Administração da Epal, foram abordadas várias questões. Elídio Cruz, representante da empresa, explicou que os pontos de enchimento para camiões - cisterna, designadas "girafas", surgiram inicialmente junto dos centros de distribuição de Água (CD) para acudir situações de emergências de apoio aos bombeiros no combate à incêndios.

8.8 Governo promete meter ainda (muito) mais...Água

Jornal Folha 8
12 De Outubro de 2019

O Governo angolano (diz que) vai investir 500 milhões de euros na construção de novos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável nas sedes das províncias de Luanda, Benguela, Malanje, Moxico, Cuanza forte, Uíge e Huíla, a partir do segundo semestre de 2020, altura em que arrancam as obras"

A construção das intra-estruturas conta com O financiamento da Espanha, Japão, Alemanha e Índia e visa dar resposta às necessidades de melhoria da qualidade e quantidade de água destinada a mais de sete 7500"000 consumidores, bem como atingir uma cobertura dos 6500 para 8000"

A informação foi revelada, no Lubango, pelo secretário de Estado das Águas, Lucrécio da Costa, no final de uma visita de trabalho de dois dias à província da Huíla, onde avaliou o quadro do Programa

Integrado de Desenvolvimento Rural Local de Combate à Pobreza" Lucrécio da Costa fez saber que o Governo já dispõe de 509" do financiamento, aguardando que até Dezembro o valor total do financiamento esteja disponível, acrescentando que, neste momento, decorrem obras de construção de novos sistemas de abastecimento de água nas cidades capitais de Cabinda, Zaire, Huambo, Bié e Lunda Norte.

O governante reconheceu que a situação económica e financeira do país não é confortável, mas acredita que a cooperação existente com outros países poderá ajudar a preencher as lacunas no domínio de infra-estruturas sociais, salientando que, a nível da Huíla, há ainda projectos a serem desenvolvidos nos municípios da Chibia. Gambos, Cuvango e Humpata, através de ligações domiciliárias"

O Lubango, prevê-se a identificação de água subterrânea do aquífero na Nossa Senhora do Monte, arredores desta cidade, ainda em estudo, por formas a reforçar o fornecimento de água aos municípios.

Até 2016, foram construídos 350 quilómetros da rede de distribuição de água potável, no âmbito da segunda fase do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (Pdisa)

Avaliado em mais de sete milhões de dólares, na primeira fase, foram concluídos 60 quilómetros e 4.600 ligações aos domicílios nos bairros da Lage, Mitcha, Hélder Neto, Comercial e Lucrécia. esperando inserir-se mais 500 ligações com um outro financiamento e estimado em mais de 90 milhões de dólares.

Mais de metade dos cerca de seis milhões de agregados familiares de Angola, um país que é um dos maiores produtores africanos de petróleo e tem a dirigi-lo desde 1975 o mesmo partido, o MPLA, não têm acesso a água "apropriada" para beber e 31,6% têm nas lanternas (nada mau!) a forma de iluminação.

Estas conclusões resultam da análise aos números do censo angolano, realizado em 2014, mas cujos milhares de dados definitivos só foram divulgados em Março de 2016 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE),

O levantamento entende por água "apropriada para beber" a proveniente de fontes como torneiras ligadas à rede pública, chafarizes públicos, furos com bomba ou nascentes protegidas, incluindo-se neste grupo 43,6% dos agregados familiares.

A disparidade faz-se sentir entre o meio urbano e o rural, em que respectivamente 57,2% 0,9 milhões de

famílias) e 22,490 (484 mil famílias) conseguem consumir água ti da como segura.

Ainda assim, a água da rede pública com torneira em casa apenas serve 1790 dos 5.544.834 de agregados familiares (num total de população superior a 29 milhões de habitantes). Cabinda surge como a província com o melhor nível de acesso a água segura (7396 das famílias), enquanto o Cunene apresenta o pior registo: 23,3% dos agregados familiares.

Com um forte défice de produção de electricidade (que contrasta com o forte crescimento de bens de luxo) face às necessidades, o que leva a constantes estrangulamentos no fornecimento, Angola encara ainda a inexistência de redes para abastecer as zonas mais rurais.

O censo refere, recorde-se, que o acesso à rede de electricidade é apenas garantido a 1,7 milhões de casas (31,990), quase exclusivamente em zonas urbanas, já que na área rural apenas 48.173 agregados familiares são servidos. o estudo identifica que praticamente ao nível da rede eléctrica nacional (essencialmente nos grandes centros), as lanternas são a segundo principal fonte de iluminação. Servem mais de 1,752 milhões de famílias (31,6%). Seguem-se em alternativa os candeeiros (14,3%) e os geradores (9,36).

Já no saneamento básico - que o estudo considera como sendo a presença em casa de sanitas, pias ou com instalações ligadas a fossas sépticas e latrinas - chegava. segundo o primeiro censo realizado em Angola desde a independência, a 60% das famílias, novamente com uma forte disparidade entre urbano e rural: respectivamente 81,8% (2,7 milhões de agregados) e 25,9% (559 mil). Contudo, apenas 1,2200 das famílias que moram no meio rural tinham uma sanita ligada à rede pública de esgotos, enquanto nas cidades esse registo sobe para 6%.

Quase 44 anos depois da independência, 17 anos depois de alcançada a paz, o Governo dizia que queria duplicar até 2017 o abastecimento de água a Luanda, província com mais de 8 milhões de habitantes, e levar a água potável a mais 1,5 milhões de pessoas que moram em áreas rurais.

O sector da energia e águas deveria absorver quase metade da linha de crédito que a China concedeu a Angola para obras a realizar por empresas obviamente chinesas no país, alocando 2.174.238.412 dólares para 34 projectos que arrancaram em 2016.

Outra das metas anunciadas pelo MPLA/Estado passava por levar o Programa Água para Todos (PAT), de abastecimento às populações rurais, a mais

de cinco milhões de pessoas até final do 2017, num investimento global que rondava 1,5 mil milhões de euros.

A execução deste programa ultrapassou no terceiro trimestre de 2015 os 3,5 milhões de habitantes com acesso a abastecimento de água em áreas rurais, segundo dados do Ministério da Energia e Águas.

8.9 Ligações clandestinas de água foram desactivadas

Jornal de Angola

13 De Outubro, 2019

Texto: César André

Várias ligações clandestinas de água, no perímetro que liga a bomba de combustível da Pumangol ao Mercado da Madeira, na estrada principal do Calemba 2, no Distrito Urbano da Estalagem, foram desactivadas pela Administração Municipal de Viana.

A operação, que se estendeu ao longo de toda a semana finda, abrangeu também os sectores três e quatro da circunscrição e visou pôr fim às ligações clandestinas de água na localidade, que têm causado prejuízos diários à Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL).

O director municipal de Energia e Águas, José António, que acompanhou a operação, disse ao Jornal de Angola que a realização da operação é fruto de várias denúncias feitas por moradores, bem como de um trabalho apurado e de concertação entre vários órgãos, incluindo as comissões de moradores.

José António disse que a falta de água canalizada na circunscrição é o resultado da invasão que sofrem as condutas, por ligações clandestinas que procedem à extracção do líquido de forma imprópria para vários fins, incluindo para a lavagem de viaturas. Questionado sobre os passos a serem dados a seguir, o responsável disse que o primeiro é eliminar o fornecimento de água a esses locais e, posteriormente, fazer o reperfilamento da conduta que conduz a água para aquela zona do município de Viana.

O responsável municipal da Energia e Águas disse ser importante dar alguma estabilidade aos moradores dos bairros que se encontram ao longo do troço da conduta, para evitar que as famílias ali residentes abandonem as residências, devido à falta de abastecimento normal de água canalizada.

Joaquim Domingos, antigo morador do bairro Calemba 2, louvou o trabalho da Administração

Municipal de Viana e disse que há muito que essas acções eram esperadas por alguns habitantes locais.

“Enquanto uns pagam pelo consumo de água, outros desfrutam do precioso líquido sem gastar nenhum kwanza”, desabafou.

Valéria Rodrigues, também moradora, há mais de dez anos, na circunscrição, disse ser necessário apertar o cerco aos garimpeiros de água, não só os que danificam as condutas de água no Calemba 2, como do resto da província, e que têm como coniventes os próprios trabalhadores da EPAL.

O Jornal de Angola apurou que desde há muitos anos a EPAL se queixa da actividade dos “garimpeiros”, que causam danos às condutas, para desviarem água para tanques privados e camiões cisternas, a fim de ser comercializada em áreas onde o abastecimento é insuficiente ou não chega.

A luta contra o “garimpo” de água, desencadeada em operações conjuntas entre a Polícia Nacional e a EPAL começou, em 2011, no Kilamba Kiaxi, Samba, Belas, Viana e Cacuaco.

Os responsáveis da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) referiram em diversas ocasiões que o “garimpo” de água tem estado a causar diariamente prejuízos de nove milhões de kwanzas, bem como a danificação das infra-estruturas.

8.10 Água chega a mais de metade dos habitantes de Ambaca

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2019

Texto: Marcelo Manuel

Um total de 56 mil 760 pessoas, dos 82 mil habitantes do município de Ambaca, província do Cuanza-Norte, passou a beneficiar de água potável, depois da reabilitação do centro de captação e tratamento de água e a construção de chafarizes.

O administrador municipal, Malungo Catessamo, disse que foi instalado, recentemente, um sistema de abastecimento de água, por gravidade na localidade de Nzaji, comuna do Máuá, que permitiu a construção de três chafarizes com duas torneiras cada, que funcionam 24 horas por dia e servem cerca de 1.000 habitantes.

Nas comunas do Bindo, Tango e Luinga, segundo o administrador, todos os chafarizes foram reabilitados e as populações locais têm regularmente água. “Os sistemas de captação e tratamento estão a operar através de electrobombas”, precisou o responsável.

Malungo Catessamo fez saber que, no ano passado, foram construídos quatro chafarizes na periferia de Camabatela, que totalizaram 23 na região, pois já existiam 19. Estas infra-estruturas permitiram a criação de 1.750 ligações domiciliares.

Cerca de 22 por cento da população de Ambaca não têm acesso à água potável. “Já temos tudo projectado para reverter este quadro tão logo haja disponibilidade financeira”, disse o administrador municipal, informando que Ambaca é constituído por uma malha rodoviária secundária de 111 quilómetros.

Para Malungo Catessamo, a via de maior relevância em Ambaca é a que liga a vila de Camabatela à aldeia de Kanguimbi, num percurso de 25 quilómetros. “Esta via encontra-se em estado degradado, embora tenha sido intervencionada em 2018”, frisou, anunciando as construções de um ponteco no troço que liga a vila de Camabatela ao Hospital Regional e da Escola n.º 23 do ensino primário, com quatro salas de aula. “O município precisa de uma casa da juventude, centro recreativo, parques infantis, creche, entre outras infra-estruturas sociais”, sublinhou.

Dois quilómetros de estrada, dos sete que compõem o perímetro irrigado do Luinga, foram reabilitados, com o intuito de impulsionar a actividade agrícola na região de Ambaca.

Falta de energia eléctrica

O responsável disse que a falta a energia eléctrica da rede pública e de água canalizada tem condicionado a entrega de todas as casas do projecto dos “200 fogos”, que nesta altura tem 10 por cento das residências ocupadas.

A rede comercial de Ambaca é composta por 99 estabelecimentos, entre grossistas e retalhistas, nove dos quais estão inoperantes. O mau estado das vias tem criado grandes embaraços à circulação mercantil na região, e como resultado a população encontra dificuldades para adquirir produtos da cesta básica, pois o preço que muitos comerciantes praticam não está ao seu alcance.

O matadouro de Camabatela, construído numa área de 10,9 hectares e inaugurado em 2017, tem capacidade para o abate de 300 animais por dia, mas encontra-se paralisado por falta de matéria-prima. Segundo Malungo Catessamo, a região tem mais de 18 mil cabeças de gado bovino, espalhados em 532 fazendas pecuárias. O gado da localidade, por inoperância do matadouro, é abatido em localidades fora de Camabatela.

8.11 Vítimas da seca têm mais apoio

Jornal de Angola

26 De Outubro de 2019

Texto: João Upale e Manuel de Sousa

Pelo menos 500 motorizadas-cisternas foram entregues quinta-feira pelo Gabinete do Presidente da República, ao Governo Provincial do Namibe, para serem distribuídas à população das zonas mais afectadas pela seca.

A vice-governadora para a Área Política, Económica e Social, Josefa Cangombe, disse que brevemente o Governo da província vai fazer uma planificação adequada, para depois encontrar mecanismos de distribuição das motorizadas-cisternas.

Josefa Cangombe referiu que a situação geográfica da província do Namibe “não facilita”, por existirem muitas zonas acidentadas, que devem merecer um estudo aprofundado. “São áreas com cursos de rios muito largos e com rochas entre as montanhas e colinas”.

A governante fez saber que em algumas localidades os furos de água distam entre cinco a dez quilómetros e que as motorizadas-cisternas vão fazer com que a população deixe de percorrer muitas distâncias em busca de água.

Segundo Josefa Cangombe, os camiões-cisternas não conseguem alcançar as áreas de difícil acesso, daí a aquisição das motorizadas-cisternas.

Meio rural

A seca que assola a província do Namibe condiciona o desenvolvimento agrícola e afigura-se como o maior constrangimento aos projectos para a melhoria das condições e integração da mulher do meio rural no processo de desenvolvimento em curso no país.

Quem o diz é a presidente do comité da mulher rural da província do Namibe. Filipa Henriques Nimba, que falava na abertura do fórum provincial da mulher rural, disse que apesar das dificuldades que as mulheres vivem, devido à falta de chuva, elas não param de trabalhar e, através de sistemas de rega, produzem vários alimentos, que são vendidos nos mercados locais.

Maria Vievala, camponesa da cooperativa agrícola do município da Bibala, presente no certame, clama por mais apoios, por parte do Governo, no que concerne ao acesso célere aos créditos agrícolas, utensílios de trabalho, imputs agrícolas, bem como abertura de furos de água nas zonas agrícolas, para o maior desenvolvimento da actividade na sua localidade.

Teresa Caiela, da zona agrícola do Giraul de baixo, disse que o encontro vai permitir munir as mulheres rurais de mais conhecimentos sobre as actividades que realizam, para aumentar os níveis de produção, contribuindo assim para a diversificação da economia e para o combate à fome e à pobreza.

A vice-governadora da província do Namibe para o Sector Político, Económico e Social, Josefa Rebeca Cangombe, disse, na abertura do certame, que contou com mais de 300 mulheres rurais, em representação dos cinco municípios que compõem a província, que as várias acções integradas, com o envolvimento dos departamentos ministeriais, parceiros sociais e das próprias mulheres, são certamente o caminho para o alcance das estratégias de promover social e economicamente as mulheres rurais, suas comunidades e um contributo para a diversificação da economia.

“Nós, as mulheres, apelamos à adopção de tecnologias, simples e adaptáveis aos contextos dos grupos alvos, que capacitem as nossas companheiras no meio rural, para que o seu empoderamento as leve ao mesmo pé de igualdade no agronegócio e na cadeia de valores.” As participantes discutiram, entre outros, temas como “A agricultura familiar como suporte da dieta alimentar” e “O fomento ao crédito para actividades agrícolas”.

8.12 Bairros sem contadores de consumo de água

Jornal de Angola

30 De Outubro, 2019

Texto. Delfina Victorino

A falta de contadores nos bairros Helena de Almeida, Câmara, Popular e na comuna do Cunje tem facilitado o garimpo de água, segundo o presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento (EAS) no Bié, Menezes Chamale.

O responsável disse que alguns moradores dos referidos bairros têm contrato e revendem a água aos que possuem reservatórios (tanques) de grande capacidade.

Menezes Chamale fez saber que foi criada uma área para a sensibilização dos moradores no sentido de terem a cultura de pagar a água que consomem. “As empresas de água e saneamento em todas as províncias são actualmente independentes na criação de políticas de funcionamento, bem como na aquisição de reagentes e produtos químicos para a água, manutenção dos meios e pagamento dos funcionários”, lembrou

O centro urbano da cidade do Cuito é abastecido pela antiga captação de água do rio Cussola, que não suporta a procura populacional, explicou o presidente do Conselho de Administração da EAS no Bié.

Canalização

Moradores do bairro periférico Santo António, adjacente ao centro da zona urbana do Cuito, já têm água canalizada, na sequência da inauguração da nova captação de Kuquema, aquando da visita ao Bié do Presidente da República, João Lourenço.

O PCA da EAS no Bié esclareceu que os moradores dos bairros Azul I, II, Militar, Njele e Santo António devem apenas fazer os contratos para que a água jorre nas torneiras de suas casas.

8.13 Município de Xá-Muteba tem mais água potável

Jornal de Angola

31 De Outubro, 2019

Texto: Armando Sapalo

Bairros da sede municipal de Xá-Muteba, na província da Lunda-Norte, contam com mais água potável, com a entrada em funcionamento do novo sistema de captação, tratamento e distribuição, construído no quadro do Programa de Investimentos Públicos.

Em declarações à imprensa, o responsável da área técnica da Administração Municipal de Xá-Muteba, Santos Alberto, explicou que, além da captação, foram construídas outras infra-estruturas, com destaque para um reservatório de trinta mil litros de água e nove fontanários, cada um com seis torneiras. Até ao momento, conforme esclareceu, foram feitas 388 ligações domiciliárias, das cerca de 450 previstas no projecto. O responsável da área técnica da Administração Municipal de Xá-Muteba avançou que a distribuição de água é feita de forma intercalada, com vista a facilitar as acções de manutenção e controlo dos equipamentos.

“Num dia fazemos a distribuição e noutro interrompemos para facilitar que os técnicos possam fazer a manutenção e controlo dos equipamentos”, afirmou Santos Alberto. Com a entrada em funcionamento do novo sistema de captação, tratamento e distribuição, a população de Xá-Muteba considera que estão criadas as condições para que as pessoas deixem de percorrer longas distâncias em busca de água, até então retirada em lagoas e cacimbas. A munícipe Ana Francisco realçou que acabaram as dificuldades que as famílias residentes na sede municipal de Xá-Muteba enfrentavam, para terem acesso à água. “As pessoas eram obrigadas a sair cedo de casa para ir buscar água nas lagoas e cacimbas, que muitas vezes causava doenças.”

Alargamento da rede

As autoridades da Lunda-Norte estão, junto das estruturas centrais do Executivo, empenhadas em desenvolver vários projectos sociais, com vista a reduzir o impacto causado pela falta de água potável, sobretudo nas zonas de aglomerados populacionais. No mês de Setembro deste ano, foi anunciado que cerca de quinze mil famílias, de dez bairros da zona periférica e periurbana da cidade do Dundo, vão beneficiar de água potável, com a entrada em funcionamento das novas redes de produção e distribuição, no âmbito do projecto de desenvolvimento institucional do sector (PDISA), com o início das obras previsto para Janeiro ou Fevereiro de 2020.

A garantia foi dada pela especialista da unidade de coordenação do projecto do Ministério da Energia e Águas, Helena Elias, durante um seminário sobre o plano de implementação de mecanismos de resolução de reclamações, realizado no Dundo. A especialista explicou que as obras que visam aumentar a capacidade de produção e distribuição de água potável, em nove cidades capitais de Angola, são financiadas pelo Banco Mundial.

Helena Elias explicou que o projecto, que prevê maior incidência no alargamento da rede de distribuição aos aglomerados populacionais das zonas periféricas dos distritos urbanos do Dundo e do Mussungue, na capital da Lunda-Norte, vai permitir a abertura de quinze mil ligações domiciliárias, em dez bairros, numa extensão de 150 quilómetros.

“Antes do início das obras do novo projecto de alargamento da rede de distribuição da capital da Lunda-Norte, existe uma série de acções sociais e ambientais preliminares que devem ser desenvolvidas pelos técnicos do ministério de tutela, em coordenação com as autoridades do Governo Provincial e da empresa pública local gestora do

sistema de águas e saneamento”, explicou Helena Elias.

O Banco Mundial, conforme alertou Helena Elias, só financia projectos que sejam ambiental e socialmente sustentáveis, daí a necessidade de se exigir aos governos provinciais documentos sobre o quadro do sistema de saneamento básico das cidades, assim como as políticas de reassentamento, como condições para avançar com as obras.

Sem avançar os custos das obras, a especialista da unidade de coordenação do Ministério da Energia e Águas destacou que se trata de um projecto sustentável, que vai oferecer melhorias significativas nos serviços de abastecimento de água potável aos habitantes da cidade do Dundo.

Entre as principais exigências tendentes à viabilização do projecto, acrescentou Helena Elias, figuram o enquadramento da legislação ambiental e laboral angolana, metodologias de monitorização e definição de um organigrama de comunicações e responsabilidades.

9. GENERO E VIOLENCIA

9.1 Polícia prende mais de 160 armas todos os meses

Novo Jornal

18 De Outubro de 2019

Texto: Teresa Fukiady

Todos os meses, a Polícia Nacional (PN) recupera das mãos de meliantes, em média, 167 armas de fogo. Em oito meses (de Janeiro a Agosto), foram apreendidas 1.336 armas de fogo de diversos calibres em todo o país. Os números são de um relatório da PN a que o Novo Jornal teve acesso e que coloca Luanda na liderança da lista, com 835 armas apreendidas.

A capital do país só perde para as províncias da Huíla e de Benguela, que tiveram um registo de 87 e 71 apreensões, respectivamente. Namibe, com uma arma apreendida, e Lunda-Norte, com duas, foram as que menor registos tiveram.

Usadas para o cometimento de vários crimes, algumas dessas armas tiveram como proveniência os armários da Polícia e das Forças Armadas Angolanas (FAA). A afirmação é do próprio comandante-geral da PN, que recentemente, em entrevista à Rádio Nacional de Angola, apontou polícias e militares como fornecedores de armas aos delinquentes.

"Outras [armas] eventualmente são desviadas por indisciplinados, por pessoas pouco coerentes, dos nossos armeiros, quer sejam militares quer sejam policiais", acusou Paulo de Almeida.

O comandante acredita haver ainda muitas armas em posse de cidadãos, razão pela qual garantiu estarem a decorrer investigações para se apurar as proveniências dos armamentos. Avançou, na ocasião, que o órgão que dirige solicitou o agravamento das penas para a posse ilegal de armas, mas não foi atendido.

Dados da Comissão de Desarmamento da população apontam que, desde a sua criação em 2008, até a sua desactivação em 2017, por falta de dinheiro, foram recolhidas em todo o país mais de 150 mil armas e destruídas outras mais 110 mil.

Armas «mataram» 180 pessoas

O documento da PN avança ainda que, no mesmo período, foram registados 189 homicídios com recurso à arma de fogo. Luanda lidera também nos

registos de homicídios com 127 casos, a seguir da Lunda-Norte e Huambo, com 15 e 12 casos respectivamente.

O relatório de Segurança Pública da PN de 2018 mostra que foram apreendidas 2.107 armas de fogo, numa média mensal de cerca de 176 armas. Segundo o relatório, dos 72.174 crimes registados no ano passado, 5.199 crimes, o equivalente a 7 por cento, foram com recurso à arma de fogo e resultaram em 307 homicídios. De acordo com a polícia, as armas de fogo são também os principais instrumentos utilizados para roubos.

Mais de 27 mil armas nas «mãos» das Empresas de segurança

Até Maio do ano passado, de acordo com Paulo de Almeida (numa entrevista ao jornal Nova Gazeta), as últimas actualizações da Polícia davam conta da existência de 27.032 armas de fogo em posse das 1.045 empresas de segurança privada e de auto-protecção em funcionamento.

A PN chegou a anunciar que, a partir de Setembro de 2018, as empresas deixariam de usar as armas AKM (Kala-shnikov), passando para as de calibre inferior a 9 mm. A medida enquadra-se no projecto de desarmamento destas empresas e prevê ainda que os agentes de segurança privada sejam obrigados a frequentar um curso específico e ostentar uma carteira profissional. Em 2016, Paulo de Almeida chegou a acusar as empresas de segurança privada de serem o suporte logístico da criminalidade violenta no país, assegurando que muitas das armas usadas pelos marginais eram obtidas nestas empresas.

De acordo com a Lusa, no ano passado, o Presidente da República autorizou despesas de 2,84 milhões de dólares para a aquisição de armas letais e não letais para comercialização das empresas privadas de segurança.

O NJ contactou a PN para mais esclarecimentos sobre o processo de desarmamento em curso no país mas não teve sucesso. Lembre-se que não foi a primeira vez que este semanário enfrentou inúmeras dificuldades na obtenção de informações junto da Polícia Nacional.

10. AMBIENTE

10.1 Atear fogo em florestas leva à responsabilização

Jornal de Angola
2 De Outubro, 2019

As pessoas que forem apanhadas a atear fogo nas florestas vão ser responsabilizadas civil e criminalmente. A advertência é dos Ministérios do Ambiente e da Agricultura e Florestas e surge em função de se ter verificado, no Cuanza-Sul, “atitudes assumidas por populares, que de forma irresponsável, ateiam fogo na floresta do Cumbira, provocando, com isso, queimadas de grande escala”.

Num comunicado, as duas instituições informam “que têm vindo a acompanhar, com bastante preocupação e repúdio, a prática tem contribuído para o desmatamento da floresta do Cumbira, que é de” valor inestimável para o país, devido a sua importância no sequestro de carbono, bem como pela sua riqueza em diversidade biológica”.

“Por se tratar de uma prática criminosa, as direcções destes departamentos ministeriais informam que não vão tolerar a acção destes indivíduos, que tende a destruir o património natural e ambiental”, lê-se no comunicado, sublinhando que a floresta do Cumbira “contribui grandemente para o equilíbrio ecológico, importante para a vida humana”.

“Pelo grande valor e importância que lhe é atribuída, a floresta concorre para uma das novas áreas de conservação para protecção da fauna e flora selvagem de Angola” prossegue o documento.

A floresta do Cumbira, localizado no coração da Serra com o mesmo nome, é uma das três áreas terrestres da biodiversidade, com a Serra do Pingano e o Morro do Moco. Angola conta com 14 áreas de conservação terrestres, correspondendo aproximadamente a 13 por cento do território nacional distribuídos por um parque natural regional, nove parques nacionais, duas reservas naturais integrais e duas reservas parciais. No âmbito da reabilitação e operacionalização dos parques e das áreas de conservação, deu-se início, em 2011, à criação de três novas áreas de conservação, nos parques nacionais do Maiombe, Mavinga e do Luengue-Luiana.

A conservação da biodiversidade não concerne

apenas aos biomas terrestres, mas também aos ecossistemas marinhos, sobretudo num país como Angola, que tem mais de mil e seiscentos quilómetros de costa marítima.

10.2 Estudantes propõem solução para o fim da seca no Curoca

Jornal de Angola
2 De Outubro, 2019
Augusto Cuteta

A instalação de um sistema de recaute e drenagem de água, a partir do rio Cunene, é a solução encontrada por estudantes do terceiro ano de Engenharia Mecânica do Instituto Superior Técnico Militar (ISTM), para mitigar a seca no município do Curoca.

Apresentada pelos cadetes Sofonias João e Telma Teka, na primeira edição da Feira de Inovação e Desenvolvimento da Universidade Agostinho Neto, a solução de recaute, que é a elevação de um fluido da zona baixa para a zona alta, por sistema hidráulico, é resultado de um estudo científico levado a cabo para dar resposta aos problemas da seca no sul de Angola, com incidência sobre a região do Curoca, o município mais afectado pelo fenómeno a nível da província do Cunene.

Denominado “Sistema de recaute e drenagem de água para aplicação no Cunene”, o projecto, que pode ser apresentado, dentro de semanas, aos responsáveis provinciais, baseia-se na captação de água, a partir do rio Cunene, que dista cerca de cinco quilómetros das zonas habitadas do Curoca, tratamento e distribuição à população.

Para a captação, Sofonias João e Telma Teka explicaram que o sistema vai recorrer a fontes, como nascentes, chimpacas e cacimbas, além do rio, por meio de máquinas hidráulicas, tubagens e válvulas. Ainda sobre a captação, os cadetes realçaram que o sistema vai precisar de um reservatório, normalmente instalado numa estação de tratamento de água (ETA), serviço que não existe no Curoca.

Os estudantes de Engenharia Mecânica avançaram que o tratamento vai cumprir um fluxograma, que inicia com a retirada da água bruta para uma mistura rápida, seguida de floculação (processo em que são adicionadas à água substâncias químicas chamadas coagulantes) e decantação.

Seguidamente, continuaram Sofonias João e Telma Teka, o fluxograma de tratamento de água vai basear-se ainda na filtração das partículas aglomeradas de impurezas, para se fazer a adição de cloro e de fluor,

no sentido da obtenção da água potável.

No que toca à distribuição, os cadetes sugerem no projecto que seja feita por meio de chafarizes, por canalização para residências e por camiões-cisternas. Para o município do Curoca, que tem uma população estimada em 41.087 habitantes e 375 cabeças de gado, o projecto calculou quatro categorias de consumo, sendo o caseiro ou doméstico, institucional, industrial e animal (gado).

O estudo dos cadetes do ISTM aponta que o consumo caseiro pode atingir os 24 litros por dia, o institucional cerca de 200, enquanto o animal 15 por gado.

Caso o projecto seja aproveitado pelo Governo Provincial do Cunene, a categoria industrial não vai ser ainda introduzida no terreno por não existir este tipo de serviço a nível do município do Curoca, com sede na comuna de Oncócuca.

Com duas comunas (Oncócuca e Chitado), o Curoca, um município que fica a 333 quilómetros de Ondjiva, a capital da província do Cunene, é habitado por povos vatwa, mungambwe, muhimba, muhakavona, kavikwa e ndimba, que praticam maioritariamente a pastorícia.

Nesta região, a seca é um problema que se arrasta desde 1995, mas os 86 bairros de Curoca passaram a sentir com maior incidência as consequências do fenómeno em Agosto do ano transacto. Em consequência disso, lamentam os cadetes, alunos abandonaram as escolas, há mortes de pessoas e de animais e a agricultura foi gravemente prejudicada.

Além de iniciativas privadas, para resolver a problemática da seca no município do Curoca, o Executivo está a desenvolver um plano que visa a construção de canais de água para abastecer a região a partir do rio Cunene.

Uma das soluções, de curto prazo, é a criação de um canal para abastecer a sede municipal, Oncócuca, enquanto uma outra, de médio prazo, visa alimentar o rio Curoca, que tem o caudal muito baixo, no sentido de este servir as demais áreas do município.

10.3 Alterações climáticas causam prejuízos de 750 milhões de dólares em cinco anos

Jornal de Angola

03 De Outubro de 2019

Texto: Santos Vilola

Foi apresentado, em Nova Iorque, na Cúpula sobre Acção Climática e lançado o relatório "The Heat is On" sobre o aquecimento global pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O relatório aponta como uma das cinco principais conclusões o facto de os países mais afectados pelas alterações climáticas estarem também entre os que agem mais rapidamente para a redução das suas emissões. O que significa isso para Angola?.

O relatório do PNUD conclui que cerca de 75 países pretendem intensificar a sua ambição de reduzir as emissões, em 2020, e muitos deles são países vulneráveis às alterações climáticas e com menos pulso financeiro comparados com Angola. A participação de Angola ao nível mais alto em duas cimeiras, em Nova Iorque, na semana passada - do Clima e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável - demonstra o compromisso dentro do país e globalmente. Angola tem certamente tomado medidas em tomo da acção climática. Por exemplo, as adições à energia renovável colocaram Angola entre os principais países do mundo nos últimos anos. Não há razão para Angola não se juntar a países de referência como Marrocos, Etiópia e Chile, e ajudar a liderar o mundo em direcção ao objectivo mais ambicioso de permanecer no aumento de 1,5 grau da temperatura global. Na Cimeira do Clima da semana passada, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, apelou aos líderes mundiais para trazerem planos ambiciosos.

Tendo em conta o impacto da seca em Angola, sobretudo na região sul, haveria muito a ganhar em ajudar a direccionar o mundo para um futuro de baixo carbono, isto é, liderar pelo exemplo. O PNUD está a apoiar cerca de 100 países a alcançar os planos

mais ambiciosos que o mundo precisa para garantir um futuro para gerações vindouras. Angola está entre esses países?

Em 2015, durante o COP que teve como marco o Acordo de Paris, Angola apresentou contribuições nacionalmente determinadas (em inglês NDC's) indicativas muito ambiciosas. Agora, Angola como todo está a finalizar as NDC's para apresentar em 2020. Sim, o PNUD está lado-a-lado com Angola neste esforço, usando toda a sua capacidade global e as experiências do seu engajamento em 170 países. O PNUD também expandirá o seu portfólio - já o maior do Sistema das Nações Unidas sob alterações climáticas - para ampliar a acção global e apoiar Angola no acesso ao financiamento global e na sua implementação. Aqui, há uma dimensão técnica, mas que no fundo relaciona-se com o desenvolvimento de uma visão e um compromisso nacional, e isso precisa de um diálogo abrangente, incluindo todas as partes da sociedade. A cimeira da semana passada destaca - se pelo sentido de urgência e de acção, mas também pela voz da juventude que, tenho a certeza, contribuiu para esse fim. Pessoalmente, espero poder ver, em Angola, um diálogo sobre o clima no qual todos os jovens, as mulheres e os homens estejam comprometidos.

O que Angola poderia fazer imediatamente para reduzir as emissões?

É interessante ver os países mais ambiciosos a comprometerem -se, apesar de ainda não saberem todas as formas de como alcançar a meta almejada. Isso incentiva a inovação e espero que Angola possa também vir a estabelecer um padrão alto. No entanto, olhando para opções bem testadas e de baixo custo, há pelo menos três conquistas rápidas que Angola pode realizar e, provavelmente, sozinha, que poderão colocar o país no grupo dos países com melhor desempenho. Primeiro, mais energia renovável. Angola já atingiu impressionantes 50 por cento de renováveis. Isto se deve em grande parte aos aumentos gigantescos na capacidade de energia hidroeléctrica. Mas Angola também tem um grande potencial para outros tipos de energia, principalmente a solar.

Comparada a outros países Angola faz investimentos aceitáveis nas renováveis?

O mundo não tem escassez de investimentos do sector privado na energia renovável, e um dos caminhos mais rápidos para Angola seria colmatar os desafios enfrentados nos quadros institucional e legal, que actualmente limitam o sector privado para investir em energias renováveis no país, seja em pequenas instalações domésticas como em redes de

grande produção. O PNUD e os nossos parceiros e outras agências internacionais estão prontos para apoiar nesse esforço.

Disse "primeiro, mais energia renovável", tem mais? Sim, segundo, a eficiência energética. Angola pode rapidamente definir padrões de eficiência energética para novos prédios e aparelhos eléctricos e procurar onde será economicamente viável a adaptação retroactiva. Com a produção de electricidade a partir de fontes renováveis, um passo lógico a seguir seria também o de veículos eléctricos. E o primeiro passo mais simples nesse sentido é, geralmente, o transporte público, tais como autocarros e táxis ligeiros. Existem também importantes benefícios à saúde associados a tudo isso, além do clima. O transporte ecológico e emissões mais baixas nas cidades de Angola protegeriam crianças, mulheres e homens. Terceiro, como Angola sugeriu nas chamadas contribuições nacionalmente determinadas (NDC's) apresentadas em Paris, em 2015, grandes reduções de emissões podem ocorrer através da gestão de florestas e de terras, que promovam redução na degradação do ambiente.

Angola pretende caminhar rapidamente para diversificar a economia. Também seria importante garantir que novas indústrias e negócios sejam concebidos com recurso a energias renováveis e limpas?

Absolutamente. Como Angola está a dar passos rápidos para diversificar a sua economia, seria também importante garantir que novas indústrias e negócios sejam desenvolvidos tendo em mente o uso de energia. Curiosamente, em algumas partes do mundo, os investidores institucionais começam a optar por edifícios ecológicos, visto que o alto custo de construção é mais do que compensado pelo valor de longo prazo do edifício. Não é difícil para Angola lá chegar. Em outros contextos, nota-se um desenvolvimento positivo semelhante. Cada vez mais, o sector privado e os investidores institucionais estão a investir o seu dinheiro em áreas que podem fazer diferença para as pessoas e contribuem positivamente para o meio ambiente.

Angola vive uma seca prolongada na região sul. Como encara o impacto das alterações climáticas em Angola?

Juntamente com outros parceiros, o PNUD apoiou Angola na avaliação do impacto da seca e no plano de acção e sabemos que 1,2 milhão de pessoas estão severamente afectadas pelo impacto de desastres naturais e alterações climáticas em Angola. O país demonstrou as melhores práticas internacionais, adoptando medidas necessárias em nove sectores,

para criar resiliência e evitar que todos os anos as pessoas no sul e noutras partes do país sejam afectadas pela seca e inundações. O quadro de resiliência de Angola é excelente e a minha esperança é que Angola possa avançar com a sua implementação. Isso significa ampliar a escala do que já estamos a fazer. Conhecemos as soluções que nos permitirão atingir esse desiderato e elas já estão a ser implementadas.

É possível quantificar os prejuízos deste impacto?

No grande projecto implementado pelo PNUD na bacia do Cuvelai sob a liderança do Ministério do Ambiente e com a colaboração de todos os outros parceiros, podemos observar como os sistemas de água movidos a energia solar e a organização das comunidades em grupos locais para a gestão de água e saneamento e de desastres estão a fazer a diferença. O impacto do EI Nino e as alterações climáticas custaram a Angola 750 milhões de dólares em cinco anos, de 2012 a 2016. O investimento de 475 milhões de dólares propostos para criar a resiliência, ajudará a evitar o sofrimento contínuo que se observa, para além de ser também, na verdade, uma melhor utilização do dinheiro que o país está a injectar na resposta.

O que pode vir a seguir para Angola?

O primeiro passo seria envolver todos os angolanos nos compromissos de redução de emissões e demonstrar a acção real que o Secretário-Geral da O U apelou, na semana passada, nas áreas das energias renováveis, da eficiência energética nos edifícios, do transporte e da indústria e florestas. O outro passo é continuar com as acções para criar resiliência para os milhares afectados pelas alterações climáticas em Angola implementar o quadro de resiliência. Obviamente, a ratificação do Acordo de Paris é também um passo imediato a dar.

Há um projecto de produção de carvão vegetal na cidade do Huambo, com a finalidade de melhorar a eficácia no consumo da biomassa, que tem o apoio do PNUD. Como espera que isso funcione e que impacto pode ter na economia nacional?

O PNUD colabora com os ministérios do Ambiente, Florestas e Energia para viabilizar a produção de carvão vegetal de forma sustentável, e existem outros passos que podem ajudar a reduzir a perda de florestas e a regenerar ou a combater a degradação da terra. Acabamos de publicar um filme muito interessante, disponível no site do PNUD Angola, sobre o que acontece quando concedemos às comunidades o dever de proteger, mas também o direito de usar, de forma sustentável as áreas

florestais. Esse passo ajuda a expandir a cobertura e a densidade florestal, contribuindo assim para o clima, bem como para a geração de renda. Temos a experiência de muitos outros países, particularmente de países da Ásia e América Latina, que têm uma longa história em silvicultura comunitária. Angola é dotada de vastas áreas florestais e, com os incentivos certos, pode se proteger florestas e gerar rendas mais altas.

10.4 “Conhecer os ciclos do clima evita prejuízos avultados”

Jornal de Angola

04 De Outubro de 2019

Texto: Isaquiel Cori

É engano que em Angola existem apenas duas estações climáticas anuais - a chuvosa e a seca - conforme o actual consenso?

Eu digo que não. Temos de respeitar a opinião feita há vários anos. A divisão somente em duas estações (chuvosa e seca) não ajuda a encontrar pormenores para uma planificação mais exacta das actividades humanas e gestão dos fenómenos da natureza. Considero que os conhecimentos e prognósticos do tempo em Angola, senão mesmo em África, são ainda menosprezados. Até hoje, nunca tiramos proveito do calor que a África Subsaariana possui para fornecer produtos hortícolas e flores para o Norte da Europa e da América durante o Inverno. Recordo que mesmo na Europa o ano era dividido em duas estações: o período quente - (Primavera, Tempus Veranus e Estívum) e o período frio (Tempus Autumnus e Hibernus). Depois, evidências científicas obrigaram à divisão do ano em quatro estações.

Os resultados a que chegou estão assentes numa recolha de saberes empíricos tradicionais, ancestrais ou se baseiam em estudos científicos verificáveis?

Por um lado, resultam do empirismo, porque, ao longo de mais de vinte anos, tenho me dedicado à produção agrícola nas províncias do Uíge, Cuanza-Norte, Malanje e Huambo. As observações das variações do tempo e do clima são, para o agrónomo, de extrema importância para definir as melhores datas de sementeira e colheita. As estações do ano, na base dos saberes tradicionais ancestrais em línguas locais, assemelham-se às variações do tempo e das estações do ano no Hemisfério Norte. São estudos científicos passíveis de verificação, visto que em 2004 realizei estudos simultâneos na Estação Experimental de Chianga, no Huambo, e nos campos da Academia Timiryazev, em Moscovo, na Rússia. As variações do

tempo ao longo do ano eram equivalentes, simétricas na sua amplitude. Cada vez mais fui consolidando a hipótese de existência de estações do ano simétricas, tanto no Hemisfério Norte como no Hemisfério Sul.

Se observarmos os períodos de sementeira do feijão, soja e milho, coincidem exactamente com estas estações do ano que evocamos. O início de cada estação e as diferenças existentes entre as localidades em Angola resultam do afastamento em relação ao Equador, isto é, ao deslocar-se do Norte ao Sul. Nas entrevistas com sobas e velhos das aldeias, eles dizem que estas estações do ano já existiam desde o passado remoto. Infelizmente, os portugueses não consultaram ninguém ou simplesmente desprezaram os conhecimentos locais sobre o clima e as variações do tempo. São evidentes os sinais de mudança e as variações do tempo, com base nas quais as cegonhas orientam-se nas suas migrações, bem como os patos de água e os bagres. Os homens orientam-se com as variações do tempo para o exercício da agricultura e da pecuária e da caça aos grandes antílopes. Os dias longos ou curtos sustentam a produção de mel das abelhas selvagens e os rituais culturais de casamentos, circuncisão, grandes travessias em desertos e o comércio inter-regional.

Já publicou o resultado dos seus estudos, sobre as variações climáticas em Angola, em alguma revista científica académica, nacional ou internacional? Não. Esse estudo tem sido realizado em simultâneo com a produção agrícola, para ajudar os agricultores e os empresários jovens que ainda não possuem experiência na agricultura. Existe um projecto e uma equipa de professores universitários interessados. A grande dificuldade é como chegar às 18 províncias e realizar entrevistas, ao menos, em cinco línguas nacionais, durante dois ou três anos de observações. Apesar de ser muito importante, nem sempre é fácil encontrar recursos para o efeito. Por isso, estamos aqui para evidenciar estes conhecimentos. Pode ser que surja alguém que apoie o estudo, o seguimento das observações e a sua publicação em línguas locais.

Ou, pelo menos, já submeteu o seu estudo ao INAMET, por exemplo?

Não. Mas tenho informação da existência de vários interessados, que recomendam atrelar o estudo com os dados do INAMET sobre o tempo em Angola. Também acho isso importante e necessário. Em 1997 e 1998, por minha iniciativa, reerguemos os pluviómetros nos municípios do Uíge e Negage, ainda durante o período de pouca estabilidade política que assolava o país. Para mim, sendo agrónomo, o estudo das variações do tempo foi sempre um assunto na minha agenda, pela sua importância na planificação do agro- negócio.

O quadro das estações climáticas que apresenta é relativo a todas as regiões do país ou a uma determinada região?

Este quadro é genérico. Como eu disse, as variações das estações estão relacionadas com o afastamento ou a aproximação ao Equador (do Norte ao Sul). Essas estações observam-se em todo o país. Hoje, apesar de eu não ter domínio de outras línguas locais, tenho informações de que também existem noutras regiões de Angola. A maior dificuldade reside na impossibilidade de viajar às 18 províncias para fazer entrevistas, marcar e fotografar a natureza (variação da vegetação) ao longo do ano, sob a influência das variações das temperaturas, das precipitações atmosféricas e outros factores.

A terminologia aplicada remete imediatamente para a cultura Kongo. Daí, extrapolou as conclusões para todo o país?

Replico dizendo que não domino outras línguas nacionais, não queria arriscar traduzir as estações para outras línguas locais. Todas as observações e variações do tempo são possíveis e passíveis de verificações. Em Angola, em função ao paralelo, as datas do início e fim de cada período podem variar. Por exemplo, numa mesma província, o mês de início das precipitações atmosféricas (chuvas) nem sempre é igual em cada localidade. A generalização do assunto é uma forma de chamar a atenção a todos os interessados para a importância de que se reveste o tema e a abrangência dos seus efeitos na vida de todos os angolanos.

Considera as conclusões a que chegou uma verdade "indiscutível"?

Sim. Pode ser que agora tenha pouco argumento e recursos sobre o assunto, devido à dificuldade de aprofundar as pesquisas, mas tenho confiança absoluta que o tempo vai demonstrar a sua validade. Os livros escolares no país, a breve trecho, irão falar da existência das quatro estações do ano. Já que Angola está a fomentar a actividade agropecuária, estes conhecimentos sobre o clima e suas variações serão importantes para produzir em maiores quantidades' afinar a qualidade, reduzir custos, prevenir doenças do gado ...

Durante a sua formação académica, e no seu passado profissional, esteve dedicado ao estudo do clima ou vinculado a instituições de estudo do clima?

Sou engenheiro agrónomo e doutorado em Fitotecnia (cultivo de plantas). Nasce numa pequena aldeia do Bembe e vivi nesta aldeia até aos 13 anos. Ajudava os meus pais nos trabalhos do campo e gostei sempre de

conhecer o clima. Hoje, dedico-me ao estudo do clima e das suas variações, como mais uma confirmação dos conhecimentos que vivo e vivi desde criança.

A Climatologia fez parte dos meus estudos. Estudei Meteorologia ao longo da formação. Estudei no Cazaquistão, um país desértico com um clima árido; também estudei na Rússia, numa região com um Verão curto. Nestes países, o conhecimento do clima e as variações do tempo constituem a base da planificação agro-pecuária e do sucesso do agonegocio. O desprezo por estes conhecimentos traz consigo surpresas e prejuízos avultados, como é o caso que assombra o Sul de Angola. O clima é um factor a ter em consideração em todos os sectores da vida nacional, já que influencia a vida de todo o ser vivo.

Se estudos como o seu fossem tidos em conta pelas autoridades, evitava-se o que está a acontecer actualmente no Sul?

Sim. Poderia diminuir os efeitos negativos. Isto é, ao invés de produzir danos - as variações do tempo ou mesmo as secas nunca vão trazer lucros para ninguém - mas ao menos poderia reduzir os efeitos negativos, como a perda de vidas humanas, empobrecimento das famílias, os avultados custos para o Orçamento de Estado e, ainda, evitava-se o constrangimento junto da comunidade internacional, como se não tivéssemos a capacidade de gerir calamidades naturais em Angola. Considero que devemos marcar o primeiro passo e o início é sempre o mais difícil e controverso. Os conhecimentos sobre o clima e as suas variações ajudam a reduzir os efeitos negativos do tempo e a produzir oportunidades.

Apesar das alterações climáticas globais, que são cada vez mais evidentes, mantêm-se absolutamente válidas as conclusões a que chegou?

As alterações climáticas globais vão influenciar, sobremaneira, no clima de Angola e é importante dizer que estas alterações vão produzir mudanças na duração das estações do ano. Por isso, seria necessário sabermos como estamos hoje, para nos adaptarmos amanhã. As alterações climáticas são ou serão nefastas para aqueles países "distráidos", que não tomarem medidas antecipadas para reduzir os seus efeitos negativos. Os mais atentos poderão gerar negócios lucrativos. Um pequeno exemplo: nas regiões frias, se as alterações climáticas globais provocarem aumento de temperatura e chuvas abundantes os efeitos negativos serão as cheias e a erosão dos solos cria-se uma oportunidade para o agro-negócio, através da plantação de palmeiras, que

evitarão a erosão dos solos e produzirão oxigénio e óleo para biocombustíveis.

Quais são os passos que pretende dar, para fazer valer as suas teses?

Realizar estudos em toda Angola, encontrar as traduções das estações do ano nas línguas locais de Angola, desenhar o mapa de Climatologia. Se possível, realizar estudos comparativos com o trabalho do engenheiro Castanheira Dinis, na obra "Características Mesológicas de Angola de 1973 a 2003". Também, se for possível, cooperar com outros estudiosos do clima na região da SADC. O grande objectivo é apresentar um livro sobre as estações do ano em Angola, que possa contribuir para a planificação, gestão de fenómenos relacionados com o clima e meio didáctico para as escolas. Enfim, para o resgate dos valores e conhecimentos dos povos de Angola.

Essa conclusão, segundo o engenheiro agrónomo, resulta de estudos que realizou durante três anos, baseados em observações, entrevistas a camponeses, caçadores e pescadores das comunidades rurais dos municípios do Bembe, Uíge, Songo e Ambuíla. Domingos dos Santos disse ter ouvido também geógrafos e biólogos e utilizado informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET).

O investigador refuta categoricamente o consenso actual que aponta para a existência no país de apenas duas estações climáticas (período quente e cacimbo), por basear-se unicamente na ausência de chuvas.

"É pouco coerente e muito relativo o estabelecimento dos referidos períodos em Angola. As precipitações atmosféricas verificam-se em todos os meses, somente variam as suas quantidades", justifica.

Ele tem em conta outros indicadores e padrões climáticos' associados às actividades socioeconómicas e socioculturais dos povos. Pelo que, segundo afirma, o estudo das estações do ano com base nos conhecimentos dos povos das localidades analisadas, associados a dados científicos, permitiu-lhe criar um quadro das quatro estações em Angola, "cujos nomes podem ser alterados de região para região, sem influenciar as variações climáticas".

O investigador refere que o seu estudo vai ser amplamente divulgado nas principais línguas nacionais, para auxiliar os agricultores, silvicultores, pecuaristas e outros profissionais, cuja actividade está ligada à terra e ao clima, para que possam programar

atempadamente as suas tarefas, bem como prevenirem-se de quaisquer intempéries.

"As estações do ano influenciam as actividades do homem na agricultura, navegação aérea e marítima, na moda, na gastronomia e no estado de espírito de cada indivíduo. Reconhecer o valor do conhecimento na base das tradições e culturas dos povos de Angola é devolver a dignidade e a auto-estima aos nossos povos", sublinha Domingos dos Santos.

Eis, a seguir, a denominação e a caracterização de cada uma das quatro estações climáticas de Angola, segundo o engenheiro agrônomo e professor universitário Domingos dos Santos:

KUNDE - Caracterizado pela insolação radiante, elevadas temperaturas e diminuição das precipitações atmosféricas no final desta estação. É marcado pelo início das colheitas do amendoim ou ginguba, milho e feijão macunde e, simultaneamente, a preparação da terra para as sementeiras da segunda época agrícola. Esta estação começa em Dezembro termina em Fevereiro,

KITOMBO - Marcado pela cor verde das savanas e florestas e reaparecimento do "pássaro de cores vermelha e preta". É caracterizado pela elevada humidade relativa do ar, elevadas temperaturas, chuva abundante, algumas vezes, com granizo e trovoadas. Não tem grande expressão na agricultura e complica as colheitas devido às precipitações e nebulosidade excessivas. Começa em Março e termina em Maio.

MBANGALA/SIVU - O início é caracterizado pela floração das gramíneas, céu pouco nublado e diminuição gradual da humidade relativa e da temperatura que provoca feridas nos lábios dos homens e mulheres. A ausência parcial das precipitações e diminuição da temperatura marca o início da horticultura de espécies de culturas temperadas como o feijão, o repolho, a cenoura e outras. Tradicionalmente, é o melhor período para marcação dos casamentos e grandes festas nas comunidades rurais e para a feira do café. Começa em Junho e termina em Agosto.

MASSANZA - O início é marcado pelo surgimento de novas folhas nas árvores, céu aberto e insolação radiante. Ouvem-se com frequência os cantos das aves, anfíbios e insectos. Marca a primeira migração ascendente dos peixes pela abundância das chuvas. É tempo da conclusão das lavouras e início da sementeira das culturas anuais da primeira época: amendoim, batata-doce, abóbora e outras. Começa em Setembro e termina em Novembro.

10.5 Desflorestação Associação denuncia «cumplicidade» das autoridades

Novo Jornal

04 De Outubro de 2019

Texto: Álvaro victoria

Antiga nas lides de defesa do meio ambiente no país, a Associação Nação Verde afirma não ter dúvidas de que a destruição de mangais que se assiste há já alguns anos sobretudo no sul de Luanda "tem a cumplicidade" de administradores e governadores.

Quem, de peito aberto, assume a denúncia pela associação é Nuno Cruz, para quem a organização que preside pondera levar a cabo um processo junto dos tribunais contra responsáveis de projectos imobiliários que têm como espaço de implementação o habitat de espécies marinhas.

"Estamos a fazer o possível de intentar uma acção directamente no tribunal [contra empresas que invadem espaços da biodiversidade]", anuncia o ambientalista.

Vai mais longe ao afirmar que há presença de governantes no que chama «crime ambiental»: "Há aí um conluio entre administradores e governadores, porque isso [destruição da biodiversidade e da flora marítima] está a acontecer aos olhos de todo o mundo. Todo o mundo passa por aí [no corredor litoral do Benfica]".

Nos últimos dias, relata Nuno Cruz, a sua instituição tem vindo a denunciar a colocação de entulhos para a implementação de projecto imobiliário num mangal em que reproduzem espécies como tartarugas, no Morro dos Veados, município de Belas.

A situação já é do conhecimento do Ministério do Ambiente, que, na última sexta-feira, 27, movimentou quadros do Serviço Nacional de Fiscalização, que foram ao terreno constatar as denúncias feitas por vários ambientalistas.

Resultado: os especialistas do Ministério do Ambiente procederam a uma notificação ao proprietário da obra.

Ambientalista duvida da eficácia da intervenção

Em declarações ao Novo Jornal, o líder da Associação Nação Verde levanta dúvidas quanto à eficácia da acção do Serviço Nacional de Fiscalização. E sustenta o seu cepticismo:

"Destruíram-se inúmeros mangais, e, até agora, continua a ser destruída uma zona rica em biodiversidade marinha. Presume-se que eles [quadros do serviço de Fiscalização Ambiental] notificaram o dono da obra, mas não está a surtir qualquer efeito, porque ele [dono da obra] continua a destruir os mangais, assim como outros [proprietários de obras] também continuam a entulhar os mangais. Portanto, não sei se aquilo [a notificação] foi simplesmente para «inglês ver»", atira Nuno Cruz.

«Não queremos voltar a perder este caso»

Informa que, a par deste caso em questão, há um outro anterior, também ligado à mesma zona, que acabou por terminar em prejuízo da biodiversidade.

"Há lá um quintal. já vedado, que também foi construção sobre uma zona de mangais. Não queremos voltar a perder este caso", observa o presidente da Associação Nação Verde.

Conclui, reforçando o apelo: "Temos de fazer o máximo de «barulho» para embargar aquela obra. Trata-se de uma zona de reprodução de várias espécies, sobretudo de tartarugas. É uma zona que nos preserva também de tsunamis ou de outra catástrofe. Aquilo é um bem comum, uma zona que pertence à biodiversidade marinha, à natureza, então não pode ser ocupada por meia dúzia de pessoas egoístas que querem viver aí ao lado da praia ou querem implementar projectos de betão".

10.6 Governo poderá proibir uso de sacos de plástico

Jornal de Angola
04 De Outubro, 2019

O Gabinete do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, na província do Huambo, pondera proibir, nos próximos tempos, a utilização de sacos de plástico em panificadoras, com vista ao reforço das acções de preservação e protecção do ambiente, informou ontem a Angop.

A pretensão foi manifestada ontem pelo responsável da instituição, César Pakissi, durante uma acção de formação e sensibilização dos operadores do ramo da indústria panificadora, decorrido sob o lema "Como o plástico afecta o meu negócio e o meu próximo".

Referiu que não se pode descartar a possibilidade da aplicação desta medida, no sentido de alinhá-la aos compromissos e políticas que a Primeira-dama da República, Ana Dias Lourenço, assumiu recentemente, nas vestes de embaixadora de combate

aos plásticos na África Austral, uma acção que exige soluções adequadas para o alcance dos seus objectivos.

César Pakissi informou que a proposta tem como principal objectivo o combate à proliferação dos resíduos plásticos nas artérias da cidade por serem os vectores de poluição do meio ambiente, além de inviabilizar os objectivos das autoridades locais de elevar o Huambo à Capital Ecológica de Angola.

Segundo o responsável, além das indústrias panificadoras, a estratégia de proibição dos sacos plásticos, que serão substituídos pelos de panos e outros meios manufacturados, caso seja adoptada, o Governo Provincial poderá abranger outros seguimentos do sector comercial.

O responsável recomendou as panificadoras a incentivarem os seus clientes a utilizarem sacos de pano, como alternativa aos de plástico.

Na província do Huambo, segundo dados das autoridades governamentais, existem 100 panificadoras.

10.7 Reflorestar mangais que o betão destrói e a lenha consome

Novo Jornal
04 De Outubro de 2019
Texto: Álvaro Victória

Antes mesmo do raiar do sol, Fernanda Renée já despertou. O dia reserva mais uma longa jornada em prol do meio ambiente, com o foco na biodiversidade e no ecossistema. É assim todos os sábados. Tem sido assim nas suas férias e feriados.

Água e farnel são acessórios que dificilmente falham na bagagem. A ansiedade aumenta. Há voluntários que lhe prometeram presença na jornada que se avizinha. Nada mais gratificante para quem está habituada a realizar a jornada sozinha.

A distância para o destino do dia é considerável, e o custo em táxis ronda os 1000 Kz. São mais de 50 quilómetros de percurso entre o centro de Luanda e os confins do bairro Ramiros. Está a equipa de reportagem do Novo Jornal feita à estrada também.

No percurso, que se faz pelo corredor litoral, chama a atenção a venda de utensílios de cozinha feitos à base artesanal, com recurso sobretudo à flora marítima, esta que constitui a principal causa da luta de Fernanda Renée.

Já passam quase uma hora de estrada. São 8H50. Avista-se a placa «raro», no (Km42), que assinala o desvio para o acesso ao bairro marcado para a concentração. É hora de deixar o tapete asfáltico que vai dar à Barra do Kwanza.

Três minutos depois de caminhada numa picada, a viatura pisa o solo arenoso do bairro Tapo, este vizinho da Ilha do Mussulo. Já lá estava Fernanda à espera de mais convidados.

Saúda, com bastante simpatia, o grupo de convidados que acabara de chegar e retoma logo a conversa que vinha mantendo com o regedor do bairro, dando-o a conhecer a razão da presença do grupo no local.

De pele escura, corpulento, altura média, o ancião Joaquim Figueira, 69 anos, não se intimida com a plateia dominada por ambientalistas. Expõe a sua cultura geral em matéria de biodiversidade marítima:

"Uma floresta de mangais [lago em que crescem mangues] serve de respirador do mar. É muito importante para nos proteger das calemas", ouve-se da voz rouca deste malanjino, pai de 17 filhos, morador da zona há 41 anos.

"Saúdo a vossa iniciativa!", atira o ancião, como que dando as boas-vindas aos forasteiros. Estão criadas as condições para a deslocação ao palco principal da jornada. O trajecto reserva ainda alguma distância. A equipa retoma às viaturas. Há uma picada entre buracos e lamaçal que leva ao destino. O percurso é marcado por um deserto que, oportunamente, Fernanda René e faz questão de o retratar: "Estão a ver este deserto todo?! Aqui haviam muitos mangues", ao que Mónica reforça: "Observo este espaço faz anos, está desfilado".

Está-se agora no destino final. Há uma visão panorâmica que permite vislumbrar, noutra margem, parte habitada da Ilha do Mussulo.

Neste lugar, há uma extensa área coberta de lamaçal. Um pouco mais ao fundo, estão plantas que formam várias pequenas florestas. Estão próximas umas das outras.

"Estes são os mangais, berçários para muitas espécies marinhas. Pela sua estrutura, servem também para evitar calemas e outras catástrofes naturais, além de serem bons absorvedores de carbono. Infelizmente, as pessoas estão a destruí-los em nome de construções. A população aqui sabe um pouco da importância dos mangues, mas, infelizmente, há quem os use para lenha", explica, com denúncia à mistura, o engenheiro ambiental, Eliseu Durim.

A jornada propriamente dita começa agora. O lamaçal meio escuro de que se compõe os mangais obriga à retirada de calçados e aconselha o uso de roupas escuras. Ainda assim, Fernanda oferece a todos camisolas brancas timbradas com a marca "Tchiva", o nome do seu projecto ambiental, retirado do Umbundu, com o significado "lago".

A missão: retirar filhotes e sementes de mangues adultos para plantar numa extensa zona escolhida para requalificação de mangais. Todos ao trabalho. A tarefa é individual. Há que apurar, no final, a estatística de cada um dos 13 voluntários, entre os quais a Saara, de apenas 12 anos.

Há uma conversa descontraída enquanto decorre a jornada. Várias pequenas espécies marinhas, sobretudo caranguejos, são vistas em ar de agitação. É aqui o seu habitat.

Um, dois, três, 1000 mangues colocados, em 40 minutos, no húmido e arenoso chão. O lugar parece-se com uma beira. Mas Fernanda Renée, aprovando a tese do ancião Joaquim Figueira, reafirma tratar-se de um respirador do mar, e não de uma beira.

Duas horas de intensa actividade, com intervalos aleatórios para consumo de água, a jornada chega ao fim. Fernanda Renée não esconde a satisfação: num único dia, o apoio dos voluntários permite uma safra de 2037 mangues requalificados, quase um décimo do que Fernanda vem plantando desde que, há dois anos, assumiu a causa.

"A natureza é muito devagar a reconstituir-se. Com a intervenção humana, é mais rápido reflorestar mangais. Estou muito satisfeita!", agradece, sem esconder um semblante de cansaço, a jovem de 26 anos, vencedora, em 2016, do Prémio Internacional da Odebrecht sobre Sustentabilidade, com o estudo «Transformação de lixos em fertilizantes».

Não é, por isso, um rosto anónimo. Que o digam os moçambicanos que a convidaram para uma campanha de reflorestação de mangues destruídos pelo ciclone Idai. A viagem a Moçambique não deve acontecer, entretanto, sem que antes atenda a pedidos, para a mesma causa, do Soyo e do Lobito.

10.8 4 hectares de floresta devastados pelo fogo

Jornal de Angola

5 De Outubro, 2019

Texto: Victor Pedro

Quatro hectares de floresta foram devastados pelo fogo no bairro da Pedra Escrita, na comuna da Munenga, município do Libolo, província do Cuanza-Sul, informou ontem o administrador da circunscrição.

Zé Maria lamentou o facto ocorrido e garantiu que, neste momento, a situação está controlada graças à pronta intervenção do corpo de bombeiros e a colaboração da população. “É comum os munícipes, neste período, antes de preparar a terra para o cultivo, fazerem queimadas, o que provocou todo este imbróglio, que, infelizmente, atingiu uma grande propagação para áreas não previstas para o cultivo”.

O administrador condenou a atitude dos munícipes, que preferem as queimadas para limpar as terras para o cultivo. Em função disso, admitiu que serão tomadas medidas para combater tais práticas, que não só põem em causa a vida das populações que residem na área, como também do meio animal, vegetal e do próprio clima, que constitui, nos dias de hoje, um problema mundial.

Apesar de não causar nenhuma vítima humana e perda de bens, o responsável pediu às autoridades administrativas e tradicionais a trabalharem com as comunidades dos bairros e aldeias no sentido de sensibilizá-los a deixarem esta prática. “É preciso que se tomem medidas mais eficazes que contribuam para a protecção do ambiente, como nas zonas de cultivo antes e depois da preparação da terra”. A população do bairro da Pedra Escrita tem a agricultura como a principal actividade.

10.9 Pedido plano de intervenção para conter efeitos da chuva

Jornal de Angola

5 De Outubro de 2019

Texto: Kátia Ramos

O governador de Luanda manifestou-se preocupado com o aproximar das chuvas e, por isso, solicitou a criação de um plano de intervenção e prevenção, com limpezas das valas para que as bacias de retenção alinhem as águas.

Num encontro com os administradores municipais e do corpo de bombeiros, Sérgio Luther Rescova, que

falava na qualidade de coordenador da Comissão de Protecção Civil, reconheceu que Luanda é uma das províncias com vários pontos críticos de intervenção que precisa ser bem estruturada, como base de intervenção e em função dos pontos críticos. O responsável considerou fundamental as constantes limpezas nas bacias de manutenção para que as mesmas possam fazer a drenagem naturalmente, pois ao contrário se estiverem cheias não drenam e, certamente, diminuem a sua capacidade de retenção, mas se forem feitas temporariamente as manutenções nas áreas de drenagem a situação melhora. Reconheceu haver várias valas que incidem de modo transversal nos principais bairros de Luanda, sublinhando que os administradores municipais bem como as unidades técnicas têm feito o possível, mais pela dimensão dos trabalhos a serem desenvolvidos é necessário a intervenção de mais empresas com equipamentos.

O governador quer que se criem grupos de intervenção rápidos a nível dos municípios, pelo simples facto de que "São Pedro" não avisa a hora que vai cair a chuva, para que se comece a contar com intervenções rápidas, logo é preciso que se antecipe os trabalhos.

O comissário de Protecção Civil e Bombeiros, Tito Manuel, disse que foi criado uma comissão civil enquadrada no âmbito da prevenção, face à época chuvosa que tem várias áreas que exigem maior atenção por parte da corporação. Tito Manuel considerou críticos os municípios de Cazenga, Kilamba Kiaxi, Viana, Belas e Talatona e lembrou que os meios técnicos disponíveis nas referidas circunscrições não são suficientes para dar resposta à situação de intervenção.

O relatório do sector da Saúde aponta que Luanda é a província que agrega todos os vectores do ponto de vista epidemiológico.

10.10 Chuva deixou vários bairros sem energia

Jornal de Angola

08 De Outubro, 2019

A chuva que caiu ontem, em Luanda, danificou uma das linhas da rede de média tensão, tendo, em função disso, deixado vários bairros dos municípios de Belas, Viana, Cacucaco e Talatona sem luz eléctrica, durante a madrugada.

A avaria, segundo explicou Pedro Bila, porta-voz da Empresa de Distribuição de Electricidade (ENDE), privou o fornecimento de energia eléctrica aos bairros

da Ecocampo, Paraíso e 500 casas (Cacuaco), Zona Verde (Belas), Ngola Kiluange (Luanda). No município de Talatona, prosseguiu o responsável, afectou também as zonas do Benfica, Jardim do Éden e bairro Kifica, Filda (Cazenga), Vila Estoril (Kilamba Kiayi), Kikuxi e Zona Industrial (Viana).

Pedro Bila garantiu, à Angop, estarem já no terreno várias equipas a trabalhar para solucionar o problema.

O impacto da chuva

Numa reunião da Comissão Provincial de Protecção Civil de Luanda, realizada na semana passada, Sérgio Rescova apontou, na qualidade de coordenador do órgão, o reinício da limpeza das principais valas de drenagem da capital, como uma das formas de minimizar o impacto das chuvas que se avizinham.

Rescova defendeu que a limpeza das principais valas dos municípios da província de Luanda, que já arrancou, será possível evacuar a carga de água que se espera nesta estação chuvosa.

10.11 Concluído concurso público para a execução de projectos

Jornal de Angola

9 De Outubro, 2019

Os esforços que o Governo angolano tem empreendido para fazer frente ao impacto da seca na província do Cunene acabam de conhecer uma etapa decisiva, com a conclusão do concurso público para a implementação de um conjunto de projectos estruturantes, nomeadamente a construção de barragens, sistemas de captação de água e canais adutores.

De acordo com uma nota da Secretaria para os Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República, João Lourenço assinou o despacho que aprova os contratos resultantes do referido concurso, o que dará lugar ao início da concretização de seis empreitadas, cujo fim último é a solução, com respostas estruturantes, do cíclico problema da seca naquela província do Sul do país.

A nota não avança quando começam as empreitadas. Refere apenas que a primeira inclui a construção do Sistema de Captação no Rio Cunene, bombagem, conduta pressurizada e canal aberto, a partir da localidade de Cafu até ao Cuamato, bem como dez chimpacas. Para tal, vai ser celebrado um contrato com a empresa Sinohydro Angola, no valor de vinte e um mil milhões, quatrocentos e sessenta e nove milhões, cento e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta kwanzas e sessenta e dois cêntimos,

equivalentes a sessenta e cinco milhões, setecentos e um mil, duzentos e setenta e quatro dólares e oitenta e cinco cêntimos. A construção de um canal adutor a partir de Cuamato até Dombendola, um outro canal a partir de Cuamato até Namacunde, bem como 20 chimpacas compreendem a segunda empreitada que também estará a cargo da Sinohydro Angola. O contrato a ser celebrado será no valor de vinte e dois mil milhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, duzentos e vinte mil, setecentos e setenta e um kwanzas e noventa e nove cêntimos, equivalentes a setenta milhões, quarenta e sete mil, novecentos e noventa e nove dólares e oitenta e cinco cêntimos. Na terceira empreitada, prevê-se a construção de uma barragem em Calucuve, num contrato a ser celebrado com o consórcio Omatapalo-Engenharia e Construção, SA e Mota-Engil Angola, SA. A obra está no valor de cinquenta e sete mil milhões, oitocentos e cinquenta milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e sete kwanzas e doze cêntimos, equivalentes a cento e setenta e sete milhões, trinta e oito mil, novecentos e setenta e dois dólares e cinco cêntimos.

Vinte mil milhões, quinhentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e doze mil, quinhentos e setenta kwanzas, equivalentes a sessenta e dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois dólares e dezassete cêntimos é o valor para a quarta empreitada, que compreende a construção de um canal adutor associado à Barragem de Calucuve, a partir da localidade da Mupa até Ondjiva. O contrato vai ser celebrado com a empresa China Road Bridge Corporation.

A quinta empreitada, que deverá consumir mais recursos financeiros, prevê a construção de uma barragem em Ndúe, num contrato a ser celebrado, também, com a empresa Sinohydro Angola. A obra está avaliada em sessenta e dois mil milhões, setecentos e cinquenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e noventa e seis kwanzas e vinte e dois cêntimos, equivalentes a cento e noventa e dois milhões, cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro dólares e sessenta e sete cêntimos.

A última empreitada, cujo contrato será celebrado com a empresa GHCB, prevê a construção de um canal adutor associado à Barragem de Ndúe, a partir de Ndúe até Embundo, bem como 15 chimpacas. A empreitada está no valor de vinte e dois mil milhões, quatrocentos e quarenta e um milhões, setecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e setenta kwanzas e treze cêntimos, equivalentes a cento e noventa e dois milhões, cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro dólares e sessenta e sete cêntimos.

A nota esclarece que no despacho sobre a matéria o Presidente da República autoriza o ministro da Energia e Águas a celebrar os contratos, com a faculdade de este poder subdelegar tal poder. À ministra das Finanças competirá assegurar os recursos financeiros.

10.12 Constrangimentos da chuva voltaram em todos bairros

Jornal de Angola

15 De Outubro, 2019

Texto: Augusto Panço

Queda de árvores e explosão de uma cabine de distribuição de electricidade, no bairro do Cassequel, Distrito Urbano da Maianga, zonas bastante alagadas, em Cacuaco e Viana, que dificultaram a circulação de pessoas e bens, são algumas das consequências da chuva que caiu na noite de domingo e à madrugada de ontem, em Luanda.

Em Cacuaco, não houve casos alarmantes, mas algumas vias de acesso mostraram estarem vulneráveis ante as águas que caem do céu, criando vários transtornos aos cidadãos, constatou o Jornal de Angola.

Na vala da Agosmil, que foi alvo de trabalhos de desassoreamento nos meses de Março e Abril do corrente ano, as águas continuam a não circular como devia ser, devido à presença de muitas plantas aquáticas.

No bairro da Barra do Bengo, os constrangimentos voltam a ser visíveis, numa via que foi recentemente terraplanada. Logo à entrada, junto da pedonal, as lagoas voltam a fazer morada, complicando a vida dos transeuntes.

No sector da Mateba, as vias de acesso estão completamente obstruídas, com águas a correrem em busca de uma saída, o que impossibilita a livre circulação de moradores. Na zona alta, concretamente no bairro da Boa Esperança 2, o Jornal de Angola constatou que a situação é preocupante.

Algumas vias daquela zona, com realce para as ruas da Missão, ou simplesmente do Wade Adams e da Nhimifil, nos sectores 7 e 9, respectivamente, estão intransitáveis, o que está a dificultar a vida de centenas de moradores da zona.

Junto à 47ª Esquadra da Polícia Nacional, existe uma lagoa, há mais de dez anos, que com a chuva de

ontem voltou a criar “dores de cabeça” aos moradores e já não permite a passagem de motociclos.

Na rua da Cerâmica, que liga os bairros da Pedreira e Paraíso, que dá acesso ao município de Viana, através da estrada da Recolix, embora tenha recebido obras de terraplanagem, há pouco menos de dois meses, a chuva que se abateu neste domingo e às primeiras horas de segunda-feira, complicou a circulação de pessoas em meios rolantes, em função das lamas e águas estagnadas acumuladas.

10.13 Depois da seca renasce a esperança no Cunene

Jornal de Angola

15 De Outubro de 2019

Texto: Domingos Caluçipa

Quase um ano depois de uma seca severa, que provocou a morte de dezenas de milhares de cabeças de gado, abandono escolar e de algumas zonas habitacionais devido à escassez de água, a chuva voltou a cair na noite de domingo para a madrugada de segunda-feira, no Cunene, para gáudio da população.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inamet), a província do Cunene poderá registar, entre Outubro e Dezembro deste ano, chuvas acima do normal.

O volume de água poderá estar acima dos 800 milímetros, 200 a mais em relação ao normal (600 milímetros) para aquela região do país.

Caso se concretize a previsão, advertiu o Inamet, poderá haver transbordo do rio Cuvelai e causar inundações no Cunene, que registou chuva moderada, na noite de domingo, com 13.5 milímetros de volume de água.

A chuva caiu sobre os municípios do Cuanhama, Namacunde, Ombadja e Cuvelai. Segundo dados do Inamet, somente nos meses de Janeiro a Março de 2020 a intensidade da chuva irá diminuir, atingindo o nível normal de 600 milímetros de água.

O responsável do Inamet no Cunene, António Pereira, citado pela Angop, afirmou que o retorno da chuva e as previsões são animadoras, pelo facto de a população afectada pela seca e os animais poderem ter água e pasto.

Devido a escassez de chuva no Cunene, a campanha agrícola 2018/2019 ficou comprometida, sem

colheita nos 205 mil hectares onde estiveram envolvidos 99 mil camponeses.

Na cidade de Ondjiva e arredores, a chuva, embora fraca, começou a cair no início da noite de domingo e só terminou na manhã de segunda-feira, tendo deixado várias ruas alagadas e pequenas lagoas na zona periférica.

Muitos habitantes de Ondjiva sem água canalizada ou fontanários aproveitaram a água que caía das chapas de cobertura das moradias para encherem os recipientes, num sentimento de algum alívio, já que têm que percorrer longas distâncias à procura do líquido.

O regresso das chuvas está a ser comemorado, sobretudo, pelos criadores de gado, que já tinham perdido a esperança da sobrevivência dos animais à calamidade que parecia não ter fim.

Para o criador de gado tradicional José Tyileinge, da localidade de Oipembe, a dez quilómetros de Ondjiva, a chegada das chuvas é sinónimo do fim do longo período de sofrimento na procura de pasto e de água para os animais.

José Tyileinge conta que perdeu vinte cabeças de gado devido à seca e as poucas que sobraram encontram-se muito debilitadas. "Se continuar a chover acho que o gado vai sobreviver, já que o capim de que se alimenta vai desenvolver".

David Hinekwandun-ge, outro criador, tem o gado na zona de transumância de Oshimolo, a mais de 150 quilómetros de Ondjiva, onde existiam as mínimas condições de pasto. Com o início das chuvas já pensa em trazer de volta os animais, mas admite que estes devem antes recuperar para aguentarem a longa caminhada.

No Sul do país, onde não chove desde Outubro do ano passado, cerca de 2,3 milhões de pessoas nas províncias de Namibe, Huíla, Bié e Cunene estão a ser afectadas pela seca.

10.14 Explorações pecuárias minaram a segurança alimentar nos Gambos

Novo Jornal

18 De Outubro de 2019

Texto: Nok Nogueira

Intitula-se o fim do paraíso do gado: Como o desvio de terras para explorações pecuárias minou a segurança alimentar nos Gambos e será apresentado ao público na terça-feira, 22, na Mediateca de Luanda,

às 10h, pela Amnistia Internacional (AI) e a Associação Construindo Comunidades (ACC), como resultado de um trabalho de investigação realizado no Sul de Angola - afectado pela seca e pela fome - entre Fevereiro de 2018 e Março do corrente ano.

O relatório conjunto, que analisou o desvio de terra em larga escala para produção comercial de gado, apresenta os resultados de como o acto de expropriação interferiu com o exercício do direito à alimentação entre as comunidades pastoralistas Vanyaneka e Ovaherero no município dos Gambos, província da Huíla.

Entre as conclusões, o relatório «O fim do paraíso do gado» apresenta a tese segundo a qual a seca em curso no Sul de Angola não foi de todo responsável por minar o direito à alimentação entre os/as pastoralistas, mas sim a ocupação da costumeira terra de pasto para criação comercial de gado, que tornou severa a insegurança alimentar nos Gambos.

Os dados, resultados de entrevistas levadas a cabo no local espelham o retrato de comunidades rurais que construíram a sua resiliência e que se protegeram da insegurança alimentar através da posse e usufruto costumeiro da terra para agricultura de subsistência e para a pastorícia, facto contrariado pela expropriação de terras rurais, que corrompeu a resiliência económica e social daqueles povos.

Embora apresente com maior incidência os casos ocorridos nas zonas dos Gambos, o relatório cita exemplos de outras províncias onde a ocupação de terras para fins comerciais teve consequências directas na vida dos povos.

Um estudo citado no relatório, realizado pela Federação Luterana Mundial na província do Moxico, aponta que interesses privados apreenderam à força 29.200 hectares de famílias rurais que os utilizavam para agricultura de subsistência.

No município de Lumege Cameia, no Moxico, as comunidades rurais perderam 5.000 hectares para a agricultura comercial. Igual situação registou-se no município de Camanongue, onde 22.400 hectares foram apreendidos para a agricultura comercial privada, e 250 famílias foram despejadas das suas casas.

No Luena, capital da província, as comunidades rurais perderam 1.800 hectares para agricultores comerciais.

Em todos estes casos, descreve o relatório, não houve consulta, nem compensação, nem realojamento, nem avaliação de impacto ambiental e social. Pelo que os exemplos não se ficam apenas pela

província do Moxico, uma vez que os registos consultados assim o provam.

É caso do estudo da Iniciativa de Pesquisa China-África, nas províncias do Uíge, Kwando Kubango, Cunene, Bié, Malanje, Zaire e também Moxico, que conclui que as comunidades rurais perderam, sem as devidas diligências, 83.630 hectares de terra para pecuaristas comerciais chineses que produzem culturas comerciais para exportação.

Em Fevereiro de 2016, segundo o relatório da Amnistia Internacional e da Associação Construindo Comunidades, agricultores comerciais expulsaram à força 19 famílias das suas terras no Cunene corno parte do mega-projecto agro-industrial do Governo, o Horizonte 2020.

Entre as várias ferramentas utilizadas no estudo, a Amnistia Internacional analisou imagens de satélite e imagens do Google Earth para documentar o aumento progressivo do uso da terra para a pecuária comercial e a consequente redução da área de pastagem para o gado na Tunda dos Gambos, entre 1990 e 2018.

Segundo o relatório, um grupo de pastoralistas também desenhou esboços que mapeavam as áreas sob ocupação dos criadores comerciais de gado. Foram ainda usadas fotografias como representações visuais do valor antropológico, económico, social e existencial do gado nos Gambos; e dos serviços ecológicos da Tunda dos Gambos como formas (direitos culturais) e meios (direitos económicos e sociais) de vida.

10.15 Polícia prende mais de 160 armas todos os meses

Novo Jornal

18 De Outubro de 2019

Texto: Teresa Fukiady

Todos os meses, a Polícia Nacional (PN) recupera das mãos de meliantes, em média, 167 armas de fogo. Em oito meses (de Janeiro a Agosto), foram apreendidas 1.336 armas de fogo de diversos calibres em todo o país. Os números são de um relatório da PN a que o Novo Jornal teve acesso e que coloca Luanda na liderança da lista, com 835 armas apreendidas.

A capital do país só perde para as províncias da Huíla e de Benguela, que tiveram um registo de 87 e 71 apreensões, respectivamente. Namibe, com uma arma apreendida, e Lunda-Norte, com duas, foram as que menor registos tiveram.

Usadas para o cometimento de vários crimes, algumas dessas armas tiveram como proveniência os armários da Polícia e das Forças Armadas Angolanas (FAA). A afirmação é do próprio comandante-geral da PN, que recentemente, em entrevista à Rádio Nacional de Angola, apontou polícias e militares como fornecedores de armas aos delinquentes.

"Outras [armas] eventualmente são desviadas por indisciplinados, por pessoas pouco coerentes, dos nossos armeiros, quer sejam militares quer sejam policiais", acusou Paulo de Almeida.

O comandante acredita haver ainda muitas armas em posse de cidadãos, razão pela qual garantiu estarem a decorrer investigações para se apurar as proveniências dos armamentos. Avançou, na ocasião, que o órgão que dirige solicitou o agravamento das penas para a posse ilegal de armas, mas não foi atendido.

Dados da Comissão de Desarmamento da população apontam que, desde a sua criação em 2008, até a sua desactivação em 2017, por falta de dinheiro, foram recolhidas em todo o país mais de 150 mil armas e destruídas outras mais 110 mil.

Armas «mataram» 180 pessoas

O documento da PN avança ainda que, no mesmo período, foram registados 189 homicídios com recurso à arma de fogo. Luanda lidera também nos registos de homicídios com 127 casos, a seguir da Lunda-Norte e Huambo, com 15 e 12 casos respectivamente.

O relatório de Segurança Pública da PN de 2018 mostra que foram apreendidas 2.107 armas de fogo, numa média mensal de cerca de 176 armas. Segundo o relatório, dos 72.174 crimes registados no ano passado, 5.199 crimes, o equivalente a 7 por cento, foram com recurso à arma de fogo e resultaram em 307 homicídios. De acordo com a polícia, as armas de fogo são também os principais instrumentos utilizados para roubos.

Mais de 27 mil armas nas «mãos» das Empresas de segurança

Até Maio do ano passado, de acordo com Paulo de Almeida (numa entrevista ao jornal Nova Gazeta), as últimas actualizações da Polícia davam conta da existência de 27.032 armas de fogo em posse das 1.045 empresas de segurança privada e de auto-protecção em funcionamento.

A PN chegou a anunciar que, a partir de Setembro de 2018, as empresas deixariam de usar as armas AKM (Kala-shnikov), passando para as de calibre inferior a 9 mm. A medida enquadra-se no projecto de

desarmamento destas empresas e prevê ainda que os agentes de segurança privada sejam obrigados a frequentar um curso específico e ostentar uma carteira profissional. Em 2016, Paulo de Almeida chegou a acusar as empresas de segurança privada de serem o suporte logístico da criminalidade violenta no país, assegurando que muitas das armas usadas pelos marginais eram obtidas nestas empresas.

De acordo com a Lusa, no ano passado, o Presidente da República autorizou despesas de 2,84 milhões de dólares para a aquisição de armas letais e não letais para comercialização das empresas privadas de segurança.

O NJ contactou a PN para mais esclarecimentos sobre o processo de desarmamento em curso no país mas não teve sucesso. Lembre-se que não foi a primeira vez que este semanário enfrentou inúmeras dificuldades na obtenção de informações junto da Polícia Nacional.

10.16 Salve-nos da seca

Jornal Folha 8

26 De Outubro de 2019

"As províncias do sul de Angola têm sofrido com particular intensidade o impacto das alterações climáticas, com períodos de seca. que a cada ano se têm tornado mais longos. e terras que se tornaram inférteis e improdutivas. Contudo, as populações que ainda aí subsistem, em particular nas províncias do Cunene, da Huíla e do Namibe, enfrentam agora o risco de desaparecerem completamente, uma vez que têm sido afastadas das terras que ocupavam e das quais dependem.

As nossas investigações na região da Tunda dos Gambos e no Vale de Chimbolela, no município dos Gambos indicam que o desvio das terras da Tundas e dos Gambos para explorações pecuárias e a desprotecção destas pessoas pelo Estado angolano potenciou a fome e a subnutrição das comunidades que aí habitam.

Para além de estar em causa o direito à alimentação, as vidas destas comunidades encontram-se verdadeiramente em risco. Estas comunidades tradicionais de pasto, dependem do seu gado e das suas terras para os bens mais essenciais à sua vida: alimentação, água potável. pagamento de serviços. acesso à educação e acesso a cuidados médicos adequados. Apelamos ao governo angolano para que adopte medidas imediatas para respeitar. proteger, promover e cumprir os direitos humanos destas comunidades rurais, colocando um rim a esta crise alimentar. Para isso, instamos a que:

Sejam implementadas medidas imediatas que permitam a distribuição de alimentação adequada e o acesso a água potável para as comunidades afectadas; Sejam tomadas medidas que impeçam a concessão de terras nos Gambos. responsabilizando quem as concede para explorações de actividades agro-pecuárias comerciais;

O governo de Angola respeite a legislação nacional e internacional e envolva as comunidades irnpactadas, consultando-as e dando reparações quando necessário e de acordo com os padrões nacionais e internacionais de direitos humanos."

10.17 Vítimas da seca têm mais apoio

Jornal de Angola

26 De Outubro de 2019

Texto: João Upale e Manuel de Sousa

Pelo menos 500 motorizadas-cisternas foram entregues quinta-feira pelo Gabinete do Presidente da República, ao Governo Provincial do Namibe, para serem distribuídas à população das zonas mais afectadas pela seca.

A vice-governadora para a Área Política, Económica e Social, Josefa Cangombe, disse que brevemente o Governo da província vai fazer uma planificação adequada, para depois encontrar mecanismos de distribuição das motorizadas-cisternas.

Josefa Cangombe referiu que a situação geográfica da província do Namibe "não facilita", por existirem muitas zonas acidentadas, que devem merecer um estudo aprofundado. "São áreas com cursos de rios muito largos e com rochas entre as montanhas e colinas".

A governante fez saber que em algumas localidades os furos de água distam entre cinco a dez quilómetros e que as motorizadas-cisternas vão fazer com que a população deixe de percorrer muitas distâncias em busca de água.

Segundo Josefa Cangombe, os camiões-cisternas não conseguem alcançar as áreas de difícil acesso, daí a aquisição das motorizadas-cisternas.

Meio rural

A seca que assola a província do Namibe condiciona o desenvolvimento agrícola e afigura-se como o maior constrangimento aos projectos para a melhoria das condições e integração da mulher do meio rural no processo de desenvolvimento em curso no país.

Quem o diz é a presidente do comité da mulher rural da província do Namibe. Filipa Henriques Nimba, que falava na abertura do fórum provincial da mulher rural, disse que apesar das dificuldades que as mulheres vivem, devido à falta de chuva, elas não param de trabalhar e, através de sistemas de rega, produzem vários alimentos, que são vendidos nos mercados locais.

Maria Vievala, camponesa da cooperativa agrícola do município da Bibala, presente no certame, clama por mais apoios, por parte do Governo, no que concerne ao acesso célere aos créditos agrícolas, utensílios de trabalho, inputs agrícolas, bem como abertura de furos de água nas zonas agrícolas, para o maior desenvolvimento da actividade na sua localidade.

Teresa Caiela, da zona agrícola do Giraul de baixo, disse que o encontro vai permitir munir as mulheres rurais de mais conhecimentos sobre as actividades que realizam, para aumentar os níveis de produção, contribuindo assim para a diversificação da economia e para o combate à fome e à pobreza.

A vice-governadora da província do Namibe para o Sector Político, Económico e Social, Josefa Rebeca Cangombe, disse, na abertura do certame, que contou com mais de 300 mulheres rurais, em representação dos cinco municípios que compõem a província, que as várias acções integradas, com o envolvimento dos departamentos ministeriais, parceiros sociais e das próprias mulheres, são certamente o caminho para o alcance das estratégias de promover social e economicamente as mulheres rurais, suas comunidades e um contributo para a diversificação da economia.

“Nós, as mulheres, apelamos à adopção de tecnologias, simples e adaptáveis aos contextos dos grupos alvos, que capacitem as nossas companheiras no meio rural, para que o seu empoderamento as leve ao mesmo pé de igualdade no agronegócio e na cadeia de valores.” As participantes discutiram, entre outros, temas como “A agricultura familiar como suporte da dieta alimentar” e “O fomento ao crédito para actividades agrícolas”.

10.18 Criadores de gado namibianos invadem localidades no Cunene

Jornal de Angola
27 De Outubro de 2019

Criadores de gado da vizinha República da Namíbia estão apropriar-se ilegalmente de espaços em zonas de transumância no município fronteiriço de Namacunde, na província do Cunene, para

acomodarem e alimentar o seu gado, porque nas suas regiões de origem não há pasto, devido à seca severa que afecta a região, denunciou a administradora municipal, Isabel Ndesihafela.

A responsável fez saber que os criadores namibianos entram ilegalmente em várias aldeias angolanas e metem os rebanhos a pastar, sobretudo nas regiões de Etalela e Omulemba, na comuna de Chiedi.

Isabel Ndesihafela disse que os criadores, ao invés de se limitarem a pastar, vedam os espaços que ocupam com o propósito de instalar fazendas, “um comportamento que demonstra desrespeito às leis do país”.

A administradora informou que a comuna de Chiedi está localizada numa zona de difícil acesso, devido às características arenosas do terreno. Disse que para se chegar lá é uma grande aventura e só com veículos potentes todo-o-terreno. “Trata-se de uma localidade mais controlada pelas autoridades tradicionais do que o próprio Estado, e isso permite aos criadores namibianos fazerem o que bem querem no território”, lamentou, para acrescentar que “tem de ser feito policiamento sistemático na região, com vista a impedir a invasão de terras por parte de criadores namibianos”.

10.19 Apreendida madeira Mussivi em posse de cinco chineses

Jornal de Angola
28 De Outubro, 2019
Texto: Daniel Benjamim

A Polícia apreendeu, no município dos Luchazes, província do Moxico, 400 metros cúbicos de madeira em toro, da espécie Mussivi, em posse de cinco cidadãos chineses.

No local, foram encontrados diversos meios que facilitavam a exploração de madeira, tais como quatro tractores, três pás carregadoras, dois geradores industriais, duas máquinas de serração, 83 lâminas e quantidades de madeira serrada por determinar.

O director do Gabinete de Comunicação e Imprensa do Comando Provincial da Polícia no Moxico, Alberto Pacheco, disse que a acção da corporação “foi possível graças a uma denúncia de um popular, que se mostrou indignado com o corte ilegal de madeira na localidade”.

O Jornal de Angola apurou que os infractores, depois de cortarem a madeira, enterravam-na para ludibriar os agentes da Fiscalização, já que está proibido o

corte da madeira Mussivi, uma das espécies mais cobiçadas devido ao seu valor comercial. Um dos infractores

detidos disse que ele e os demais companheiros foram subcontratados pela empresa Carolina.

Entretanto, o Serviço de Investigação Criminal deteve três dos cinco chineses envolvidos e prometeu trabalhar para encontrar os supostos angolanos implicados neste processo.

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal na província, Paulo Divali, afirmou que os cidadãos chineses em causa não estão filiados a nenhuma empresa de exploração de madeira no Moxico, apenas prestam apoio técnico a alguns empresários angolanos e exortou os jovens que trabalham nas empresas de corte de madeira a colaborar com os organismos afins na denúncia de actos que lesam os interesses do Estado.

De acordo com Paulo Divali, existe um decreto que proíbe o corte da madeira Mussivi e Pau-Rosa, por serem espécies que estão em vias de extinção na flora angolana. “A empresa em causa não está licenciada para fazer a exploração de madeira na presente campanha florestal, pelo que está a exercer a actividade ilegalmente e na clandestinidade, pois corta a madeira, enterra e transporta-a no período da noite. Isso é crime!”, disse.

Paulo Divali disse que a fiscalização da exploração de madeira é multisectorial, não compete apenas ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF). “Existem outros órgãos que devem desenvolver esta actividade”, disse, lamentando a falta de meios técnicos e recursos humanos para facilitar esta actividade na província.

Paulo Divali lembrou que o encontro mantido entre os madeireiros e uma delegação do IDF vinda de Luanda determinou que, para o exercício da actividade do ramo florestal, as empresas devem possuir capacidade financeira e materiais para desenvolverem as actividades sem qualquer parceria.

O novo paradigma, segundo o responsável, estabelece que além do benefício que as parcerias vão proporcionar em ambas partes, devem ser reconhecidas pelas autoridades judiciárias e aprovadas.

II. AMBIENTE

II.1 Desflorestação Associação denuncia «cumplicidade» das autoridades

Novo Jornal

04 De Outubro de 2019

Texto: Álvaro.victoria

Antiga nas lides de defesa do meio ambiente no país, a Associação Nação Verde afirma não ter dúvidas de que a destruição de mangais que se assiste há já alguns anos sobretudo no sul de Luanda "tem a cumplicidade" de administradores e governadores.

Quem, de peito aberto, assume a denúncia pela associação é Nuno Cruz, para quem a organização que preside pondera levar a cabo um processo junto dos tribunais contra responsáveis de projectos imobiliários que têm como espaço de implementação o habitat de espécies marinhas.

"Estamos a fazer o possível de intentar uma acção directamente no tribunal [contra empresas que invadem espaços da biodiversidade]", anuncia o ambientalista.

Vai mais longe ao afirmar que há presença de governantes no que chama «crime ambiental»: "Há aí um conluio entre administradores e governadores, porque isso [destruição da biodiversidade e da flora marítima] está a acontecer aos olhos de todo o mundo. Todo o mundo passa por aí [no corredor litoral do Benfica]".

Nos últimos dias, relata Nuno Cruz, a sua instituição tem vindo a denunciar a colocação de entulhos para a implementação de projecto imobiliário num mangal em que reproduzem espécies como tartarugas, no Morro dos Veados, município de Belas.

A situação já é do conhecimento do Ministério do Ambiente, que, na última sexta-feira, 27, movimentou quadros do Serviço Nacional de Fiscalização, que foram ao terreno constatar as denúncias feitas por vários ambientalistas.

Resultado: os especialistas do Ministério do Ambiente procederam a uma notificação ao proprietário da obra.

Ambientalista duvida da eficácia da intervenção

Em declarações ao Novo Jornal, o líder da Associação Nação Verde levanta dúvidas quanto à

eficácia da acção do Serviço Nacional de Fiscalização. E sustenta o seu cepticismo:

"Destruíram-se inúmeros mangais, e, até agora, continua a ser destruída uma zona rica em biodiversidade marinha. Presume-se que eles [quadros do serviço de Fiscalização Ambiental] notificaram o dono da obra, mas não está a surtir qualquer efeito, porque ele [dono da obra] continua a destruir os mangais, assim como outros [proprietários de obras] também continuam a entulhar os mangais. Portanto, não sei se aquilo [a notificação] foi simplesmente para «inglês ver»", atira Nuno Cruz.

«Não queremos voltar a perder este caso»

Informa que, a par deste caso em questão, há um outro anterior, também ligado à mesma zona, que acabou por terminar em prejuízo da biodiversidade.

"Há lá um quintal. já vedado, que também foi construção sobre uma zona de mangais. Não queremos voltar a perder este caso", observa o presidente da Associação Nação Verde.

Conclui, reforçando o apelo: "Temos de fazer o máximo de «barulho» para embargar aquela obra. Trata-se de uma zona de reprodução de várias espécies, sobretudo de tartarugas. É uma zona que nos preserva também de tsunami ou de outra catástrofe. Aquilo é um bem comum, uma zona que pertence à biodiversidade marinha, à natureza, então não pode ser ocupada por meia dúzia de pessoas egoístas que querem viver aí ao lado da praia ou querem implementar projectos de betão".

II.2 Reflorestar mangais que o betão destrói e a lenha consome

Novo Jornal

04 De Outubro de 2019

Texto: Álvaro Victoria

Antes mesmo do raiar do sol, Fernanda Renée já despertou. O dia reserva mais uma longa jornada em prol do meio ambiente, com o foco na biodiversidade e no ecossistema. É assim todos os sábados. Tem sido assim nas suas férias e feriados.

Água e farnel são acessórios que dificilmente falham na bagagem. A ansiedade aumenta. Há voluntários que lhe prometeram presença na jornada que se avizinha. Nada mais gratificante para quem está habituada a realizar a jornada sozinha.

A distância para o destino do dia é considerável, e o custo em táxis ronda os 1000 Kz. São mais de 50

quilómetros de percurso entre o centro de Luanda e os confins do bairro Ramiros. Está a equipa de reportagem do Novo Jornal feita à estrada também.

No percurso, que se faz pelo corredor litoral, chama a atenção a venda de utensílios de cozinha feitos à base artesanal, com recurso sobretudo à flora marítima, esta que constitui a principal causa da luta de Fernanda Renée.

Já passam quase uma hora de estrada. São 8H50. Avista-se a placa «raro», no (Km42), que assinala o desvio para o acesso ao bairro marcado para a concentração. É hora de deixar o tapete asfáltico que vai dar à Barra do Kwanza.

Três minutos depois de caminhada numa picada, a viatura pisa o solo arenoso do bairro Tapo, este vizinho da Ilha do Mussulo. Já lá estava Fernanda à espera de mais convidados.

Sáúda, com bastante simpatia, o grupo de convidados que acabara de chegar e retoma logo a conversa que vinha mantendo com o regedor do bairro, dando-o a conhecer a razão da presença do grupo no local.

De pele escura, corpulento, altura média, o ancião Joaquim Figueira, 69 anos, não se intimida com a plateia dominada por ambientalistas. Expõe a sua cultura geral em matéria de biodiversidade marítima:

"Uma floresta de mangais [lago em que crescem mangues] serve de respirador do mar. É muito importante para nos proteger das calemas", ouve-se da voz rouca deste malanjino, pai de 17 filhos, morador da zona há 41 anos.

"Saúdo a vossa iniciativa!", atira o ancião, como que dando as boas-vindas aos forasteiros. Estão criadas as condições para a deslocação ao palco principal da jornada. O trajecto reserva ainda alguma distância. A equipa retoma às viaturas. Há uma picada entre buracos e lamaçal que leva ao destino. O percurso é marcado por um deserto que, oportunamente, Fernanda Renée faz questão de o retratar: "Estão a ver este deserto todo?! Aqui haviam muitos mangues", ao que Mónica reforça: "Observo este espaço faz anos, está desfilado".

Está-se agora no destino final. Há uma visão panorâmica que permite vislumbrar, noutra margem, parte habitada da Ilha do Mussulo.

Neste lugar, há uma extensa área coberta de lamaçal. Um pouco mais ao fundo, estão plantas que formam várias pequenas florestas. Estão próximas umas das outras.

"Estes são os mangais, berçários para muitas espécies marinhas. Pela sua estrutura, servem também para evitar calemas e outras catástrofes naturais, além de serem bons absorvedores de carbono. Infelizmente, as pessoas estão a destruí-los em nome de construções. A população aqui sabe um pouco da importância dos mangues, mas, infelizmente, há quem os use para lenha", explica, com denúncia à mistura, o engenheiro ambiental, Eliseu Durim.

A jornada propriamente dita começa agora. O lamaçal meio escuro de que se compõe os mangais obriga à retirada de calçados e aconselha o uso de roupas escuras. Ainda assim, Fernanda oferece a todos camisolas brancas timbradas com a marca "Tchiva", o nome do seu projecto ambiental, retirado do Umbundu, com o significado "lago".

A missão: retirar filhotes e sementes de mangues adultos para plantar numa extensa zona escolhida para requalificação de mangais. Todos ao trabalho. A tarefa é individual. Há que apurar, no final, a estatística de cada um dos 13 voluntários, entre os quais a Saara, de apenas 12 anos.

Há uma conversa descontraída enquanto decorre a jornada. Várias pequenas espécies marinhas, sobretudo caranguejos, são vistas em ar de agitação. É aqui o seu habitat.

Um, dois, três, 1000 mangues colocados, em 40 minutos, no húmido e arenoso chão. O lugar parece-se com uma beira. Mas Fernanda Renée, aprovando a tese do ancião Joaquim Figueira, reafirma tratar-se de um respirador do mar, e não de uma beira.

Duas horas de intensa actividade, com intervalos aleatórios para consumo de água, a jornada chega ao fim. Fernanda Renée não esconde a satisfação: num único dia, o apoio dos voluntários permite uma safra de 2037 mangues requalificados, quase um décimo do que Fernanda vem plantando desde que, há dois anos, assumiu a causa.

"A natureza é muito devagar a reconstituir-se. Com a intervenção humana, é mais rápido reflorestar mangais. Estou muito satisfeita!", agradece, sem esconder um semblante de cansaço, a jovem de 26 anos, vencedora, em 2016, do Prémio Internacional da Odebrecht sobre Sustentabilidade, com o estudo «Transformação de lixos em fertilizantes».

Não é, por isso, um rosto anónimo. Que o digam os moçambicanos que a convidaram para uma campanha de reflorestação de mangues destruídos pelo ciclone Idai. A viagem a Moçambique não deve acontecer, entretanto, sem que antes atenda a pedidos, para a mesma causa, do Soyo e do Lobito.

11.3 4 hectares de floresta devastados pelo fogo

Jornal de Angola

5 De Outubro, 2019

Texto: Victor Pedro

Quatro hectares de floresta foram devastados pelo fogo no bairro da Pedra Escrita, na comuna da Munenga, município do Libolo, província do Cuanza-Sul, informou ontem o administrador da circunscrição.

Zé Maria lamentou o facto ocorrido e garantiu que, neste momento, a situação está controlada graças à pronta intervenção do corpo de bombeiros e a colaboração da população. “É comum os munícipes, neste período, antes de preparar a terra para o cultivo, fazerem queimadas, o que provocou todo este imbróglio, que, infelizmente, atingiu uma grande propagação para áreas não previstas para o cultivo”.

O administrador condenou a atitude dos munícipes, que preferem as queimadas para limpar as terras para o cultivo. Em função disso, admitiu que serão tomadas medidas para combater tais práticas, que não só põem em causa a vida das populações que residem na área, como também do meio animal, vegetal e do próprio clima, que constitui, nos dias de hoje, um problema mundial.

Apesar de não causar nenhuma vítima humana e perda de bens, o responsável pediu às autoridades administrativas e tradicionais a trabalharem com as comunidades dos bairros e aldeias no sentido de sensibilizá-los a deixarem esta prática. “É preciso que se tomem medidas mais eficazes que contribuam para a protecção do ambiente, como nas zonas de cultivo antes e depois da preparação da terra”. A população do bairro da Pedra Escrita tem a agricultura como a principal actividade.

11.4 Explorações pecuárias minaram a segurança alimentar nos Gambos

Novo Jornal

18 De Outubro de 2019

Texto: Nok Nogueira

Intitula-se o fim do paraíso do gado: Como o desvio de terras para explorações pecuárias minou a segurança alimentar nos Gambos e será apresentado ao público na terça-feira, 22, na Mediateca de Luanda, às 10h, pela Amnistia Internacional (AI) e a Associação Construindo Comunidades (ACC), como

resultado de um trabalho de investigação realizado no Sul de Angola - afectado pela seca e pela fome - entre Fevereiro de 2018 e Março do corrente ano.

O relatório conjunto, que analisou o desvio de terra em larga escala para produção comercial de gado, apresenta os resultados de como o acto de expropriação interferiu com o exercício do direito à alimentação entre as comunidades pastoralistas Vanyaneka e Ovaherero no município dos Gambos, província da Huíla.

Entre as conclusões, o relatório «O fim do paraíso do gado» apresenta a tese segundo a qual a seca em curso no Sul de Angola não foi de todo responsável por minar o direito à alimentação entre os/as pastoralistas, mas sim a ocupação da costumeira terra de pasto para criação comercial de gado, que tornou severa a insegurança alimentar nos Gambos.

Os dados, resultados de entrevistas levadas a cabo no local espelham o retrato de comunidades rurais que construíram a sua resiliência e que se protegeram da insegurança alimentar através da posse e usufruto costumeiro da terra para agricultura de subsistência e para a pastorícia, facto contrariado pela expropriação de terras rurais, que cor- ruiu a resiliência económica e social daqueles povos.

Embora apresente com maior incidência os casos ocorridos nas zonas dos Gambos, o relatório cita exemplos de outras províncias onde a ocupação de terras para fins comerciais teve consequências directas na vida dos povos.

Um estudo citado no relatório, realizado pela Federação Luterana Mundial na província do Moxico, aponta que interesses privados apreenderam à força 29.200 hectares de famílias rurais que os utilizavam para agricultura de subsistência.

No município de Lumege Cameia, no Moxico, as comunidades rurais perderam 5.000 hectares para a agricultura comercial. Igual situação registou-se no município de Camanongue, onde 22.400 hectares foram apreendidos para a agricultura comercial privada, e 250 famílias foram despejadas das suas casas.

No Luena, capital da província, as comunidades rurais perderam 1.800 hectares para agricultores comerciais.

Em todos estes casos, descreve o relatório, não houve consulta, nem compensação, nem realojamento, nem avaliação de impacto ambiental e social. Pelo que os exemplos não se ficam apenas pela província do Moxico, uma vez que os registos consultados assim o provam.

É caso do estudo da Iniciativa de Pesquisa China-África, nas províncias do Uíge, Kwando Kubango, Cunene, Bié, Malanje, Zaire e também Moxico, que conclui que as comunidades rurais perderam, sem as devidas diligências, 83.630 hectares de terra para pecuaristas comerciais chineses que produzem culturas comerciais para exportação.

Em Fevereiro de 2016, segundo o relatório da Amnistia Internacional e da Associação Construindo Comunidades, agricultores comerciais expulsaram à força 19 famílias das suas terras no Cunene corno parte do mega-projecto agro-industrial do Governo, o Horizonte 2020.

Entre as várias ferramentas utilizadas no estudo, a Amnistia Internacional analisou imagens de satélite e imagens do Google Earth para documentar o aumento progressivo do uso da terra para a pecuária comercial e a consequente redução da área de pastagem para o gado na Tunda dos Gambos, entre 1990 e 2018.

Segundo o relatório, um grupo de pastoralistas também desenhou esboços que mapeavam as áreas sob ocupação dos criadores comerciais de gado. Foram ainda usadas fotografias como representações visuais do valor antropológico, económico, social e existencial do gado nos Gambos; e dos serviços ecológicos da Tunda dos Gambos como formas (direitos culturais) e meios (direitos económicos e sociais) de vida.

11.5 Apreendida madeira Mussivi em posse de cinco chineses

Jornal de Angola

28 De Outubro, 2019

Texto: Daniel Benjamim

A Polícia apreendeu, no município dos Luchazes, província do Moxico, 400 metros cúbicos de madeira em toro, da espécie Mussivi, em posse de cinco cidadãos chineses.

No local, foram encontrados diversos meios que facilitavam a exploração de madeira, tais como quatro tractores, três pás carregadoras, dois geradores industriais, duas máquinas de serração, 83 lâminas e quantidades de madeira serrada por determinar.

O director do Gabinete de Comunicação e Imprensa do Comando Provincial da Polícia no Moxico, Alberto Pacheco, disse que a acção da corporação “foi possível graças a uma denúncia de um popular, que se mostrou indignado com o corte ilegal de madeira na localidade”.

O Jornal de Angola apurou que os infractores, depois de cortarem a madeira, enterravam-na para ludibriar os agentes da Fiscalização, já que está proibido o corte da madeira Mussivi, uma das espécies mais cobiçadas devido ao seu valor comercial. Um dos infractores detidos disse que ele e os demais companheiros foram subcontratados pela empresa Carolina.

Entretanto, o Serviço de Investigação Criminal deteve três dos cinco chineses envolvidos e prometeu trabalhar para encontrar os supostos angolanos implicados neste processo.

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal na província, Paulo Divali, afirmou que os cidadãos chineses em causa não estão filiados a nenhuma empresa de exploração de madeira no Moxico, apenas prestam apoio técnico a alguns empresários angolanos e exortou os jovens que trabalham nas empresas de corte de madeira a colaborar com os organismos afins na denúncia de actos que lesam os interesses do Estado.

De acordo com Paulo Divali, existe um decreto que proíbe o corte da madeira Mussivi e Pau-Rosa, por serem espécies que estão em vias de extinção na flora angolana. “A empresa em causa não está licenciada para fazer a exploração de madeira na presente campanha florestal, pelo que está a exercer a actividade ilegalmente e na clandestinidade, pois corta a madeira, enterra e transporta-a no período da noite. Isso é crime!”, disse.

Paulo Divali disse que a fiscalização da exploração de madeira é multisectorial, não compete apenas ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF). “Existem outros órgãos que devem desenvolver esta actividade”, disse, lamentando a falta de meios técnicos e recursos humanos para facilitar esta actividade na província.

Paulo Divali lembrou que o encontro mantido entre os madeireiros e uma delegação do IDF vinda de Luanda determinou que, para o exercício da actividade do ramo florestal, as empresas devem possuir capacidade financeira e materiais para desenvolverem as actividades sem qualquer parceria.

O novo paradigma, segundo o responsável, estabelece que além do benefício que as parcerias vão proporcionar em ambas partes, devem ser reconhecidas pelas autoridades judiciais e aprovadas.

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Aumentam as reclamações contra actos de especulação

Jornal de Angola

12 De Outubro, 2019

Natacha Roberto, Jesus Silva e Weza Pascoal

O chefe de Departamento de Apoio ao Consumidor e Resolução de Litígios do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), Wassamba Neto, anunciou ao *Jornal de Angola* que aqueles serviços receberam, em todo o país, mais de 700 reclamações desde a introdução do IVA, no primeiro dia do mês em curso, a maior parte das quais relacionadas à especulação.

Wassamba Neto lembrou que o INADEC está inserido num grupo de trabalho constituído para lidar com questões da especulação colocadas por comerciantes considerados desonestos pelo Governo, sublinhando que as reclamações de índole das relações de consumo “estão a ser resolvidas com base na Lei de Defesa do Consumidor” e as outras, de natureza fiscal, são encaminhadas a Administração Geral Tributária (AGT).

O grupo de trabalho, além do INADEC, é integrado pela Inspeção Geral do Comércio e a Administração Geral Tributária (AGT), estando dedicado a atender casos comprovados de plena violação dos direitos do consumidor em resultado da introdução do IVA.

“Caso esteja comprovada a violação dos direitos, a nossa instituição tem pleno direito de accionar a Procuradoria-Geral da República (PGR)”, advertiu o chefe de departamento.

Nos dois primeiros dias posteriores à entrada em vigor do IVA, o INADEC recebeu 453 reclamações relacionadas com o aumento injustificado de preços em todo o país, o que é considerado um número recorde.

Lobito e Cuando Cubango

Ontem, equipas de reportagem deste jornal depararam-se, no Lobito e Cuando Cubango, com denúncias de especulação e actos de comerciantes do Regime de Não-Submissão a cobrarem o IVA,

emitindo facturas com a descrição do valor do IVA no preço final, até de produtos da cesta básica.

O administrador municipal do Lobito, Nelson Conceição, afirmou que estão a ocorrer actos de especulação de preços com o processo de implementação do IVA, envolvendo produtos da cesta básica.

Nelson Conceição também referiu a tendência para a cobrança excessiva do imposto, numa alusão à prática já denunciada pelo Governo da sobreposição de impostos, exortando a população a denunciar os infractores.

O chefe de Combate ao Crime e Saúde Pública dos Serviços de Investigação Criminal (SIC) no Lobito, António Joaquim, advertiu para a responsabilização dos agentes económicos que insistirem na prática da especulação.

As vendedoras dos mercados informais do município do Lobito alegam estar a subir os preços dos produtos por os comprarem mais caros nos armazéns desde que entrou em vigor a cobrança do IVA.

No Cuando Cubango, o armazém Ango - Esma, um estabelecimento de venda a grosso e a retalho detido por comerciantes da Mauritânia e Senegal, o saco de açúcar de 25 quilos que antes custava 10 mil kwanzas passou a ser vendido a 13 500, enquanto o preço da caixa de massa alimentar passou de 2 500 para 3 250 kwanzas e a de óleo vegetal de 5 500 kwanzas para 6 650 kwanzas.

O preço do cartão de ovo subiu de 1 500 para 1 700 kwanzas e o do saco de arroz de 25 quilos de 7 600, passou para 8 250 kwanzas, enquanto o saco de farinha de milho que custava 5 600 kwanzas está a ser vendido a 6 650, já o saco de feijão de 25 quilogramas antes vendido a 11 200 subiu para 14 000 kwanzas.

No mercado informal do Bairro Paz, o maior da cidade de Menongue, o quilo de farinha de milho, anteriormente comercializado a 150 kwanzas, custa agora 200 kwanzas, o de arroz passou de 300 para 400 kwanzas, enquanto o pacote de massa alimentar de 125 subiu para 200 kwanzas e o litro de óleo alimentar Fula de 500 para 650 kwanzas.

13.2 China garante atrair mais investidores para o País

Jornal de Angola

12 De Outubro, 2019

Augusto Cuteta

O Governo chinês vai continuar a executar políticas de atracção de investimentos de empresários para Angola, no sentido de estes ajudarem no relançamento da economia nacional, garantiu, em Luanda, o embaixador Gong Tao.

O embaixador da China em Angola, que falava em exclusivo ao Jornal de Angola na Expo-Indústria, que decorre desde quarta-feira até hoje, na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo, salientou que todas as áreas da indústria são uma aposta do Governo chinês, mas referiu que essa intervenção depende de uma política nacional de desenvolvimento industrial do Estado angolano.

Gong Tao reconheceu que Angola tem um enorme espaço para desenvolver a indústria, mas, em primeiro lugar, cabe ao seu Executivo formular esse plano de desenvolvimento para o sector industrial, onde devem ser traçadas as prioridades de actuação do investimento estrangeiro.

“Só com isso é que vão chegar mais empresas ou agentes económicos interessados em trabalhar nos sectores prioritários, definidos pelo Governo angolano”, realçou o diplomata chinês. Apesar dos embaraços causados pela crise económica mundial, o embaixador chinês disse que o seu país deposita uma grande confiança no futuro das relações com Angola, no ramo industrial, por acreditar na potencialidade do país.

“A China, que é o maior produtor industrial do mundo, atribui importância fundamental à cooperação com Angola na área da indústria”, realçou o diplomata asiático, que elogiou o Governo angolano pela aplicação de uma política de desenvolvimento industrial, com vista a relançar a economia do país, a agricultura e a pesca.

Gong Tao considerou que as potencialidades da indústria angolana são enormes, dada a sua posição geográfica muito privilegiada na comunidade africana, por ter ligação com o resto do mundo e, mais ainda, pelas boas relações com outros países do seu continente. Por causa disso, o embaixador chinês em Angola disse acreditar que, se os potenciais investidores chineses apostarem no mercado angolano, podem ter bons resultados. “Muitas empresas chinesas têm já sentido os efeitos positivos dos investimentos que fizeram, o que é

bom para incentivar ou encorajar outros investidores a optarem pelo mercado angolano”, disse o diplomata.

Aliás, salientou que as reformas económicas que estão a ser aplicadas pelo Executivo estão a criar condições para um bom ambiente de negócio, o que fomenta as iniciativas estrangeiras. Sobre o papel da China no desenvolvimento da indústria angolana, o embaixador disse que o país asiático transfere “know how” para ajudar no funcionamento das fábricas e disponibiliza recursos financeiros, para o investimento em diversos sectores, e equipamentos bastante avançados.

Gong Tao, que elogiou a abertura do Executivo ao empresariado do seu país, avançou que a China tem diversas áreas de conhecimento e outros pontos fortes e que está disponível a compartilhar com Angola.

O embaixador disse que os empresários chineses têm, maioritariamente, grandes investimentos na indústria imobiliária, automóvel e panificadora.

Embora não tenha facultado o número exacto de investidores, o embaixador informou que o investimento directo da China, no mercado angolano, está acima dos 20 mil milhões de dólares. A China é o maior parceiro comercial de Angola e, em África, Angola é o segundo maior parceiro da China, daí que, até ao ano passado, mais de 50 por cento do investimento directo no país foi feito por empresas chinesas.

13.3 MPLA renova relações com Partido Comunista

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2019

Texto: Garrido Frago e Angop

As relações de amizade e cooperação entre o MPLA e o Partido Comunista da China (PCC) ficaram mais reforçadas ontem, durante o encontro que a vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, teve com a delegação daquela força política chinesa, chefiada por Guo Yezhou.

Em declarações à imprensa, o vice-ministro do departamento internacional do Comité Central do Partido Comunista da China, Guo Yezhou, informou que o encontro serviu para fortalecer e renovar as relações entre Angola e a China, fundamentalmente no âmbito partidário.

Sublinhou que as relações de amizade entre o MPLA e o Partido Comunista da China (PCC) continuam excelentes. “Essa visita visou reforçar a amizade entre os dois partidos e países”.

O dirigente chinês referiu que os dois partidos atingiram êxitos no desenvolvimento dos respectivos países, liderados por João Lourenço e Xi Jinping.

Ontem à tarde, Guo Yezhou manteve um encontro com a primeira vice-presidente da Assembleia Nacional, Emília Carlota, na sede do Parlamento, e no final defendeu a intensificação da cooperação entre Angola e o país asiático em vários sectores, sobretudo o inter-parlamentar.

“Tivemos uma conversa calorosa e muito frutífera”, declarou à imprensa o responsável partidário da China, salientando que da vice-presidente da Assembleia Nacional recebeu explicações detalhadas sobre a organização e funcionamento do órgão legislativo.

Os dois encontros foram testemunhados pelo embaixador chinês em Angola, Gong Tao. A delegação chinesa encontra-se no país desde domingo, a convite do MPLA. Fundado em Julho de 1921, em Xangai, o PCC governa o gigante asiático desde 1949. É composto por mais de 87 milhões de militantes.

13.4 Feira de Mobiliário é aberta amanhã e garante preços baixos

Jornal de Angola

24 De Outubro de 2019

Texto: Helma Reis

“Grande promoção e oportunidade” é a estratégia adoptada pelos organizadores da Feira de Mobiliário que é inaugurada hoje na Cidade da China, um centro comercial de grandes dimensões localizado no município de Viana, em Luanda, sendo realizada durante um mês.

A porta-voz da primeira edição da Feira de Mobiliário, Xiang Haiying, disse, terça-feira, ao Jornal de Angola que as condições estão todas criadas para que o evento seja um êxito e um espaço primordial de promoção da produção de mobiliário nacional.

A empresa Hua Dragão, proprietária da Cidade da China, decidiu realizar anualmente, a partir deste ano, a Feira de Mobiliário para dar ênfase ao facto de, hoje em dia, o mega centro comercial estar a comercializar mais mobiliário nacional do que importado.

Xiang Haiying acentuou que a Feira de Mobiliário é realizada com o objectivo de criar um ambiente de negócios saudável, a fim de impulsionar, cada vez mais, a produção nacional de mobiliário, que, na sua opinião, “tem qualidade.” A porta-voz da Feira de Mobiliário afirmou que a madeira de Angola é “muito boa”, razão pela qual “deve ser devidamente aproveitada pelas fábricas de mobiliário.”

A cerimónia de abertura da Feira de Mobiliário vai ser presenciada pelo ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem Júnior, e pelo embaixador da China em Angola, Gong Tao, uma informação avançada pela porta-voz do evento.

Xiang Haiying, que é também a secretária de direcção da Cidade da China, declarou que a Feira de Mobiliário passa a ser um espaço de criação de uma maior aproximação entre os agentes mobiliários e os clientes, que estão cada vez mais exigentes no que toca à qualidade do mobiliário à venda no mercado angolano.

A feira vai decorrer sob o signo da promoção nacional e conta com a participação de fábricas de empresas chinesas instaladas em Angola, como a Estrela Mobiliária, a Gude, a HHT e a Super Mobiliário.

Xiang Haiying confirmou que, durante a Feira de Mobiliário, “os produtos expostos vão estar à venda e vai ter muita promoção”, devendo os preços ser diferentes dos normais de venda. As primeiras 50 pessoas que comprarem mobiliário podem ganhar prémios, como impressoras, aparelhos de som, almofadas, chapéus, vasos, cafeteiras eléctricas e camisolas, por via da realização de um sorteio. A empresa Hua Dragão pretende construir um pavilhão para a organização, anualmente, de feiras sectoriais, uma informação que já havido sido avançada ao Jornal de Angola, no início do mês, por Xiang Haiying.

Localizada no Pólo Industrial de Viana, junto à via expressa, oficialmente conhecida por Avenida Fidel Castro, cujo nome foi dado à movimentada via depois da morte do líder da Revolução Cubana, a Cidade da China funciona desde 2017.

A Cidade da China dispõe de uma zona residencial, com 29 prédios, e de uma área comercial, com 16 naves, que albergam mais de 400 lojas, onde são vendidos produtos diversos, entre material de construção e decoração, brindes para festas, artigos para o lar, acessórios de viaturas, roupa, calçado e outros.

13.5 Produção nacional de mobiliário lidera artigos expostos em Viana

Jornal de Angola

26 De Outubro de 2019

Texto: Roque Silva

Oitenta e cinco por cento do mobiliário exposto e à venda na primeira edição da Feira de Mobiliário, a decorrer desde quinta-feira, na Cidade da China, localizada no Pólo Industrial de Viana, em Luanda, são de produção nacional, um facto demonstrativo do potencial do sector.

Na feira, organizada pela Hua Dragão, empresa gestora da Cidade da China, o maior centro comercial em Angola, estão presentes mais de 50 empresas nacionais e chinesas, maioritariamente dedicadas à exploração e ao processamento de madeira em Angola, para, entre outros fins, produção de mobiliário doméstico, escolar, hospitalar e de escritório.

A Feira de Mobiliário ocupa uma área bruta de oito mil metros quadrados e expõe, entre outros produtos, sofás, camas, guarda-roupas, mesas, cadeiras, portas, janelas e mobiliário de cozinha. No local, podem ser encontrados também acessórios para decoração, incluindo electrodomésticos e artigos electrónicos, como telemóveis de última geração.

Mais de 95 por cento das empresas presentes são chinesas, com fábricas em Angola de produção de mobiliário. Os artigos expostos estão à venda e os preços são promoção. A empresa organizadora da Feira de Mobiliário realiza, no dia 20 de Novembro, quatro dias antes do encerramento do evento, um sorteio, no qual vão concorrer as primeiras 50 pessoas que comprarem artigos expostos.

A empresa Hua Dragão manifestou o desejo de que a Feira de Mobiliário seja encarada como uma oportunidade para quem quiser reformar ou decorar o seu imóvel. A Hua Dragão espera que a Feira de Mobiliário receba, por dia, entre quatro mil e cinco mil visitantes, podendo o número ser alcançado, porque a Cidade da China recebe diariamente uma média de 30 mil clientes.

Cooperação comercial

A Cidade da China foi idealizada para ser uma ponte na cooperação e nas trocas comerciais entre Angola e a China, uma informação avançada pelo presidente do Conselho de Administração da Hua Dragão, Jack Huang, quando discursava na cerimónia de abertura da Feira de Mobiliário.

Jack Huang disse que, para atingir o objectivo, a Hua Dragão vai construir um edifício multifuncional e de exposição, para promover e facilitar a aproximação entre investidores de ambos os países e consumidores.

O empresário chinês referiu que o edifício, a ser construído num espaço de mais de 20 mil metros quadrados, vai permitir a divulgação de outros produtos fabricados em Angola, por via da realização de feiras sectoriais.

O responsável acentuou que faz parte dos planos fazer da Cidade da China, através da realização de feiras, uma plataforma de distribuição de artigos produzidos no país por todas as províncias e pelos países fronteiriços.

Jack Huang informou ainda que se pretende aumentar o número de lojas e tornar a Feira de Mobiliário num mecanismo de promoção do desenvolvimento da indústria em Angola.

A Cidade da China, aberta desde 2017, dispõe de uma área comercial, com 16 naves, que alojam acima de 400 lojas, onde são vendidos produtos diversos, entre os quais se contam mobiliário, material de construção e decoração, brindes para festas, artigos para o lar, acessórios de viaturas, roupa e calçado.